

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

**VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS
POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: CONTRIBUIÇÕES PARA
COMPREENSÃO DA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

**VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS
POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: CONTRIBUIÇÕES PARA
COMPREENSÃO DA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Valéria Viana Sousa

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

Guimarães, Maria Aparecida de Souza.

G979v Variação na concordância nominal de número no português popular de Vitória da Conquista-BA: contribuições para compreensão da sócio-história do português do Brasil / Maria Aparecida de Souza Guimarães, 2014.

122f.: il. ; algumas col.

Orientador: Jorge Augusto Alves da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2014.

Referências: f.111-120

1. Português popular. 2. Concordância nominal de número. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III.T.

CDD: 469

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Variation in nominal agreement of number in portuguese popular in Vitória da Conquista-BA: contributions of the socio-history of the portuguese in Brazil

Palavras-chave em inglês: Popular Portuguese. Nominal number agreement. Socio-history.

Área de concentração: Sociolinguística

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profa. Dra Valéria Viana Sousa (Coorientadora-UESB); Profa. Dra. Adilson Ventura da Silva (UESB); Prof. Dr. Gilberto Nazareno Teles Sobral (UNEB)

Data da Defesa: 29 de agosto de 2014

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

**VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS
POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: CONTRIBUIÇÕES PARA
COMPREENSÃO DA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 29 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)
(Orientador)



Prof. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB)
(Coorientadora)



Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (UESB)



Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer, inicialmente, a **Deus** que permitiu o meu existir. E, com isso, providenciou um estradar e, com ele, , também, providenciou que eu cruzasse o caminho de muita gente boa e, ao mesmo tempo, permitiu que muita gente boa cruzasse o meu caminho/ar.

Na persistência do meu caminhar, algumas palavras em agradecimento a **cada pessoa** que permaneceu em minha vida e, com isso, alimentou o meu existir. Com a existência, “[...] aprendi que se depende sempre de toda muita diferente gente, toda pessoa é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”.

À **minha família**, que me permitiu ficar na “torre” horas a fio... Mesmo quando os fios se perdiam de minhas mãos... A Luciano, companheiro e amigo dedicado, que seguiu sempre comigo em busca de matéria para a constituição da Sócio-história de Vitória da Conquista. E mais: Reflexão valorosa sobre fatos importantes na retomada histórica... A Gabriel, pelos longos e carinhosos abraços, sem contar com as declarações... “Te amo, mamadi”. A Daniel, pelos inúmeros beijos e, também, declarações amorosas... “Mamãe, eu já falei, hoje, que te amo?”. A Nilo Henrique, meu sobrinho, meu fiel admirador, torcedor... Aos/Às demais sobrinhos/as pelas conversas, passeios e brincadeiras adiadas.

Agradeço **aos meus pais**, Nilo (saudades e mais saudades) e Maria, primeiros incentivadores da minha vida. Com vivência nos confins da roça, desejaram que eu e meus irmãos e irmã tivéssemos acesso à luz, a alguns bens culturais e conseguiram isso com muita dedicação, luta... No linguajar daquele período, era “dose para elefante”.

Aos **meus irmãos**, cada um ao seu modo, colaboradores desde tempos idos. Agradeço, também, pela compreensão, pela minha ausência em determinados momentos. Abro um parêntese a Jorge, meu irmão mais velho, e Adilson, meu irmão do meio!!! A esse, por estar tão distante e fazer-se tão perto... Horas de dedicação comigo. Sempre com o intuito de sinalizar fortalecimento de alma nessa minha caminhada: aprofundamento de saberes, reflexões e pelas boas leituras que fizemos. Àquele, por ter sido meu primeiro incentivador das letras! E nunca parou...

À **minha irmãzinha**, Rose, pelos mais fáceis risos, risadas... Sempre de “bom amor” (quero dizer, humor), vem seguindo comigo na tessitura da vida... Fonte de confiança e alegria. Aqui, incluo, outras irmãs, **amigas-irmãs**: Valéria Viana, especialista em tiro ao alvo: “Olhe o foco!!!”. De uma perspicácia extraordinária, intuição, fonte de alegria e vibração positiva da/na vida. Grande incentivo para a pesquisa... A Maria Gorette Silva, reflexão com

saber/sabor, inúmeras leituras do meu texto!!! Quanta paciência, afeto!!! Meus sinceros agradecimentos!!! Luzimare Piloto é luz e mar. Luz que alumia (noite e dia), aliVIA. Luz e Mar(e)... A Zoraide Portela, Senhora Conselheira, aquela que aCOLHE e traz a experiência na pele e... “quem traz na pele essa marca/ Possui a estranha mania/ De ter fé na vida”. Bondade constante. Alzivane, irmãzinha presente/ausente... A fugitiva, talvez. Outras irmãs e irmãos ficaram em Maiquinique (Para alguns moradores da cidade, esse nome está relacionado à cultura indígena e significa rio de peixes pequenos). Botuporã (Monte Belo) – cidade do alto sertão baiano que fica “perto do céu”, Barreiras (águas do Rio Grande... Outras águas), aqui mesmo em Conquista (conquistas), enfim. Cada um/a se saberá aqui...

Às **mães dessa afiliação** (mães das amigas-irmãs) e outra mais... Litinha, Ceíça, Tininha, Margarida e Tuquinha... Nice, Conceição (“a véia”), Tia Angelique e Cia (pela boa acolhida de sempre!!!). Muito grata pela torcida abençoada!!! Mulheres de crença, força... Muita gratidão!!!

A **seu Nô**, meu sogro, incentivador de qualquer coisa que eu inventasse... Com voz mansa, porém firme: “Vai fundo, minha filha”. A ele, muita gratidão e muita saudade!!!

A **dona Lourdes**, minha sogra, agradecida pelo apoio constante e orações.

Ao **professor Jorge Augusto**, mais que orientador, amigo, irmão, pai... Com ele a pesquisa tornou-se mais constante, com a leveza do saber com sabor, enquanto pilar no fazer Acadêmico... novos rumos. (E)Terna gratidão!!! Companheiro fiel, tamanha foi a compreensão nos momentos de dificuldades, de adversidades... Senhor de rara beleza, riqueza de imagem quando o assunto era motivação... Desde considerar os dias da semana: Domingo (início da semana, hora de entrar no ar para planejamento das ações e execução das atividades do decorrer da semana), a sexta de oxalá... Paz, Solidariedade e... preparação para um descanso (?): Já era sábado... Agradecimentos pelo bom pai-orientador-amigo-pesquisador-amigo. Soube fazer-se paciente, com SABEdoRia... Acolhimento em sua biblioteca: Espaço de reflexão e acesso a livros raros, por isso, caros, valorosíssimos!!! A tudo isso e ao que a palavra manifesta não pode alcançar, meus sinceros agradecimentos.

À **Família Janus**, grande colaboradora nos momentos de entrevista e transcrição. Relacionamento de muita afeição, responsabilidade... por isso, celebração!!!

Colegas pesquisadoras/es de outras instituições como Dermeval da Hora, Norma Lopes, Norma Almeida, Hebe Carvalho, Dante Lucchesi e Grupo de Pesquisa Vertentes, muito grata a cada um/a, pela prontidão com que minhas solicitações eram atendidas. Demonstração de rigor e dedicação nas pesquisas desenvolvidas.

À **coordenação do PPGLin**, na pessoa da Professora Nirvana, pela atenção e compreensão no momento em que os obstáculos pareceram/foram maiores do que eu...

Aos **professores e professoras do PPGLin** que muito colaboraram com suas reflexões e saberes, gratidão... Ao **professor** Jorge Miranda, pelo enCANTamento com que lidava com a tessitura da filosofia da linguagem. Às professoras Cristiane Namiute e Vera Pacheco pela rica reflexão em torno de fenômenos da língua, no âmbito da morfo-sintaxe e fonologia. À **professora** Consuelo Godinho Costa, agradecimentos especiais por sinalizar pontos relevantes no Exame de Qualificação: Válidas contribuições!!!

A **cada colega do mestrado** e a dupla J.J. (Jucélia e José Júnior) que ganhou meu coração com uma facilidade! De riso singelo a boas gargalhadas... Andreia, com quem dividi momentos especiais de orientação, e Luze, por meio da qual, abraço os/as demais colegas!

À **Banca Examinadora** por disponibilizar tempo para leitura cuidadosa da minha dissertação e valiosas sugestões: Aos **professores** Jorge Augusto Alves da Silva, Valéria Viana Sousa, Gilberto Teles Sobral, Adilson Ventura da Silva, Carla Salati Ghirello-Pires e Elmo José dos Santos. Muita gratidão

À **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**... À área de Linguística, de um modo singular, agradeço à professora Marcilene Sampaio e ao professor Danilo Santos. Em momento posterior, agradeço ao Conselho Departamental e demais colegas que compreenderam a importância do mestrado em Linguística... A Nalvinha e Salete, junto a outros/as colegas, pelas mensagens de encorajamento!

Ao **Programa de Apoio e Capacitação Docente/Técnica (PAC)** da UNEB pelo apoio financeiro...

Meus **alunos/as da graduação dos campi IX – Barreiras e XX – Brumado**, fonte de inspiração, motivação à busca de novos saberes. (E)Terno agradecimento.

Colegas/amigos/as: Fábio Coccoza (a quem ousou chamar de amigo-irmão), Débora, Solange, Soraia, Ana Maria, Cris, Martirene, Paulinha, Ana Paula, Luis Leite, Renailda, Rosinha, Luciléia (dentre outras coisas, agradeCIDA pela leitura cuidadosa da minha dissertação), Alexandre, Adonias, Kamilla, Selma, Camila, Rafa, Cira, Agnaldo, Leandro e Cia... A Ruy Medeiros pela mais plena concessão de sua biblioteca particular – momento em que pude (re)viver situações fundamentais na ocupação de Vitória da Conquista. A Ana Isabel Rocha... Eternos Amigos/as (A/c Miraldo)...

Ao **Pessoal do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, inscrito ao movimento social **Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA)** e ao **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**

(PROLER): aos primeiros, para quem desenvolvi, afetuosamente, projeto de leitura – o que nos fez merecer o prêmio Paulo Freire e, ao segundo, na pessoa de Heleusa Câmara – maior incentivadora do projeto de leitura desenvolvido, sobretudo, para o pessoal do referido movimento sem-terra CETA. Com isso, faço saber que foi por intermédio desse projeto (desenvolvido por meio de oficinas) que tive meus anseios sociolinguísticos sempre alimentados, lapidados.

Às **peessoas-anjos...** Mariglória, Clarita, Rafael, Getúlio...

Professores/as que, em **tempos idos**, fomentaram anseios de aprofundamento, olhares para o infinito! Para citar apenas alguns nomes... Lica, Adaildo, Dona Didi, Vilma, Iara, Gionete, Zélia Saldanha (eterna saudade...) com que aprendi, muito intensamente, além de outras questões, a não desistir... A Conceição Fonseca (a quem devo meu interesse, cada vez maior, para a área de Linguística...) Eterna gratidão!!!

Aos **informantes e outras pessoas** que foram entrevistadas com fins de contar-nos histórias e histórias (temática das entrevistas e de ocupação/construção de Vitória da Conquista). A todas essas pessoas que com suas histórias, anseios, enriqueceram a minha, gratidão.

Aos que **vieram** (não necessariamente) **depois...** Ana Mara Dutra, Marcelo e Cris, Jacinto David...

E à **VIDA**: Bem maior... Energia, alegria com cheiro de alecrim... Vida que inspira vida, orvalho... e às boas lembranças do mandacaru em flor...

"Voltar quase sempre é partir
Para um outro lugar".
(VIOLA; MEDEIROS, 1966).

RESUMO

No presente estudo discutimos a concordância nominal de número na perspectiva dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos fornecidos pela Teoria da Variação e Mudança Linguística propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Labov (2008). Recorremos a abordagens assumidas por autores que buscam explicar a origem da variação da concordância nominal e o direcionamento da mudança linguística em curso. Nesse sentido, trabalhos clássicos como o de Scherre (1988), Carvalho (1997), Lopes (2001), entre outros, foram tomados como referência. Este estudo tem como *corpus* a fala de 12 informantes com escolarização precária que integram a comunidade de fala de Vitória da Conquista. Vale ressaltar que, em relação à origem do português popular, a discussão encontra-se em duas grandes linhas de frente: uma que privilegia a deriva e outra que se pauta na transmissão linguística irregular. Nessa perspectiva, apresentamos mais evidências sobre a realidade que observamos no vernáculo conquistense com o intuito de contribuir para a construção de uma história social do português popular. Procuramos traçar um percurso histórico não só da percepção da variação na concordância, mas, também, das tentativas de se explicar o fenômeno recorrente na fala dos utentes do português popular do Brasil. Desse modo, falar da importância do estudo da mudança linguística vinculado à vida social de dada comunidade é uma das maiores contribuições devidas a Willian Labov (2008[1972]). Nesse aspecto, podemos apreender a abertura da fundamentação laboviana para a análise de fenômenos linguísticos a partir da dimensão sócio-histórica e, de igual modo, considerar a variação linguística no funcionamento de uma dada língua, mediante seu processo histórico de constituição. Promovemos estudos de fatores linguísticos e extralinguísticos que permitissem, também, aqui na região Sudoeste da Bahia corroborar com pesquisas dessa natureza realizadas nas várias regiões do Brasil, com esse fim de possibilitar compreensão do português brasileiro e, especificamente, da concordância nominal de número no município de Vitória da Conquista. Os dados revelam que, em relação à concordância nominal, existe uma tendência à aquisição das marcas de flexão, sendo os mais jovens e as mulheres vetores desse processo. Do ponto de vista estrutural, a posição linear dos constituintes e a saliência fônica demonstraram ser fatores condicionantes para o uso da concordância, numa abordagem atomística.

PALAVRAS-CHAVE

Português Popular. Concordância nominal de número. Sócio-história. Sociolinguística.

ABSTRACT

We discuss the nominal number agreement by theoretical assumptions and methodological procedures provided by the Theory of Linguistic Variation and Change proposed by Weinreich, Labov and Herzog (2006) and Labov (2008 [1972]). We use that view in order to explain the origin of the variation of nominal agreement and the direction of language change in progress. In this sense, classical works such as Scherre (1988), Carvalho (1997), Lopes (2001), among others, were used as reference. This study takes as *corpus* the informal speech of 12 informants with law form culture that integrate speech community of Vitória da Conquista BA. It is noteworthy that, in relation to the origin of the popular Portuguese, the discussion is in two theoretical conceptions: drift vs irregular linguistic transmission. In this perspective, we present more evidence about the reality we observe in conquistense vernacular speech in order to contribute to the “configure” a social history of popular Portuguese. We try to take a history course not only the perception of variation in agreement, but also attempts to explain the phenomenon in the speech of users of popular Portuguese of Brazil. Thus, speaking of the importance of the study of language change *pari passu* to the social life is the great contribution of William Labov (2008 [1972]). In this way, we can see the labovian approach that joint together linguistic phenomena and socio-historical dimension. The theoretical path shows that possible discuss language and its social dimension, systematically. This study promotes a discussion that contribute to see better the social reality exposed by speakers and understanding more aspects of Brazilian Portuguese and, specifically, the nominal number agreement in the municipality Vitória da Conquista. The *data* show that, relative to the nominal agreement, there is a tendency to acquire the formal marks, being the youngest and women the vectors of this process. From the structural point of view, the linear position of constituents and singular/plural contrast proved to use the consistency approach an atomistic factors.

KEYWORDS

Popular Portuguese. Nominal number agreement. Socio-history. Sociolinguistic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rua da Boiada, 1950 (atual João Pessoa).....	29
Figura 2 – Vista aérea de Vitória da Conquista (1985).....	30
Figura 3 – Linha temporal dos nomes da cidade.....	31
Figura 4 – Vista panorâmica da Rua Grande (1935).....	36
Figura 5 – Plantação de café.....	40
Figura 6 – Vista panorâmica da Rua Grande e adjacências: Praça da Bandeira e Régis Pacheco	41
Figura 7 – Escola Barão de Macaúbas (1930).....	54
Figura 8 – População de 25 anos e mais de idade, por anos de estudo em Vitória da Conquista	55
Figura 9 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais e número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais em Vitória da Conquista.....	56
Figura 10 – Variável dependente: Concordância nominal	92
Figura 11 – Posição linear do constituinte	95
Figura 12 – Classe gramatical do constituinte.....	100
Figura 13 – Variável Faixa Etária.....	104
Figura 14 – Variável sexo.....	106
Figura 15 – Variável nível de letramento	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informantes do Português Popular em Vitória da Conquista	85
Quadro 2 – Posição linear do constituinte	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento populacional de Vitória da Conquista (1940/1980).....	44
Tabela 2 – Número de matrícula no Ensino Primário em 1950 em Vitória da Conquista	54
Tabela 3 – População de 25 anos e mais de idade, sem instrução e fundamental incompleto em Vitória da Conquista (2000 e 2010)	55
Tabela 4 – Variável dependente: Concordância nominal de número.....	91
Tabela 5 – Posição linear do constituinte	93
Tabela 6 – Posição do constituinte com referência ao núcleo do SN.....	98
Tabela 7 – Classe gramatical do constituinte	100
Tabela 8 – Saliência fônica.....	101
Tabela 9 - Variável Faixa Etária.....	104
Tabela 10 – A aplicação da regra concordância nominal de número na variável sexo	105
Tabela 11 - Aplicação da regra concordância nominal de número na variável nível de letramento	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SÓCIO-HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	20
2.1 CONFIGURAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA: OS AGENTES HISTÓRICOS FORMADORES DA COMUNIDADE DE FALA	24
2.2.1 A constituição histórica da cidade: do Arraial da Conquista à Vitória da Conquista	31
2.3 VITÓRIA DA CONQUISTA DO PONTO DE VISTA URBANO: UM RESGATE HISTÓRICO	41
2.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE FALA DO VERNÁCULO CONQUISTENSE	48
2.5 EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS	51
3 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS	58
3 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS	58
3.1 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: UMA DEFINIÇÃO	58
3.2 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS: UMA VISÃO TRADICIONAL ...	62
3.3 A CONCORDÂNCIA E OS DIALETÓLOGOS	65
3.4 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA	67
3.4.1 A concordância nominal e a origem do português popular do Brasil	75
4 METODOLOGIA E DISCUSSÕES SOBRE OS DADOS	82
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	82
4.1.1 A pesquisa de campo	82
4.1.2 Constituição do <i>corpus</i>	82
4.1.3 Perfil dos informantes	83
4.1.4 As entrevistas	85
4.1.5 Processo de coleta e armazenamento de dados	87
4.2 VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS: O CONTEXTO LINGÜÍSTICO	88
4.2.1 Variável dependente	90
4.2.2 Fatores extralingüísticos ou sociais	102
5 CONSIDERAÇÃO FINAIS	109

REFERÊNCIAS	111
ANEXO.....	121

1 INTRODUÇÃO

O século XX pode ser tomado como referência no que tange aos estudos linguísticos e, especificamente, aos estudos sobre a concepção de língua, uma vez que, nesse século, acontece o marco dessa ciência. No início do século, a grande referência para os estudos linguísticos foi o Estruturalismo, corrente teórica que concebia o funcionamento da língua em sua forma estanque e sem valorar os fatores extralinguísticos, considerados fundamentais na compreensão de fenômenos linguísticos pelo viés da Sociolinguística, corrente teórica, entre outras, que surgiu no meio do século e que, em suas pesquisas, evidencia o aspecto heterogêneo e social da língua.

Nesse embate, “vencidas” as situações estruturais de base saussureanas como via única de tratar as questões da língua e, sobretudo, “colocada” a sua importância no lugar que lhe é de direito, surge a Sociolinguística, que traz à tona o viés social, compreendendo a importância do teor sócio-histórico e cultural na constituição do vernáculo de uma comunidade de fala. Nessa teoria, a Sócio-história ganha impulso nos estudos linguísticos, dada a sua importância na explicação dos fenômenos da língua e no seu funcionamento no seio de uma dada comunidade, reconhecendo a relevância da presença e da contribuição dos agentes sociais na condição de partícipes efetivos da constituição da língua, em consonância com os acontecimentos sociais no entorno da comunidade a que pertencem.

A partir dessa perspectiva sociolinguística e sócio-histórica de estudo, acreditamos que um determinado processo de urbanização poderia modificar a situação linguística do português falado por uma dada comunidade. E, assim, partimos, nesta dissertação, da crença de que a comunidade de fala investigada [Vitória da Conquista] delinearía um panorama peculiar do português popular do Brasil, resultado das mudanças sociais e econômicas pelas quais passou a comunidade em questão.

As cidades, em termos genéricos, representam espaço de inovação linguística. No caso específico da cidade de Vitória da Conquista, fenômenos de variação e mudança linguística, como a difusão das marcas da concordância, impulsionados pelo aparato educacional e dos meios de comunicação quando apresentam ao falante do português popular as formas de uma variedade prestigiada pelas classes urbanas e, ainda, na tendência à aquisição de marcas demonstrada nos falantes mais jovens e nas mulheres.

Diante dessa realidade, procuramos, nesse estudo, investigar a *Concordância nominal de número no SN*, fenômeno que tem atraído a atenção de pesquisadores, a exemplo de Maria Marta Pereira Scherre (1988), Marisa Fernandes (1996) e Norma da Silva Lopes (2001), entre

outros. Cada vez mais, no Brasil, os vários trabalhos vêm atestando a variabilidade da língua. Não de modo aleatório, como se cria os estruturalistas, mas apresentando sistematicidade em sua realização. Não é sem razão, assim, que as justificativas apresentadas por pesquisadores da Sociolinguística, visto que há muito esses pesquisadores têm evidenciado que o fenômeno da concordância nominal de número é um fenômeno variável, embora seja tratado pela tradição gramatical como regra categórica, uma vez que, em tais compêndios, apenas aparece a prescrição de que os adjetivos, pronomes, artigos e numerais devem concordar em gênero e número com o substantivo.

Tomamos como objetivo geral discutir os padrões sociolinguísticos da variação da concordância nominal no português popular do Brasil, verificando tendências de mudança no âmbito do sintagma nominal (SN) na comunidade de fala conquistense. Para tanto, traçamos como objetivos específicos explicar esquemas de estruturação nominal pelos falantes do português popular da comunidade linguística de Vitória da Conquista; elencar os princípios norteadores da concordância nominal na língua oral usada como vernáculo pelos falantes do português popular da comunidade linguística mencionada; e discutir as variáveis e tendências de mudança da concordância nominal de número no sintagma nominal.

Buscamos, dessa forma, responder à seguinte pergunta: De que forma a sócio-história de uma comunidade, no caso de Vitória da Conquista, pode determinar o vernáculo dos falantes, considerando fenômenos pontuais, no nosso caso a concordância nominal de número no SN? E, nessa perspectiva, consideramos o Português Popular, nos termos labovianos, como o vernáculo daqueles que compõem a base da pirâmide do Brasil (SILVA, 2005) e partimos da crença de que a tese da bipolarização (LUCCHESI, 2000) justifica a necessidade de se construir a história do português popular, conjugando-se o aparato da Sociolinguística com as investigações propostas pela Sócio-história.

Salientamos que um dos traços marcantes em nossa pesquisa da reconstrução da história de Vitória da Conquista está no fato de recorrermos às fontes primeiras, isto é, relatos *in loco* para descrevermos a configuração atual da sociedade, cujo vernáculo é alvo do nosso estudo. Além disso, a concordância de número no sintagma nominal é vista como forma não só de explicar o fenômeno da variação, mas também as mudanças em curso, considerando as alterações por que as sociedades urbanas vêm passando.

Para a realização do presente estudo, tomamos dados de fala da comunidade urbana do município supracitado, partindo de variáveis extralinguísticas e linguísticas. Fundamentamos nossa explicação do fenômeno da concordância, com base na Transmissão Linguística

Irregular, por compreendermos, como Dante Lucchesi (2000) que os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, nos quais a língua do segmento que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos. Tais processos podem conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua *pidgin* ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato (LUCCHESI, 2000). Nesse sentido, encaramos a variedade popular dos conquistenses como fruto do processo colonizador do Sertão da Ressaca¹ o qual deu relevância às atividades exploratórias e agropastoris, deixando de lado a formação de uma sociedade letrada que incluísse os menos abastados.

Esta dissertação está dividida em três seções, nomeadas segundo suas características gerais, e subdivididas em subseções que julgamos necessárias para a compreensão do fenômeno linguístico da concordância pelo viés da Sócio-história.

Na primeira seção, SÓCIO-HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, apresentamos características gerais do município de Vitória da Conquista e, com esse propósito, buscamos apresentar caracteres do espaço sócio-histórico em que o vernáculo de Vitória da Conquista se constituiu, enfocando os agentes construtores da identidade linguística do município, a saber, a figura do colonizador europeu, dos índios ditos aculturados e dos afrodescendentes.

Dessa forma, discorreremos, inicialmente, sobre aspectos gerais do município de Vitória da Conquista e, posteriormente, sobre os denominados bairros populares, nos quais se concentram a maior parte dos informantes que compõe o *Corpus* Português Popular de Vitória da Conquista (doravante *Corpus* PPVC), a base da pirâmide social do município em questão. Além disso, retratamos o município do ponto de vista do processo da urbanização, fator que exprime inovação no vernáculo. Após essa discussão preliminar, há a caracterização da comunidade de fala do vernáculo conquistense, tendo em vista o processo educacional, sobretudo, dos primeiros anos de escolarização.

Na segunda seção, CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS, ocupamo-nos em definir o fenômeno da concordância, do ponto de vista da tradição gramatical, da dialetologia, e, por fim, à Sociolinguística e pesquisas nessa linha.

Dedicamos a terceira e última seção, METODOLOGIA E DISCUSSÕES SOBRE OS DADOS, à apresentação da metodologia por nós empregada na presente análise. Nessa seção,

¹ O Sertão da Ressaca é o termo utilizado para designar historicamente a região em que se situa o município de Vitória da Conquista; no entanto, abrange uma região que vai além dos limites oficiais do município, atingindo regiões fronteiriças como Planalto, Barra do Choça, Anagé.

realizamos o percurso desde a constituição do *corpus* às formas de quantificação dos dados. Descrevemos, detalhadamente, as variáveis dependente (linguística) e explanatórias (extralinguísticas) por nós elencadas como o conjunto de fatores condicionadores de uma maior ou menor frequência dos índices de concordância nominal. E, na análise dos dados, procuramos discutir as variáveis linguísticas e extralinguísticas, partindo da hipótese de que o português popular do Brasil tem sua origem na forma de colonização imposta ao Brasil em que agentes de diversas origens se põem no mesmo espaço e compartilham os mesmos valores, inclusive os padrões de língua. Nesse sentido, a urbanização tardia e precária hoje cede espaço ao aparato urbanizador tido como modelo de resgate social, o que aos poucos vai configurando uma nova realidade social e, portanto, linguística no município de Vitória da Conquista.

2 SÓCIO-HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Podemos afirmar que Antoine Meillet (1866-1936) foi um dos precursores da tentativa de fazer convergência entre fatores internos (estruturais) e externos (históricos e sociais) a fim de descrever os estados de línguas. Para ele, “os fatos históricos e os fatos sociais se unem, agem e reagem para transformar o sentido das palavras” (MEILLET, 1958, p. 271). Destarte, podemos o mesmo dizer em relação a outras estruturas linguísticas, pois as mudanças dão-se por influxo social condicionadas por diversos fatores dentro das possibilidades do sistema linguístico.

As ideias de Meillet (1958) vão de encontro à teoria de que “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1987 [1916], p. 271), frase que encerra o Curso de Linguística Geral, atribuída a Ferdinand de Saussure.

Meillet vai além e chega a afirmar que opõe-se a essa visão e afirma que:

A linguística é uma ciência social, e o único elemento variável a que se pode recorrer para explicar a mudança linguística e a mudança social cujas variações da linguagem são apenas consequências, por vezes, imediatas e diretas, e, mais frequentemente, mediatas e indiretas (MEILLET, 1958, p. 17).

O componente social não figura na concepção de Meillet como um pano de fundo a que se pode recorrer, mas um fator necessário e imprescindível para que sejam descortinados fenômenos linguísticos (GUIMARÃES; SILVA; SOUSA, 2013).

Assim, com base nessa perspectiva, reconhecemos, tal qual Jorge Augusto Alves da Silva (2005, p. 15) que: “Conhecer a história de uma comunidade de fala é condição *sine qua non* para se discutir as mudanças linguísticas em processo e as que foram concluídas nessa comunidade”.

Desde meados da década de 60 do século XX, estudiosos passam a se reunir (1963 em São Francisco e 1964 em Los Angeles) a fim de sistematizarem aparatos empírico-teóricos que vão subsidiar o tratamento da convergência de fatores linguísticos e sociais na explicação de fenômenos verificáveis nas línguas. Assim, com rigor científico, chega-se à afirmação de que a variação pode ser estudada, descrita e analisada, bem como sua ocorrência é condicionada por diferenças sociais sistemáticas.

São eleitos em um primeiro momento três aspectos a serem observados: a identidade social do falante, a identidade social do ouvinte e o contexto. Posteriormente, são incluídas a idade, a posição social e a proximidade do grau de parentesco.

Os estudos labovianos vão acrescentar a essa concepção (1972) uma dimensão mais ampla do tratamento social na linguagem. William Labov vai empreender o primeiro estudo considerado sociolinguístico ao analisar a variação entre ditongos na comunidade ilhéu de Martha's Vineyard, na costa leste dos EUA. Posteriormente, empreenderá estudos sobre a estratificação social do /r/ nas grandes lojas de departamento de Nova York e, por fim, vai tratar da fala de jovens negros do Harlem (*black english*). Labov, em suas pesquisas, tentou apresentar a correlação existente entre as variantes linguísticas e as variantes sociais, efetuando uma abordagem sistemática, cruzando os dados e os interpretando a partir de dados estatísticos. Por essa razão, a teoria laboviana é considerada quantitativa. A importância de Labov para os estudos linguísticos pode ser auferida pela propulsão de pesquisadores que se lançaram a interpretar os fenômenos linguísticos relacionando-os aos fatos sociais. Conhecimentos da sociologia, da antropologia e da história são, frequentemente, requisitados pelos sociolinguistas para explicar os fenômenos variáveis em estudo, ao mesmo tempo em que tais estudiosos servem-se dos “achados” dos sociolinguistas para poderem melhor perceber as alterações por que passam as sociedades.

Nesse sentido, importa, sempre num estudo que se dedica a explicar questões linguísticas por meio de aspectos sociais, a compreensão da história recente e dos impactos dos agentes sociais sobre essa história.

Em 1982, Suzanne Romaine apresenta à comunidade acadêmica um estudo em que a pesquisadora procura reunir os pressupostos de uma abordagem Sócio-histórica. No estudo, a história social de dada comunidade não é apenas um recurso ou um pano de fundo para as discussões, pois, com o rigor da sistematização, passa a ser uma vida para a construção dos elementos sociais agora considerados pelo lado histórico.

Nesse sentido, as fontes históricas deixam apenas de ser no sentido clássico os documentos e rompem a barreira do documento oficial, podendo abranger outros instrumentos de compreensão das realidades das comunidades de fala. Aos mitos, à fala, às manifestações artísticas (literatura, cinema), juntam-se outros instrumentos de percepção da história social dos povos, tais como testamentos, registros paroquiais, mapas, fotografias, diários pessoais e dados socioeconômicos e populacionais.

No âmbito de nosso estudo sobre a construção sócio-histórica de Vitória da Conquista, empregamos a consulta a jornais e documentos oficiais a fim de retratarmos as visões internas

e externas sobre o surgimento e expansão do município. Além disso, dados relacionados à produção do espaço urbano foram imprescindíveis para discutir questões de desenvolvimento populacional e urbano que caracterizam, nesse século, a situação sócio-histórica de Vitória da Conquista.

Pelo exposto, a nossa opção, no presente estudo, é, ao realizar uma pesquisa na comunidade de fala de Vitória da Conquista, compreender o vernáculo dessa comunidade a partir do espaço social que o informante ocupa e das relações sociais em que esteja envolvido. Dessa forma, para nós, a realização desse estudo teve como elemento relevante o levantamento dos fatores sociais (extralinguísticos dentro do conjunto da Teoria da Variação e Mudança) para a constatação do fenômeno linguístico pesquisado, a concordância nominal de número no SN no município sede de Vitória da Conquista.

Com esse propósito, na seção SÓCIO-HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, chamamos inicialmente ao diálogo estudiosos que se interessaram em reconstruir o percurso da constituição histórica da cidade, como: Maria Aparecida Silva de Sousa (2001), Rui Hermann Araújo Medeiros (1977a, 1977b), entre outros, apresentam uma visão ampla sobre a realidade histórica do município. Tais autores serviram de base para muitos trabalhos acadêmicos elaborados hodiernamente.

Acreditamos que a sócio-história da comunidade de fala de Vitória da Conquista demonstra com o atual estágio de desenvolvimento socioeconômico aponta para transformações no vernáculo da comunidade que constitui a amostra de nossa pesquisa.

Nas palavras de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) encontramos amparo para a nossa pretensão:

[...] a partir da variação espacial e social sincrônica a novas preocupações com a “história interna” do português brasileiro, que para ser interpretada na sua totalidade exige que melhor e mais detalhadamente se conheça a complexa “história externa” da sociedade multilíngue do espaço que, a partir do século XVI, se denominou Brasil (MATTOS E SILVA, 2004, p. 30).

Levando em consideração que o material linguístico no qual realizamos a análise é o Corpus do Português Popular (doravante *Corpus PPVC*), é condição *sine quan non*, a nosso ver, explicitar a compreensão que temos de Português Popular e, para isso, recorreremos a Silva (2005) que observa, em sua tese, que o termo “popular” sempre esteve associado, em uma relação inversamente contrária, aos valores culto, aristocrático e de elite. Para Silva (2005), os informantes do Português Popular estariam configurados em dois grupos sociais: grupo 1, que diz respeito àquela parcela da população brasileira que não passou pelo processo de

alfabetização, ou, em outros termos, não passou pelo processo de letramento. Parcela, a rigor, denominada nos estudos sociolinguísticos, como *sem escolarização*; e grupo 2, que diz respeito àquela parcela constituída por indivíduos que possuem até quatro anos de escolaridade, seja durante o período da infância ou não (SILVA, 2005, p. 13).² Grupo, considerado nos estudos sociolinguísticos, como pertencente ao *Fundamental I*, de 1 a 4 anos de escolaridade.

Aos informantes do Português Popular, além da caracterização da escolaridade, há uma associação ao espaço em que vivem: meio rural ou meio urbano. Neste, a ocupação habitacional acontece, comumente, nas regiões mais periféricas da cidade.

Em Vitória da Conquista, de acordo com o censo de 2010, essa parcela da população com características de idade acima de 25 anos, sem escolaridade ou com o ensino fundamental incompleto equivale a 55,15% da população. Tais associações nos permitem posicionar os informantes do português popular do Brasil às camadas da população brasileira que ocupam a base da pirâmide social.

Com o propósito de correlacionarmos o fator linguístico, fenômeno da concordância nominal de número, ao fator extralinguístico/social, a realidade de Vitória da Conquista, a fim de compreendermos de forma mais eficaz as razões que motivam a realização dessa variável, apresentamos a seguir um breve histórico da comunidade de fala de Vitória da Conquista.

Destarte, orientados pela definição de língua ou, em outro termos, de vernáculo na perspectiva laboviana, “ [...] língua diária [usada] por membros da ordem social, [...] veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos” (LABOV, 2008, p. 13), procuramos caracterizar o espaço sócio-histórico em que o vernáculo de Vitória da Conquista se constituiu, enfocando os agentes construtores da identidade linguística do município, a saber, a figura do colonizador europeu, dos índios ditos aculturados e dos afrodescendentes.

Com essa intenção, discorreremos, ainda, sobre aspectos gerais do município de Vitória da Conquista e, posteriormente, sobre os denominados bairros populares, nos quais se concentram a maior parte dos informantes que compõe o *Corpus* Português Popular de Vitória da Conquista (doravante *Corpus* PPVC), a base da pirâmide social de Vitória da Conquista.

Buscamos, assim, compreender os dados históricos da comunidade em estudo e revelar, através desses elementos, a possibilidade de explicação de uma nova configuração do

² Ressaltamos, no entanto, que, por questões metodológicas, a parcela de agentes de nossa amostragem com frequência aos bancos escolares, pode ter chegado até 5 (cinco) anos de escolarização.

Português Popular a partir, sobretudo, da presença de alguns fenômenos linguísticos no vernáculo conquistense.

2.1 CONFIGURAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA: OS AGENTES HISTÓRICOS FORMADORES DA COMUNIDADE DE FALA

A fim de esboçarmos como está configurado o Português Popular em Vitória da Conquista, tomaremos, como agentes sociais, o elemento indígena, o negro africano e o europeu e discutiremos, em um primeiro momento, a presença deles no espaço conquistense e, em um momento posterior, lançaremos mão de algumas informações relevantes sobre o ensino das primeiras letras no século XIX.

Os cronistas até o início do século XIX mantêm a configuração social do povoado como: fazendeiros, uma camada de homens livres, índios escravizados e/ou domesticados e africanos escravizados. E, com o passar do tempo, vai diminuindo gradativamente a incidência de "índios domesticados", que depois desaparecerão, mesmo com os aldeamentos que foram criados a exemplo do existente no Distrito de Verruga (MEDEIROS, 1977a, p. 9).

Sobre o desaparecimento do índio, Edinalva Padre Aguiar (2000) afirma que:

E em relação à cultura indígena, especialmente à local, a que se deve um apagamento tão grande, o que hoje nos restam como lembranças são alguns poucos nomes como serra do Periperi, cuja grafia original é Piripiri (nome tupi incorporado à língua portuguesa), Distrito Industrial dos Ymborés, posto Mongoió! [...] (AGUIAR, 2000, p. 44).

A respeito dessas questões que envolvem a população indígena de Vitória da Conquista, Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1982) afirma que, após a independência do Brasil, em 1822, houve um investimento especial por parte do governo para abertura de estradas com o intuito de ligar Minas Gerais à Bahia. Assim, afirma, também, que para garantir esses investimentos, outras verbas também foram liberadas para à “pacificação” dos vários grupos indígenas e, para isso, e com esse propósito, não pouparam o uso dos mais diversos tipos de métodos violentos para “matar uma aldeia” (PARAÍSO, 1982, p. 29).

Um dos métodos a que se refere Paraíso (1982) foi utilizado pelo Coronel João Gonçalves da Costa: a realização de uma festa para depois exterminar toda uma aldeia, como ocorreu com os mongoiós, o conhecido “banquete da morte”, relatado pelo Príncipe Wied-Newied (SOUSA, 2001):

[...] depois de ordenar a seus homens que tivessem as armas prontas, convidou todos os selvagens para uma festa e, enquanto confiadamente se entregavam à alegria, foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disso os selvagens embrenharam-se nas matas, e o arraial conseguiu repouso e segurança (SOUSA, 2001, p. 92).

Esse fato mereceu um comentário especial de Durval Vieira de Aguiar³ em fins do século XIX: “repugna-nos descrever estas covardes atrocidades deslustradoras dos feitos de homens que por serviços à pátria tem a história o dever de exaltar” (SOUSA, 2001 p. 92).

Sousa (2001, p. 93), após relatar a trajetória dos indígenas na região e as ações dos colonizados em especial a de João Gonçalves da Costa, conclui que, ainda, há uma responsabilidade por parte dos historiadores em resgatar fatos e de reconstituir o processo de formação da cidade de Vitória da Conquista, pois a edificação da cidade se dá sob a égide da valentia de seu fundador e do genocídio da população nativa.

Já em relação ao negro africano, Medeiros (1977b, p. 9) afirma que o número de escravos com o passar do tempo aumentou, isto é: “Em 1875, o número de escravo ascendia à cifra de 1817, número elevado para uma região de pecuária” e, de acordo com o mesmo autor, deu-se devido à falência da exploração do minério de Rio de Contas. Por isso, quando da abolição da escravatura houve uma forte reação dos proprietários de escravos da região como fica claro nos pronunciamentos dos vereadores da Câmara da “Imperial Vila da Victoria”, em que “apenas um vereador defende a legalidade e justiça da Lei Áurea” (MEDEIROS, 1977b, p. 9).

Neste sentido, a abolição fez com que esse grupo definitivamente se fixasse na zona rural da região na condição de meeiros e de vaqueiros, tendo em vista que era necessária à manutenção da agricultura e do sucesso das fazendas de gado da região como se pode constatar em Medeiros (1977b).

Como se vê, a presença do negro africano em Vitória da Conquista é marcada desde a sua origem. Documento datado de 1780, enviado por Manoel da Cunha Meneses, ex-governador da Bahia, para Martinho de Melo e Castro refere-se a um rancho de mais de 60 pessoas compostas de fazendeiros, índios domesticados e escravos.

Silva e Sousa (2013), no artigo, *Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil*, refletem sobre a situação do negro em Vitória da Conquista e asseveram que, apesar do silenciamento imposto à presença

³ Funcionário da polícia, tem relatos publicados no **Diário da Bahia** sobre o estado das escolas baianas em 1882 quando inspecionava os destacamentos situados nas províncias. Desse modo, anota as queixas formuladas, sobretudo, problemas voltados à disciplina e instruções.

do negro africano e de seus descendentes na formação da sociedade conquistense, [tal fato não foge], desta forma, à regra do ocorrido ao negro no Brasil. Assim, os pesquisadores lançam mão de documentos cartoriais a fim de “mapear” a presença de africanos no Sertão da Ressaca.

Silva e Sousa (2013) atestam que há documentos que confirmam a presença marcante de africanos na sociedade conquistense, a exemplo dos apresentados por Maria de Fátima de Novaes Pires (2003) que, a partir dos estudos de 207 inventários entre os anos de 1840 e 1888, apresenta os seguintes resultados:

O número de escravos arrolados nos 207 inventários nos revela que muitos proprietários de terra possuíam poucos escravos. [...] observamos que 62,5% dos inventariados eram donos de até quatro cativos, 23,3% continham de cinco a dez, 8,8% apresentava uma quantidade entre 11 a 23 escravos, sendo que 4,0% deles angariavam um número maior, entre 33 a 72 escravos (PIRES, 2003, p. 56).

Apesar de os inventários apresentarem poucos escravos por propriedade, o número total de escravos era grande para uma região agropastoril. Como podemos verificar nos dados de Pires (2003, p. 55):

Na Imperial Vila da Vitória 18,7% dos inventariados estudados não foram localizados escravos, 12,6% possuía um escravo e 14,9%, dois escravos. Porém encontramos um número relativamente grande, em se tratando de uma região do interior da província baiana, onde a principal atividade era a criação de gado, que não exigia muita mão-de-obra como as grandes lavouras de algodão, cana-de-açúcar, fumo, mandioca e outras. Dessa forma, podemos inferir que os fazendeiros praticavam a policultura, pois em várias fazendas se utilizava um grande número de escravos nas plantações.

Segundo, ainda, a autora, no livro de matrícula de 1871, foram matriculados 1.590 escravos, o que não deixa de ser um número substancial para um período posterior a edição da lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de negros (PIRES, 2003, p. 62). A maioria das propriedades possuía um pequeno número de mão-de-obra escrava, por isso, era necessária a utilização de mão-de-obra livre.⁴

Pires (2003), em seu estudo, afirma que os médios e pequenos fazendeiros geralmente possuíam um ou nenhum escravo. Desse modo, 12,6% dos inventariados possuíam somente

⁴ Os grandes fazendeiros tinham o escravo como principal mão-de-obra. Mesmo assim, as fazendas da Imperial Vila da Vitória utilizavam também os braços do homem livre juntamente com o trabalho escravo para efetuarem serviços nas suas propriedades, como mostra o documento abaixo, onde um dos grandes fazendeiros e proprietário de trinta e cinco escravos contratou o trabalho de três trabalhadores livres (PIRES, 2003, p. 62).

um escravo e 18,7% não possuíam nenhum, o que a permite afirmar que a mão-de-obra livre era muito utilizada na Imperial Vila da Vitória. Assim é o caso de Quintiliano José Gonçalves, proprietário de um único escravo, homem e velho e de duas fazendas com criação de gado e plantação da cana-de-açúcar, mandioca, uma chácara com plantação de café, bananeira e laranjeira, um engenho. É evidente que um único escravo não era suficiente para atender à demanda de trabalho de duas fazendas policultoras e criatórias. Assim, a autora concluiu que parte da mão-de-obra empregada era livre (PIRES, 2003, p. 63).

Desse modo, a frequente presença do escravo é inegável. Contatos linguísticos entre índios, europeus, no Sertão de Ressaca e, em especial, em Vitória da Conquista, permitindo-nos concluir que a língua falada nesta região é fruto desse contato, com maior frequência, negros e brancos, ou com menor frequência, o caso dos índios. Assim, todos os relatos e dados apresentados até aqui demonstraram a existência dos agentes em contato entre os diversos grupos que constituíram a sociedade conquistense, bem como, caracterizam o português falado nesse município.

As condições apresentadas favoreceram à utilização de uma variedade de português em que as necessidades de interação espelham a protolíngua que ora denominamos de Português Popular, já que essa variedade de língua foi se constituindo como elemento de comunicação entre os agentes da sociedade em construção.

A realidade do município de Vitória da Conquista (Sertão de Ressaca) *a priori* pode ser comparada à realidade do semiárido baiano, pois, segundo as considerações linguísticas de Zenaide de Oliveira Novais-Carneiro e Norma Lúcia Fernandes de Almeida (2011, p. 608) alguns contextos que permitiram a dinâmica do contato linguístico na região do semiárido e, dentre os hipoteticamente apresentados, encontra-se o do século XVII e XVIII da expansão agropecuária.

Nesse sentido, a precariedade do ensino, a manutenção de valores atávicos e pouco efetivação do aparato urbano serão fatores necessários para a compreensão das características do Português Popular de Vitória da Conquista, bem como observar as mudanças em curso.

1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Realizamos, aqui, uma breve retomada da formação sócio-histórica do município de Vitória da Conquista, situando-o, sobretudo, em relação aos acontecimentos que marcaram sua origem, formação e consolidação do espaço geográfico, social e político, bem como os

agentes, que são, a nosso ver, elementos necessários para a compreensão da identidade linguística de um povo.

O município de Vitória da Conquista está localizado no Sudoeste da Bahia, é a segunda maior cidade do interior do Estado, com população aproximada de 306.866 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, distribuída em uma área de 3.405,58 km², com densidade demográfica de 90,11 hab./km². Desta população, 274.739 habitantes pertencem ao espaço urbano e destes, 79.845 habitantes pertencem ao grupo da parcela daqueles utentes da língua portuguesa com 25 anos e mais de idade, sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

A história de Vitória da Conquista, de forma semelhante ao que aconteceu em várias cidades brasileiras, está ligada ao processo de interiorização ocorrida no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, assim como, também, está relacionada aos interesses econômicos da corte portuguesa em encontrar recursos para retirar a sua economia da crise em que se encontrava. Portugal não só havia perdido algumas de suas colônias no Oriente, mas também o monopólio da produção do açúcar para a Holanda e, ainda, não acompanhou o crescimento do processo industrial que ocorria na Inglaterra, desde meado do século XVIII e, com sua manufatura incipiente, era incapaz de concorrer com a produção dos ingleses. Isso levou Portugal a tornar-se cada vez mais dependente da economia britânica, tornando-se fornecedor de gêneros agrícolas e de matérias-primas, e, por outro lado, consumidor de produtos industrializados.

Diante da situação de crise econômica vivida além mar, era necessário à corte portuguesa fazer com que a Colônia da América produzisse cada vez mais e tal conjuntura provocou a formação de bandeiras que deveriam explorar o interior da colônia à procura de riquezas, subentendidas como ouro, prata e pedras preciosas. Nas regiões em que não foram encontradas riquezas minerais, houve, como alternativa econômica, o incentivo à criação de gado, que representava uma forma de garantir a interiorização da colônia e o sustento de áreas produtoras de minério.

Esta última alternativa contribuiu para a configuração histórica e econômica de Vitória da Conquista, cidade que se tornou uma área de criação de gado e, por sua vez, também área de passagem, a exemplo da ligação entre o Rio Pardo e o Rio das Contas. Como consequência disso, a figura do tropeiro foi uma presença constante em nossa região.⁵

⁵ Não apenas curiosamente, mas a atual Rua João Pessoa foi, por muito tempo, conhecida como “Rua da Boiada”.

Figura 1 – Rua da Boiada, 1950 (atual João Pessoa)



Fonte: <<http://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-50/>>.

O tropeiro configurou-se como um importante agente da sócio-história conquistense na primeira metade do século XIX. A esse respeito, trazemos o estudo realizado pela pesquisadora Jurema Mascarenhas Paes (2001).

Paes (2001) desenvolveu uma pesquisa tratando de tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX, no alto sertão baiano. Nesse trabalho, o *tropeirismo* é designado por várias categorias, a saber: 1) relacionada ao comércio de muares, 2) relacionada a produtos de exportação e 3) ligada ao transporte de mercadorias de abastecimento interno (a policultura e a pecuária) que eram produzidas dentro da colônia portuguesa para abastecer as regiões interioranas e as suas principais vilas e cidades. Além dessas atividades, as tropas cumpriam, também, a função de fazer transporte de pessoas ou transporte de escravos para serem vendidos no interior.

Era peculiar aos tropeiros, nas viagens, dividir, compartilhar, desde as chamadas “delícias” até “as dores do caminho”. Assim, segundo Paes (2001, p. 6), “bebiam da mesma caneca, trocavam experiências e contavam histórias com os camaradas, tocadores, arrieiros e cozinheiros, sendo eles escravos ou homens livres”.

É possível perceber, dessa forma, que a figura do tropeiro possuía características fundamentais de agente linguístico que desenvolvia, juntamente com seus ajudantes de tropas, uma franca relação de contato com as cidades em que aportavam. Daí a sua valorosa

contribuição na constituição do português falado no Brasil e, em nesse estudo, no vernáculo do Sertão da Ressaca.

Uma outra questão singular para compreensão da realidade linguística da Comunidade Conquistense e a diminuição do valor do tropeiro foi a construção da BR-116.

Figura 2 – Vista aérea de Vitória da Conquista (1985)



Fonte: <<http://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/panoramicas/>>.

A construção da BR-16 proporcionou a integração do município a outras regiões e estado, referimo-nos, aqui, em específico a região Norte de Minas Gerais.⁶ Tal fato possibilitou a integração de pessoas e, como consequência, as relações, antes, comerciais e, hoje, avançadas para os campos da saúde e da educação. Com isso, a figura do tropeiro, antes fundamental para o deslocamento (o ir e vir) quer seja de objetos, quer seja de seres vivos, passa a perder, gradativamente, importância no sentido de contato com outras regiões, já que, nesse momento, a população poderia contar com a BR-116. No entanto, apesar desse “efeito da modernidade” que contribuiu para a abertura da malha rodoviária e para a chegada do

⁶ Por questões de limites geográficos, a história do Sudoeste da Bahia está diretamente ligada à do Norte de Minas Gerais.

transporte motorizado, ocorrido a partir dos anos 40 do século XX, o tropeiro não perdeu o seu valor de agente construtor da identidade linguística do município.

2.2.1 A constituição histórica da cidade: do Arraial da Conquista à Vitória da Conquista

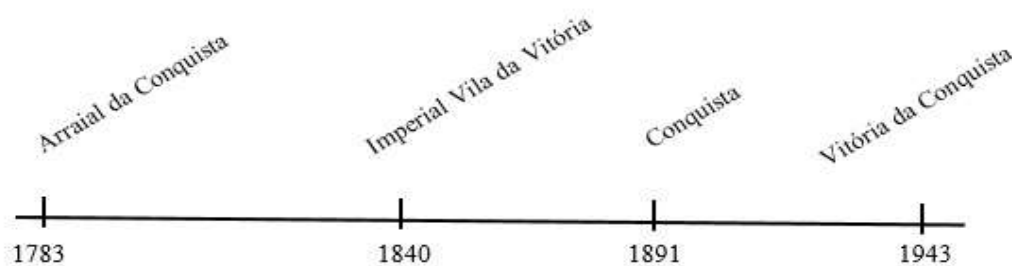
Em sua trajetória histórica, a cidade de Vitória da Conquista, antes de atingir ao *status* de município, recebeu diferentes topônimos. A saber:

Em 1783, o município era identificado como o **Arraial da Conquista**. O nome surgiu em função da conquista do território sobre os índios. Quase 6 décadas depois, em 19 de maio de 1840, o Arraial foi elevado à Vila, época em que o seu território foi desmembrado do município de Caetité e passou a se chamar, então, **Imperial Vila da Vitória** pela Lei Provincial 124, com instalação verificada em 9 de Novembro do mesmo ano. Em um espaço de meio século, com a emancipação política da Imperial Vila da Vitória, que já se encontrava no regime republicano, a cidade passou a chamar-se **Conquista** em 1891. E, finalmente, em dezembro de 1943, através da Lei Estadual N.º 141, o nome do Município foi modificado para **Vitória da Conquista**.

As nomenclaturas dadas ao município refletem o crescimento urbano, econômico e político do núcleo populacional dentro do contexto do Estado da Bahia. Isto significa que, quanto mais o núcleo populacional crescia, o espaço urbano, a importância política e econômica da cidade crescia e, conseqüentemente, também, o seu prestígio. As mudanças de categorias das nomenclaturas, espelhavam, assim, um reconhecimento de uma mudança de *status* por parte da província ou do Estado da Bahia. Esse processo de reconhecimento funcionou dessa forma até chegar a cidade atingir a sua emancipação política em 1891.

Para melhor visualização desse cenário, apresentamos a seguir uma linha temporal na qual correlacionamos a data aos nomes da cidade.

Figura 3 – Linha temporal dos nomes da cidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Isto posto, o núcleo populacional que dá origem à cidade de Vitória da Conquista floresce devido à busca de fontes econômicas para abastecer a coroa portuguesa, conforme anunciamos anteriormente. Assim, investidas colonizadoras foram realizadas com o intento de desbravar o “Sertão da Ressaca”.⁷

No intuito de mostrar a composição social da comunidade de fala da, então Imperial Vila da Vitória, parece relevante conferir, em Sousa (2001), a alusão feita a um documento de 1780. Neste documento, temos:

As primeiras referências do arraial da Conquista, no final do século XVIII, falam da existência de um pequeno povoado onde moravam mais de sessenta pessoas, entre índios aculturados e escravos comandados pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa⁸ (SOUSA, 2001, p.164).

Os chamados índios aculturados e escravos viviam, basicamente, da criação de gado, da agricultura de subsistência e de um pequeno artesanato. No entanto, urge registrar que esse pequeno núcleo populacional sofreu relativo crescimento, como foi constatado em 1816, quando já possuía 40 (quarenta) casas e uma igreja em construção.

A atividade de criação, como se disse, admitia atividade [sic] subsidiárias. Estas eram a agricultura de subsistência, fabricação de artefatos simples e de vestes de couro, pequeno plantio de algodão e o “aluguel” de pastagens para boiadas que desciam dos sertões em demanda ao litoral.

Em termos físico-numéricos, entretanto, o núcleo primitivo teve crescimento relativamente grande, pois em 1816, conforme depoimento de um viajante-naturalista, o povoado já contava com umas quarenta casas e uma Igreja em construção (MEDEIROS, 1977b, p. 9).

⁷ A fim de encontrar uma saída para seus problemas econômico-financeiros, entre os quais pode-se citar o pagamento de compromissos à Inglaterra, só restava a Portugal intensificar a exploração econômica de sua colônia na América. A busca do ouro, atestada por documentos da época, na faixa de terra situada entre os Rios Pardos e de Contas, assim como o interesse de Portugal em abrir os campos da região para criatório de gado, no esforço feito pela metrópole para recuperar-se economicamente, são as causas explicativas do porque a “bandeira” de João Gonçalves da Costa terminou por criar o núcleo populacional de onde se originou o Município de Vitória da Conquista (MEDEIROS, 1977b, p. 9).

⁸ No referido documento, de acordo, também, com Medeiros (1977) além dos índios que viviam na condição de escravos, falou-se da existência de fazendeiros e uma camada social intermediária de homens livres: “Documento datado de 1780 (ofício de Manoel da Cunha Menezes, ex-governador da Bahia, para Martinho de Melo e Castro) nos fala de um ‘rancho de mais de 60 pessoas’ que ‘viviam sossegados (sic) das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado’. O mesmo documento nos fornece indicação dos tipos humanos da primitiva povoação: fazendeiros, ‘índios domesticados’ e escravos. Se o analisarmos com outras fontes históricas da época, chegamos à conclusão que os ‘índios domésticos’ estavam reduzidos à situação de escravos como diria mais tarde Maximiliano, ‘tiranizados, tratados como escravos’ [...]. Intermediando aquelas duas camadas sociais, encontrava-se alguns indivíduos nominalmente livres, gravitando em torno dos interesses do grupo que realizou a apreensão privada da terra, ou seja, em torno da família do ‘coronel’ João Gonçalves da Costa (MEDEIROS, 1977b, p. 9)”.

Em 1840, no dia 19 de maio, o núcleo populacional passou à condição de Vila – Imperial Vila da Vitória – pela Lei Provincial nº 124, deixando, assim, de ser dependente de outras vilas, como havia sido, a exemplo de Jacobina, Rio de Contas e Caetité. Essa nova configuração permitiu às lideranças locais terem um poder maior de reivindicar melhorias, assim como permitiu ao local desenvolver algumas mudanças sociais e mesmo econômicas.

Na vida social da incipiente Vila, começaram a despontar os primeiros núcleos familiares estruturados, marcados por uma política genocida impetrada pelo colonizador português aos índios, que, inicialmente, foram “domesticados” e, depois, “dizimados” pela força do Império.⁹

Ora, como resultado dessa ação genocida, os índios domesticados ou aldeados desapareceram, trazendo, aos colonizadores, a almejada “paz” à expansão territorial e política da região de Conquista.¹⁰

Com relação à questão político-econômica, a Vila também sofreu mudanças, pois os fazendeiros, que, antes, viviam da agricultura de subsistência, passaram a usufruir, nesse novo momento, do *status* de coronéis. Esse teria sido o motivo político que muito contribuiu para que a Vila viesse a se tornar cidade em 1891.

É oportuno lembrar que os destinos políticos da região eram decididos por poucos homens. Em 1842, por exemplo, havia apenas o registro cartorial de 40 eleitores aptos, chegando a apenas 20 em 1947. O que demonstra que havia um grande abismo social entre os moradores do município, considerando-se o direito ao voto. Tal situação representa o domínio familiar-patriarcal, baseado na posse de terras.

Nesse momento, cabia ao coronel a indicação de um intendente para governar o município. As famílias detentoras de terras e outros bens, agora adjetivadas e reconhecidas

⁹ O contato do colonizador com os índios nativos se deu com a mais extrema violência, marcada por conflito envolvendo a posse de terra. Nesse sentido, muitos nativos são expulsos de suas terras. Além disso, em um desses conflitos, conhecido como o “banquete da morte”, João Gonçalves da Costa aproximando-se dos índios e demonstrando cordialidade, convidou-os para uma festa, em meio a essa suposta comemoração, surpreende-os, matando a maioria desses índios.

¹⁰ A composição social da vila admite, aos poucos, alteração para, em seu seio não abrigar apenas dispersos personagens, mas grupos familiarmente estruturados, vivendo da economia pecuária ou gravitando em torno da mesma. Vai diminuindo gradativamente a incidência de ‘índios domesticados’, que depois desaparecerão, havendo, entretanto, aldeamentos oficiais de índios mongoiós no Distrito de Verruga [...]. Se, com o decorrer dos tempos, desaparece a figura do índio domesticado, é verdade que surge o comerciante tropeiro. Seu surgimento é explicado pela articulação que a vila faz com outras regiões, por fatores de ordem econômica e pelo incremento da população sertaneja como consequentes novas necessidades de acanhada economia de mercado que se vai definindo. No âmbito da Vila, a configuração social antes descrita se fixa. As famílias, antes menores, descendentes dos fundadores de Conquista se ampliam. As fazendas, consideradas propriedades familiares, organizam-se com grau relativamente grande de autossuficiência. Elas são as unidades produtoras correspondentes à organização social da vila. Este aspecto de quase autossuficiência da fazenda e, por consequência da família proprietária, perdura durante longo tempo. Já no século XX, foi costume dizer-se que a Fazenda só precisava comprar sal e querosene (MEDEIROS, 1977b, p. 9).

como tradicionais, passaram a governar a cidade, orientadas segundo o (seu) interesse agrário. Na configuração política peculiar a esse período, havia, no poder, uma alternância de famílias. Essa alternância, em alguns momentos, como era de se esperar, chegou a provocar disputas armadas no âmbito da oligarquia rural no Sertão da Ressaca.

Em tal cenário, por um lado, temos a disputa da oligarquia rural pelo poder e, do outro lado, todos os demais setores da sociedade – classe média, trabalhadores, pequenos comerciantes – postos à margem do poder local.¹¹

Por volta do final do século XIX, a partir de 1872, ocorre um crescimento populacional motivado pela fixação do homem ao solo, com o incremento de atividades agropastoris. Isnara Pereira Ivo (2004) afirma que dados censitários demonstram uma população sazonal (aquela cuja mobilidade/fixação dependem de fatores econômicos ligados à terra, como a seca) e uma população fixada à região num total de 18.836 habitantes, assim distribuídos: 8.814 homens livres, 8.205 mulheres livres e 1817 escravos. No entanto, os destinos políticos decisórios estavam na mão de pequenos grupos.

No entanto, tal crescimento não se verificava em muitos aspectos, especialmente, o educacional. Segundo relato de 1888, o coronel Durval Vieira de Aguiar descreveu a geografia urbana de Conquista contendo casas térreas com telhas, praça da matriz, cadeia pública, destacamento policial, escolas para meninos e escolas para meninas, mas tudo em condições extremamente precárias:

[...] As casas são terreas e a maior parte de telhas. A praça é quadrilonga e de ladeira; ficando no centro a Matriz. A cadeia perfeitamente péssima, tendo por maior segurança o tronco; alojando-se na mesma casa, o mais incomodante possível o pequeno destacamento de polícia.

A escola de meninos funcionava num comodo térreo parecido com um corredor... tudo enfumado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa mandada fornecer pelo ex-bancos pela municipalidade. A matrícula d'escola era de 35 mais a frequência de 20 [...].

A escola de meninas, com frequência de 22, era o reverso da medalha [...] (MEDEIROS, 1977b, p. 7).

Alguns anos depois, 1893, agora em outra perspectiva ou outro olhar, Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira fazem um relato mais animador dos aspectos urbanísticos da cidade:

¹¹ Esta realidade só foi alterada, ou seja, os “outros” segmentos da sociedade só passaram a ter representatividade a partir dos anos 60, do século XX, com a chegada José Pedral de Sampaio ao executivo municipal (JORNAL HOJE, 1991, p. 3).

A cidade, edificada em terreno acidentado, é formada de casas térreas e envidraçadas na sua maioria, e de poucos sobrados, caiados a tabatinga ou cal, formando onze ruas e duas praças. Na praça maior e mais central, chamada da Matriz, acham-se a igreja parochial de n. S. da Victória, a única da cidade, e o paço do Conselho, propriedade particular.

N'essa mesma praça há aos sábados um feira bastante concorrida, onde a municipalidade possui um grande e bem proporcionado edificio. A cidade tem um cemiterio bem collocado, com capella, e duas escolas publicas, além de seis particulares. Seu comércio é assás importante e estende suas relações à Capital do Estado, às cidades e villas do centro e aos municípios do Rio Pardo e outros do N. de Minas [...] (VIANA; FERREIRA, 1893 apud MEDEIROS, 1977b, p. 8).

Ressaltamos que nem mesmo as mudanças ocorridas, em âmbito nacional em 1930, como a chegada de Vargas ao poder, responsável por deslocar o foco da economia nacional, não foram capazes de alterar a realidade política e, consequente, questão do poder em Vitória da Conquista.

Figura 4 – Vista panorâmica da Rua Grande (1935)



Fonte: <<http://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-35/>>.

Se, politicamente, a cidade situava-se dessa forma, perguntamo-nos como a sociedade conquistense se posicionava frente às questões do ensino? Chamamos a atenção para esta demanda em torno de aspectos políticos e a falta de representatividade de setores da sociedade conquistense, vislumbrando questões de princípios educacionais.¹²

No tocante ao investimento em educação formal, as mudanças no município começaram a ser percebidas a partir de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Época, em que, em nível nacional, deu-se início a um investimento na educação pública e o reflexo em Vitória da Conquista, conseqüentemente, ocorreu.

É sabido que, de modo geral, não é prática das oligarquias rurais propiciarem investimentos em educação, o que não foi diferente em Vitória da Conquista quando

¹² Salientamos que a problemática em torno da disputa de poder, em termos de poder político, as mudanças só ocorreram nos anos sessenta, quando se deu a eleição de José Pedral ao executivo municipal.

encontrava-se sob a égide da mencionada oligarquia rural. Isso nos faz crer na existência de reflexos desse comportamento oligárquico, dada a falta de investimento em torno da educação formal, no município em análise e, como conseguinte, na presença da variável linguística concordância nominal de número.

Na década de 40 do século passado, a cidade novamente muda de nome e passa a chamar-se Vitória da Conquista. A partir daí, não ocorre mais mudança no nome, mas as mudanças continuam presentes na realidade do município.

Na década de 60, uma nova configuração social e econômica começa a surgir, principalmente com o empreendimento das estradas Rio-Bahia e a Ilhéus-Bom Jesus da Lapa que cortam a cidade, pois essas vias passam a proporcionar um maior escoamento das mercadorias, além de integrar o município ao sul e nordeste do país e, ao mesmo tempo, à região do sertão e à região litoral baiano. Com isso, muito além do comércio realizado pelos tropeiros¹³ outrora, o surgimento de um comércio mais diversificado, com a chegada de modernas casas comerciais e de imigrantes atraídos pelo desenvolvimento econômico em expansão é inegável, e isso resulta em uma considerável ampliação do número de trabalhadores urbanos.

Esses novos integrantes sociais, além de intervirem na economia da cidade, passam a almejar também uma participação na vida política do município, proporcionando e provocando mudanças nos rumos da política local. O surgimento da rodovia conhecida como Rio-Bahia, BR-116, já mencionada anteriormente, que passa a “cortar” a cidade em dois espaços socioeconomicamente¹⁴ diferenciados, é responsável tanto pela expansão econômica de que a região faz parte, quanto pela atração de pessoas de outros lugares e, consequente, otimização do comércio e o escoamento da produção regional.

Se, por um lado a cidade despontava em expansão econômica, não percamos de vista a organização da vida do município com o advento da construção da BR-116 no tocante aos agentes. Situando-os em classes sociais, com a mobilização da construção da rodovia, nos vinte anos decorridos (desde o seu início à pavimentação, dos anos 40 aos anos 60), verificamos, em consonância com Alexandre de Jesus Santos e José Rubens Mascarenhas de Almeida, em um trabalho intitulado **Vitória da Conquista em contraste: a “avenida da integração” e a luta de classe**, que as classes sociais ficaram repartidas de modo

¹³ Outrora o tropeiro era o principal vetor de comunicação da Vila com outras partes do estado e do país. O tropeiro, que implementou o comércio de gado na localidade, passa a figurar no imaginário popular como o “boiadeiro”, figura emblemática no imaginário regional.

¹⁴ Atualmente, houve uma tentativa ideológica de diminuir a separação entre os dois lados da BR-116: o então prefeito José Raimundo Fontes atribuiu à parte mais visível da BR que atravessa o município o nome de “Avenida Integração”.

representativo das relações mais gerais da sociedade [...]: do lado Leste da cidade, tendo como ponto de referência a BR-116, localizavam-se bairros com uma maior concentração da classe burguesa, coexistindo, também, alguns bairros periféricos e pobres; do lado Oeste, ao contrário, as pessoas que ali residiam compunham, majoritariamente, a classe trabalhadora. Essa separação social é sedimentada por uma barreira geográfica urbana real (SANTOS; ALMEIDA, 2009, p. 3). Sinais tão evidentes da separação, a ponto de merecer uma tentativa de dirimir essa divisão, nos primeiros anos de 2000, com a substituição do nome Rio Bahia por Avenida Integração.

Verificamos que a ideia de urbanização, na esfera deste estudo, vai além da simples ocupação de espaço, na perspectiva geográfica, mas perpassa às relações sócio-político-econômicas e culturais dos agentes do lugar e seus diversos conflitos, incluindo-se, nessa esfera, os de aspectos linguísticos.

Do ponto de vista linguístico, estudos como o de Silvana Silva de Araújo (2014) apontam para a pouca significação dos agentes migrantes em fenômenos morfossintáticos. No entanto, para nós, é importante destacar o processo migratório na formação Sócio-história do português popular, como um elemento que corroborou de forma significativa com a constituição espacial de Vitória da Conquista.

Outro aspecto que se mostrou fundamental na constituição de Vitória da Conquista e que teve uma relação estreita com a migração diz respeito ao desenvolvimento do comércio, responsável por motivar parcela de migrantes para a cidade em decorrência da expansão econômica do município. Com isso, traços do fenômeno migratório vão se firmando na constituição da comunidade de fala dos conquistenses, formada por baianos de outras regiões, mas também por cearenses, paraibanos, pernambucanos, entre outros, que são chamados de “nortistas”.

Paralelo a esse crescimento na cidade decorrente da Rio-Bahia e do atrativo comércio, havia um movimento político, tomando um rumo diferenciado. O governo da cidade começava a sair das mãos dos coronéis e, a partir de 1962, através de uma coalizão política com presença de grupos políticos de esquerda, de centro e de direita, que estava “fora”¹⁵ do processo eleitoral, é que se consegue eleger como prefeito José Pedral Sampaio, que não era representante de um núcleo familiar exclusivo, como de costume na região. No entanto, é válido ressaltar que só, em 1972, com a eleição de Jadiel Oliveira Matos, para prefeito, é que as famílias tradicionais perderam o poder de mando no município.

¹⁵ Grupo sem poder aquisitivo e com aparente descrédito.

Neste sentido, é importante destacar que é no governo de Jadiel Matos que há uma estruturação da educacional no município com a inauguração de escolas, bibliotecas e da implantação definitivamente da Secretária da Educação e Cultura.¹⁶ Com isso, acreditamos que, nesse momento, a educação formal passou a ter uma nova dinâmica em Vitória da Conquista e, possivelmente, alterações consideráveis em termos de escolarização da população.

Além do comércio e da construção de estradas de “rodagem”, como elementos de atração de migrantes, considerados como novos agentes, a agricultura cafeeira também cumpriu esse papel. Nesse sentido, é possível afirmar que a agricultura cafeeira, implantada a partir de 1972, também exerceu influencia no grande desenvolvimento da cidade e da região. Atividade implantada durante o Governo do General Emílio Médici através do Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, tinha como objetivo ampliar a área de cultivo do café. Para isso, o governo ofereceu aos agricultores subsídios para o plantio dos cafezais.

A agricultura cafeeira, também, foi uma porta para uma intensa entrada de migrantes para a cidade. Promovendo, dessa forma, uma grande virada com relação aos aspectos rural e urbano. Prova disso, no censo de 1970, temos um registro que a população do município era de 125.573 habitantes e, em 1980, a população passa a ser de 170.897. Um aumento populacional equivalente a 45.324 mil habitantes em um espaço de 10 anos configura o quanto o café significou uma atividade intensa no período.

Desse total de habitantes, é salutar afirmar que, segundo o censo de 1970, 95,0% da população de 25 anos ou mais de idade era composta por falantes do português popular, isto é, com menos de 4 anos de escolarização; e, no censo de 1980, essa parcela de informante do português popular é reduzida para 87,2%. Essa temática será melhor discutida posteriormente na subseção sobre educação em Vitória da Conquista.

A implementação da cultura cafeeira levou muitos produtores de pequeno porte a perderem suas terras para os novos agricultores que chegavam à região, quer seja através da venda de suas terras, quer seja pela expropriação, levando essa população a migrar também para a cidade e tornar mão-de-obra sazonal do café. Nesse sentido, contribuindo, também, na alteração da situação urbana.

¹⁶ Criada pela Lei nº 010, de 13 de setembro de 1973.

Figura 5 – Plantação de café



Fonte: <<http://fotosdevitoriadaconquista.wordpress.com/category/anos-75/>>.

Apesar desse movimento positivo na agricultura, há de se registrar que a cultura do café¹⁷ não prosperou na região, entrando em crise e, assim, atingido à economia do município. No entanto, a grande projeção regional do município fez com que o café continuasse atraindo a entrada de novos agentes e fez com que Vitória da Conquista passasse a ser considerada como polo de outros serviços, a exemplo da educação, saúde e o comércio.

Em 2006, Priscila Bagli, objetivando discutir aspectos sobre a realidade rural e urbana de uma cidade, considerando o binômio harmonia e conflito na cadência da contradição, ressalta a importância da mudança de realidades como constructo da história de uma cidade. Bagli (2006), nessa perspectiva, ressalta que não basta entender a mudança em si, mas o que ela traz para aquilo que transforma ou que finge transformar. Com essa assertiva, continuamos a nossa discussão, retomando alguns fatores históricos e sempre na observância do que permanece e do que muda e da importância para a Sócio-história de um povo.

¹⁷ Em abril de 1980, trabalhadores e trabalhadoras do café organizaram um movimento grevista em que reivindicavam melhores condições de trabalho: uma diária mínima, equiparação salarial entre mulheres e homens, horas extras, água potável e escolas.

2.3 VITÓRIA DA CONQUISTA DO PONTO DE VISTA URBANO: UM RESGATE HISTÓRICO

Retomaremos, brevemente, alguns aspectos do município de Vitória da Conquista, com vistas ao momento presente acerca dos aspectos “sistemáticos” do uso da variável concordância, no português popular dessa comunidade de fala, bem como da variação e das tendências de mudança.

Na região do sudoeste baiano, podemos observar marcas do processo constitutivo da comunidade de fala, permeado pela presença de diversos agentes. Entre eles, as “bandeiras” coloniais, índios, escravos, tropeiros e, posteriormente, os trabalhadores que construíram a Rio-Bahia, com a expansão do comércio, com a expansão da monocultura do café e, por fim, como polo educacional. Todos os agentes aqui enumerados representam significativamente a construção da Sócio-história do português popular do município em análise.

Figura 6 – Vista panorâmica da Rua Grande e adjacências: Praça da Bandeira e Régis Pacheco



Fonte: <<http://fotosdevitoriadaconquista.wordpress.com/category/anos-30/>>.

Segundo o jornal **Grande Bahia** (edição *online* de 02.02.2012), Vitória da Conquista é a segunda cidade que mais cresce na Bahia, com Produto Interno Bruto (PIB) que superou 340% entre 1999 e 2009, ao lado disso é a terceira entre as cidades que mais crescem no interior do Nordeste e a sétima mais importante entre as médias cidades brasileiras na atualidade. Porém, numa retrospectiva histórica da cidade, percebemos que o processo de

crescimento foi dado de forma gradativa, principalmente, a partir de 1840 quando assume a condição de Vila e notamos também que é, a partir de 1887, segundo relatos, que a Vila configura-se como uma das que mais cresceu no sertão baiano: “A distante Vila de Conquista progredia assustadoramente e constituía um dos mais belos e florescentes povoados do sertão baiano” (MEDEIROS, 1977b, p. 8).

Em 1888, corroborando com essa informação supracitada, o Coronel Durval Vieira de Aguiar descreveu a geografia urbana de Conquista chamando a atenção para aspectos das casas, dentre outros, o educacional.¹⁸

Em 1893, em obra publicada por Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira, o aspecto urbanístico de Conquista foi apresentado contendo novos componentes como a feira aos sábados, cemitério, escolas públicas e particulares e um forte comércio.¹⁹

Em 1944, no jornal **A Conquista**, foi publicado um artigo do Professor Everardo Públio de Castro,²⁰ que caracteriza a configuração urbana de Conquista com muito entusiasmo e mostra a evolução da população urbana no censo de 1940, comparando-o ao de 1950. O respeitado professor lembra que em 1940 a população urbana era de 8.644 habitantes, o que significava 25,7% de toda a população do município. Em 1950, entretanto, a população urbana mais que duplicou (19.463 habitantes), aumentando o seu percentual para 41,6% de toda população municipal (a população em 1950 era 46.456 habitantes). Isso demonstrou que, nas décadas de 40 e 50, houve um crescente processo de urbanização, trazendo para a cidade novos agentes que passaram a exigir uma nova demanda de espaço urbano para construção de moradia, o que levou ao surgimento de novos bairros, a exemplo do Departamento, hoje, Bairro Brasil e do Jurema.

O Professor Everardo Públio de Castro afirmou, ainda, que “o Município em 1950 era o 5º do Estado em população e hoje é o 2º tendo apenas em sua frente o de Feira de Santana”. Atentos a essa afirmação, é possível asseverar que o município de Vitória da Conquista

¹⁸ [...] As casas são térreas e a maior parte de telhas. A praça e quadrilonga e de ladeira; ficando no centro a Matriz. A cadeia perfeitamente péssima, tendo por maior segurança o tronco; alojando-se na mesma casa, o mais incomodante possível o pequeno destacamento de polícia. A escola de meninos funcionava num comodo térreo parecido com um corredor... tudo enfumaçado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa mandada fornecer pelo ex-bancos pela municipalidade. A matricula d’eschola era de 35 mais a frequência de 20 [...]. A escola de meninas, com frequência de 22, era o reverso da medalha [...] (MEDEIROS, 1977a, p. 7-8).

¹⁹ Cf. item “A constituição histórica da cidade: do Arraial da Conquista”, p. 31.

²⁰ Um fatalismo, porém, que talvez preside as causas e os acontecimentos, de modo violento e tumultuário como um vulcão, despertou essa cidade sonolenta para transformá-la, hoje, na cidade mais próspera do interior da Bahia. Para ela veio um ginásio que lhe trouxe vida nova e nova mentalidade. Apareceu seu primeiro bar – o moderno Salão Azul – modificou o aspecto da Praça da Piedade, o sorriso do seu primeiro jardim que, embora pequeno e modesto deu graça, vida e movimento àquela praça (apud MEDEIROS, 1977a, p. 8-9).

passou por um período de significativo desenvolvimento depois de 1940 (O COMBATE, 1957, p. 1).

Esse visível desenvolvimento do município pode ser confirmado também por meio de uma das edições do jornal **O Combate**, na qual há a afirmação de que Vitória da Conquista foi uma das cidades que mais cresceu no Estado da Bahia. Fruto, segundo consta no jornal, dos migrantes que aqui chegaram, vindos principalmente do norte do país e de outras cidades circunvizinhas e que passaram a investir na cidade, conforme mencionamos anteriormente.

A composição da população de Conquista e, principalmente, daqueles que ocuparam a região oeste da cidade, região considerada como a que mais se desenvolveu na cidade, pode também ser evidenciada no jornal **Diário do Sudoeste** (1995, p. 4), no qual está registrado:

Nos anos 50, essa área teve o seu crescimento acelerado por causa dos vários loteamentos populares feitos pelo então prefeito Gildásio Cairo. Os lotes foram comprados por grandes números de emigrantes, que vieram principalmente do interior baiano e de Pernambuco.

Situações como essas relacionadas à ocupação por parte dos migrantes, obrigam-nos a refletir sobre a composição da comunidade de fala Conquistense. Tendo em vista, sobretudo, a informação registrada, no censo de 1950, que aponta para uma população do município de 79.887 habitantes, no qual, desses, apenas 15.544 sabiam ler e escrever, ou seja, apenas 19% da população era alfabetizada. Dados que serão melhor apresentados na seção sobre educação em Vitória da Conquista.

Antonio Luís Santos (1987), em consonância com o que descrevemos no tocante ao crescimento de Vitória da Conquista e sua população, afirma que a população do município era predominantemente rural, porém, registra que, a partir de 1960, a população passa a ser predominantemente urbana, graças à migração de populações rurais para a sede do município. Além disso, os trabalhadores rurais foram atraídos pela oferta de emprego ocasionada pela BR-116.

Com relação ao processo de compreensão teórica das dimensões rural e urbano, Rosa e Ferreira (2006) afirmam que, a partir da década de 60 do século XX, as relações entre o meio rural e o urbano tornam-se mais intensas, “[...] tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas[...]” (ROSA; FERREIRA, 2006, p. 187).

As autoras chamam atenção, ainda, para o fato de que, antes do processo de industrialização da agricultura e da instalação de complexos agroindustriais, como é o caso de

São Paulo, o campo e a cidade tinham funções, paisagem e relações sociais bem definidas. Porém, com a intensificação das atividades capitalistas e com uma maior integração entre esses espaços, “as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural, respectivamente, tornaram-se presenças marcantes no campo e na cidade” (ROSA; FERREIRA, 2006, p. 188).

O fenômeno ocorrido em Vitória da Conquista, no processo de urbanização, a partir de 1940, faz parte desse contexto nacional descrito por Rosa e Ferreira (2006). Ainda que, na referida cidade, o fator principal não tenha sido a industrialização propriamente dita, mas, de alguma forma, o seu reflexo, através da construção da malha rodoviária nacional.

Tabela 1 – Crescimento populacional de Vitória da Conquista (1940/1980)

ANOS	TOTAL	POPULAÇÃO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO			
		URBANA	%	RURAL	%
1940	33.554	8.644	25,7	24.910	74,3
1950	46.456	19.463	41,6	26.993	58,4
1960	80.113	48.712	60,7	31.401	39,3
1970	125.573	84.346	67,1	41.227	32,8
1975	172.242	127.013	73,7	45.229	26,2
1980	170.897	127.652	74,6	43.245	25,3

Fonte: Censos Demográficos – Bahia, 1940,1950,1960,1970,1975,1980 – Sinopse do Censo Demográfico-Bahia, 1960. CEPLAC – Anuário Estatístico – 1976/1977.

Visualizando o quadro crescente da população de Vitória da Conquista, verificamos um êxodo da zona rural para a zona urbana registrada em uma diferença perceptível, sobretudo, a partir dos anos 60.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que grande contingente populacional do município tem origem no meio rural. Realidade que, certamente, exerce influência na caracterização da variável concordância nominal no SN do português considerada popular. Ademais, somem-se a essa situação a vinda de moradores de outros estados e regiões, especialmente a partir da década de 50.

Acrescentemos, ainda, as ponderações feitas por Jurandir Zamberlam (2004), nas quais relaciona o fenômeno da migração à realidade brasileira como um todo, ao apontar que o Brasil constituiu-se um país que tem, em sua gênese, o fenômeno da migração, tanto externa quanto interna.

Dando continuidade ao nosso estudo sobre o desenvolvimento de Vitória da Conquista, trazemos Santos (1987) que apresentou três fenômenos / elementos de análise do ponto de vista do urbanismo e da habitação: o crescimento econômico terciário da cidade, a

gestão e a reprodução da força de trabalho, o funcionamento e a especialização do mercado de trabalho. E apresentou, também, um levantamento feito por uma equipe que elaborou o Plano Diretor Urbano para Vitória da Conquista, edição de 1975/76. Nesse plano, demonstra-se, até 1944, que a cidade crescia em sentido sudeste, porém, a partir de 1955, a cidade passou a crescer no sentido oeste. Em consequência desse desenvolvimento urbano, houve a abertura da grande região sertaneja e pecuarista aos centros de consumo, bem como uma maior relação de contato entre os utentes da língua portuguesa.

Aproveitando o destaque do desenvolvimento da zona oeste, foi autorizada a abertura de vários loteamentos populares nesta localidade pelo então prefeito municipal Gildásio Cairo. Segundo registro na prefeitura, muitos desses loteamentos eram de propriedade do próprio prefeito.

Outro fato relevante é que, a partir de 1944, quando as “máquinas” iniciaram a construção da Rio-Bahia, surgiu o primeiro núcleo de povoamento da zona oeste, logo conhecido como Bairro do Departamento, devido a localização – ao lado da BR – da sede do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER).

Nos anos 50, essa área continuou a ter um crescimento acelerado em função dos vários loteamentos populares feitos pelo então prefeito Gildásio Cairo. Os lotes foram adquiridos por grandes números de emigrantes, oriundos principalmente do interior baiano e de Pernambuco (DIÁRIO DO SUDOESTE, 03 out. 1995).

Mais uma vez, é possível verificarmos, pelo que descrevemos nas décadas de 40 e 50, que o crescimento do município esteve, durante esse período, vinculado ao aumento do fluxo de migração.

É salutar registrar ainda que outras rodovias foram igualmente responsáveis pelo prolongamento urbano como a BA-262, Conquista-Brumado e a BA-265, Conquista-Barra do Choça, assim como, a partir de 1955 até 1974, houve um crescimento em direção aos bairros próximos ao Aeroporto e a ocupação de espaços vazios principalmente de áreas alagadiças. Mais uma vez, estes novos espaços constituem bairros populares, a exemplo dos bairros Alto Maron e Patagônia.

Quanto à malha urbana, essa se estendeu ao longo dessa rodovia envolvendo inclusive, a ligação rodoviária BR-262, Conquista/Brumado. Outro prolongamento se dirigiu para sudeste graças à topografia e à rodovia BR-265, Conquista/Barra do Choça. Com isso, a cidade passou a se expandir seguindo a direção das rodovias, identificadas como vetores do crescimento urbano.

De mil novecentos e cinquenta e cinco até mil novecentos e setenta e quatro, observa-se um processo de expansão similar verificado no período anterior, manifestando-se inicialmente tímidas penetrações transversais dos eixos de crescimento da cidade. Em seguida foram preenchidos os espaços vazios que se formaram entre os eixos de crescimento. Os fatores de atração foram a construção do aeroporto, a implantação de novos loteamentos e saneamento dos terrenos alagadiços (DIÁRIO DO SUDOESTE, 03 out. 1995).

É válido, mais uma vez, ressaltar que a ocupação destes novos espaços, além de ser consequência da virada rural-urbano, caracteriza a realidade do português popular falado em Vitória da Conquista, marcado por uma urbanização precária que não trouxe consigo o aparato urbano necessário para a vida cidadina.

Santos (1987), em relação à ocupação do espaço urbano do município, afirma ainda que, somente a partir da primeira metade da década de 50, é que surgem os primeiros loteamentos propriamente ditos em Vitória da Conquista, fruto de pressão imposta pelo aumento populacional verificado neste período. Porém, o autor chamou a atenção para o fato de os primeiros loteamentos serem voltados para a população de baixa renda, o que, para muitos, impediu o surgimento de favelas na cidade. Esse autor argumenta que esse fenômeno pode ter sido um dos fatores, mas, relaciona também, o baixo preço dos terrenos próximo ao núcleo urbano e a relativa abundância de materiais de construção com preço módico na região. A esses fatores adicionemos a falta de preocupação, no período, com a questão urbanística, ou seja, aspectos básicos de saneamento ou mesmo pavimentação, alimentando o baixo custo dos terrenos o que levou à ocupação “precária” dos espaços urbanos.

Os espaços urbanos periféricos foram, então, loteados a fim de serem ocupados por moradores urbanos de baixa renda ou por aqueles vindos da zona rural. Na referida pesquisa, foram identificados, na década de cinquenta, onze (11) loteamentos. Já na década de sessenta, 29 (vinte e nove), e, na década de setenta, foram identificados 21 (vinte e um) loteamentos. Os bairros novos da cidade surgem como resultado deste período de loteamentos.

Contudo, é preciso esclarecer que este crescimento não ocorreu apenas através de loteamentos oficializados, mas, também, através de ocupações²¹ de terrenos públicos e até particulares, como o que ocorreu na Serra do Periperi, considerado patrimônio natural da cidade. Ocupação essa que, além de causar danos ambientais, também causa até hoje danos às ruas da cidade quando chove e os cascalhos da serra descem com as enxurradas e provocam inundações. Com está registrado no **Diário do Sudoeste**:

²¹ Ressaltamos que, embora tenhamos preferência em usar o termo ocupação, no período do acontecimento, a questão era interpretada pelos proprietários e pelos ocupantes dos terrenos como invasão.

A serra do Periperi é um patrimônio natural de Conquista. Nela, está localizada a principal nascente d'água da cidade, o Poço Escuro, com 20 hectares de área cercada.

Essas invasões aumentaram o número de enxurradas, que descem para a cidade [...] (DIÁRIO DO SUDOESTE, Caderno 2, 03 out. 1995, p. 5).

Uma explosão demográfica ocorreu na década de 70. Essa grande expansão encontrou uma cidade sem nenhum planejamento para receber em pouco tempo um grande volume populacional. Isso levou ao surgimento dos sem-teto, demonstrando a incapacidade do governo municipal de solucionar o problema. Ao lado disso, outras ocupações ocorrerem em bairros como o Alto Maron, bem como aqueles verificados nas proximidades do Centro Industrial e no Alto da Boa Vista.

Vitória da Conquista já sofre a marginalização geográfico-social em que pesa a incapacidade de solucionar os problemas dos sem-tetos que são empurrados do centro da cidade para a periferia, onde cresce o número de invasões e favelas, que não existiam há vinte anos (HOJE, 1991, p. 8).

Um outro fator identificado por Santos (1987) está relacionado ao surgimento de lotes voltados para a classe média e alta. Para isso, aumentou-se assustadoramente o preço dos terrenos. Medeiros (1977b) já chamava a atenção para esse fenômeno quando afirmava que a cidade modificou-se, inclusive, para dentro de seu espaço físico, separando suas classes sociais.

Nesse sentido, em Vitória da Conquista, podemos dizer que o espaço urbano é um indicativo da condição social do morador e, nesse sentido, os bairros em que os moradores habitam delimitam sua condição social bem como sua mobilidade socioeconômica. É óbvio que, além desse fator, devem ser observados, ainda, a origem, a caracterização do acesso aos meios de produção e consumo, dentre eles a educação, entendida aqui como o contínuo processo de letramento. Contudo, o binômio popular vs não-popular, portanto, em Vitória da Conquista, reveste-se, muitas vezes, no componente “ocupação do espaço físico”, o qual influencia sobremaneira a identidade do falante.

Em função disso, a seleção de informantes para constituição do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista fundamentou-se na busca dos moradores de bairros mais representativos dessa parcela da população que se constituiu historicamente a partir da ocupação do espaço urbano, segundo sua condição socioeconômica.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE FALA DO VERNÁCULO CONQUISTENSE

Um dos traços marcantes em nossa pesquisa da reconstrução da história de Vitória da Conquista está no fato de recorrermos às fontes primeiras, isto é, relatos *in loco* para descrevermos a configuração atual da sociedade cujo vernáculo é alvo do nosso estudo. Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2008) definem fonte histórica como todo material documental (documentos, registros e vestígios) produzida pela humanidade no tempo e no espaço: “a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (SILVA; SILVA, 2008, p. 158). Por outro lado, reconhece que uma emergente metodologia histórica, a História Oral, traz ideias inovadoras para a noção de fonte histórica, principalmente por criar seus próprios documentos: as entrevistas (SILVA; SILVA, 2008).

Nesse sentido, faremos uso, na presente pesquisa, de relatos de moradores mais velhos, caracterizados como agentes de nossa pesquisa, testemunhas do processo de urbanização de espaços em que o português popular de Vitória da Conquista institui-se, em termos labovianos, como o vernáculo de uma comunidade.

A polarização linguística defendida por Lucchesi (2000) é, em nosso estudo, aplicada com o intuito de compreender a sócio-história do português popular, seus agentes formadores, sua origem e os rumos da mudança que tal variedade sofre em virtude das rápidas mudanças pelas quais a nossa sociedade vem passando no início deste século.

Com o propósito de relacionarmos a polarização linguística defendida por Lucchesi (2000) à nossa comunidade de fala, elegemos bairros de características populares.

O primeiro bairro selecionado para constituição do corpus foi o Bairro Jurema um dos bairros mais populosos da cidade. O território em que hoje o bairro está localizado era, inicialmente, uma fazenda pertencente a João Andrade dos Santos que a vendeu para representantes de diversas famílias tradicionais como os Correias e os Cairos. Coube ao último proprietário da fazenda, Gildásio Cairo, prefeito da cidade na época, lotear o espaço ao qual deu o nome de Jurema em homenagem a uma filha.²²

Os primeiros moradores do Bairro Jurema vieram da zona rural de Vitória da Conquista, sobretudo, dos distritos como Bate-pé, Olho d'Água e Panela. Este último era uma

²² Informação concedida por Carlos Andrade dos Santos, conhecido como Carlim.

comunidade remanescente de índios fugidos que ali se misturaram à população local desde o final do século XVIII.

Um dos marcos urbanísticos desse bairro foi a BR-116. Fato que demonstra que o espaço geográfico de Vitória da Conquista deve ser analisado em conjunto com a expansão do espaço econômico, conforme sinalizado anteriormente.

Um dos antigos moradores descreveu o local como uma “antiga fazenda” que, apenas por volta de 1960, passou a ter aparência de urbanidade com a implementação de iluminação pública e rede de água. Dadas as suas características rurais, o incipiente bairro enfrentava problemas de inundação que só foram resolvidos com esgotamento sanitário e mecanismos de desvio de águas pluviais.

Em relação ao aparato urbano como escolas e postos médicos, o bairro demonstra um processo lento, só vindo a ocorrer por volta dos anos 60-70, mais por iniciativa particular do que por ação do poder público.

Em síntese, o bairro Jurema sinaliza, em sua gênese, para uma urbanização tardia, bem como a constituição populacional advinda do meio rural e a pouca atuação do poder público. Atualmente, contudo, ao lado das ruas que apresentam condições mínimas de urbanização, encontram-se grandes concessionárias de veículos e hospitais que atraíram um número considerável de pessoas que ali instalaram pequenos comércios e empresas de prestação de serviço. Tal situação de desigualdade contribuiu, de certa forma, para que o bairro recebesse o rótulo de “violento” e que comportasse os prostíbulos da cidade. Esses elementos revelam o papel que a BR-116 teve não só na construção do espaço geográfico, mas, também, na configuração do espaço econômico-social daquela região.

Construído, assim como o Jurema, o núcleo populacional formado no conhecido Nova Cidade, surgiu em decorrência da ação de movimentos sociais que começaram a ocupar de forma ilegal áreas públicas ou privadas. Oriundos do meio rural, ou relegados à própria sorte no espaço urbano, cerca de mil pessoas se “reuniram” e ocuparam um terreno pertencente à municipalidade, logo acima do Loteamento Panorama.²³

As pessoas limparam o terreno e construíram os primeiros barracos de lona, porém, a Prefeitura mandou demolir esses barracos, argumentando que aquele espaço não era para ser ocupado, vez que pertencia à Serra do Periperi e o programa de expansão urbana da prefeitura estava previsto para a parte baixa da cidade. Se para o poder público, a área não deveria ser ocupada, sobretudo, por questões ambientais; para os “futuros” moradores, aquele espaço

²³ Depoimento concedido, em entrevista, por Lúcia Regis Silva de Souza, 48 anos, ex-moradora do Nova Cidade, e uma das líderes do movimento de ocupação.

configurava-se como ideal, tendo em vista que estava desocupado e que localizava-se próximo ao centro urbanizado.

Os novos moradores do Nova Cidade eram antigos residentes do Panorama, das Pedrinhas e ocupantes das partes “marginais” do Alto Maron; outros, contudo, vinham de cidades menores empobrecidas pela decadência da monocultura cafeeira.

Em entrevista, um dos informantes agentes de nosso estudo, informou-nos que a divisão das ruas, a construção das casas e a demarcação dos limites foram encargo e responsabilidade dos próprios “invasores”. Tal fato se constata pela assimetria do local e pela irregularidade espacial na divisão das ruas e das construções.

Com relação aos “loteamentos” da Nova Cidade, nesses vinte e um anos, algumas transformações ocorreram, a exemplo de pavimentação das ruas, saneamento básico, construção de duas creches e uma Escola, a Dr. Antonio Helder Thomaz, no Nova Cidade e uma Creche no Parque da Cidade. Nesta localidade, há também um salão da Igreja Católica que é utilizado como escola.

Em oposição a esse espaço urbano, construído por iniciativa popular, surgiu no lado oeste, o conjunto habitacional Vila Serrana que teve início de sua construção em 1989, Vila Serrana I, depois foram construídas as três outras etapas. O conjunto habitacional, localizado na saída para Brumado, próximo a Urbis IV e V, no Bairro Zabelê, foi financiado pela Caixa Econômica Federal.

Por meio das entrevistas que constituem o *corpus* que ora analisamos, as Vilas Serranas, em sua maioria, foram habitadas por conquistenses que não possuíam renda para arcar com aluguel nos bairros próximos ao centro da cidade; portanto, moradores urbanos com baixo poder aquisitivo.

Nos vinte e poucos anos de existência da Vila Serrana, como é de costume em loteamentos populares novos, muitos desafios foram enfrentados e superados. Hoje, a Vila Serrana é um conjunto habitacional com um forte comércio, atendido por escolas públicas e particulares, posto de saúde, posto policial, por várias linhas de ônibus urbano e quadra poliesportiva. Porém, ainda, existem muitas demandas por partes dos moradores, a exemplo da cobertura do canal pluvial que passa no meio da avenida principal e traz grandes transtornos para a localidade.

De acordo com relatos dos entrevistados, o que deveria atender a uma demanda da classe popular, tomou outra configuração, pois há moradores, sobretudo, na Vila Serrana I e II de classe média e média alta, a exemplo de donos de restaurantes, profissionais liberais,

autônomos, professores, enfim. Realidade diferente das Vilas Serranas III e IV, que permanecem, ainda, com características mais populares.

Nesse sentido, com relação à população de Vitória da Conquista que se encaixa no perfil de utente popular da língua portuguesa, podemos afirmar que (1) tem sua origem diretamente ligada às movimentações populacionais decorrentes de atividades econômicas e que (2) a constituição dos bairros mais periféricos não se deu de forma única, isto é, nem totalmente pela migração campo-cidade nem pela realocação dos menos favorecidos.

Diante disso, podemos assegurar que diversos fatores entram nessa configuração e na constituição de uma identidade linguística da Comunidade de Vitória da Conquista e isso nos levou a lançar mão de outros fatores extralinguísticos para a caracterização dos níveis de urbanização e, conseqüentemente, de letramento a fim de vislumbrarmos as tendências verificáveis no quadro de variação no português popular de Vitória da Conquista, em particular, no que se refere à variação de concordância nominal de número.

2.5 EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

Nessa subseção, abordamos aspectos relacionados à educação em Vitória da Conquista, intentando apresentar um quadro, dentro dos pressupostos da Sócio-história, do letramento no município. Estudiosos da Sócio-história, como no caso de Silvana Silva de Farias Araújo (2013, 2014), têm procurado discutir como o nível de letramento influencia na configuração do vernáculo. Destarte, apresentar e analisar a presença e atuação do espaço escolar é uma das ferramentas necessária para a compreensão das realidades sociais e, portanto, linguísticas de dada comunidade de fala.

Como dissemos anteriormente, a primeira notícia de que se tem do sistema educacional de Vitória da Conquista foi relatado, em 1888, pelo Coronel Durval Vieira de Aguiar que versava sobre o funcionamento de duas escolas: uma voltada para meninas e outra voltada para meninos.

De acordo com relato desse coronel, a escola de meninos funcionava em um cômodo térreo, parecido com um corredor: “[...] todo enfumaçado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa [...] A matrícula d’essa eschola era de 35 e a frequencia de 20”. Já a escola de meninas,

aparece descrita com uma frequência menor “[...] com frequencia de 22²⁴ [...]” e caracterizada curiosamente como “[...] o reverso da medalha [...]”.

Com esse relato, verificamos a precariedade com que funcionavam essas escolas. E, nesse período, essa não era realidade única da região, mas uma realidade presente em todo o Brasil.²⁵ Temos notícias de uma alteração mais profunda no país no período de 1807. Momento em que Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão e a Corte Portuguesa se deslocou para o Brasil. Como consequência disso, o Rio de Janeiro, tornando-se sede do reino de Portugal, viu-se de certa forma obrigado a se preocupar em criar cursos. Estes cursos iam desde os profissionalizantes em nível médio aos cursos em nível superior e, ainda, aos cursos militares.

Como esses cursos foram criados para fazer do “novo” local algo realmente parecido com uma Corte,²⁶ evidente e infelizmente, a educação estava destinada a contemplar a elite.

Para uma maior compreensão da precariedade da educação brasileira, vejamos que, embora o Império chegue à consolidação em 1850,²⁷ somente em 1854, é que, de acordo com Paulo Ghiraldelli Junior (2003, p. 11), se criou uma “Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, cujo trabalho era o de orientar e supervisionar o ensino, tanto o público quanto o particular [...]”.

Sumariamente falando, existiram, na Primeira República (1889-1930), dois grandes movimentos a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento das escolas: a) o chamado movimento “entusiasmo pela educação” e b) o conhecido movimento “otimismo pedagógico”, nos quais se privilegiavam, respectivamente o quantitativo (número de escolas e de alunos) e o qualitativo (valor e funcionalidade dos métodos e conteúdos). Nas palavras de Ghiraldelli Jr. (2003, p. 16):

²⁴ O texto por nós citado encontra-se em fac-símile no Blog Carreiro de Tropa (<http://carreirodetropa.blogspot.com.br/>).

²⁵ No período colonial (1500-1822), a educação institucional passou por três fases, a saber, a) a de predomínio dos jesuítas; b) a das reformas realizadas pelo marquês de Pombal, destacando-se aí a expulsão dos Jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759 e, por último, c) a que d. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-21). No entanto, em termos de marco pioneiro da educação institucional no Brasil só ocorreu quase cinquenta anos após o descobrimento com os jesuítas, principalmente, o Padre Manoel da Nóbrega (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 5). Isto apenas confirma a situação de precariedade da educação do Brasil.

²⁶ Já o ensino no Império, de acordo com Ghiraldelli Jr. (2003, p. 10), foi estruturado em três níveis: “primário, secundário e superior. O primário era a ‘escola de ler e escrever’, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas ‘cadeiras’ consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das ‘aulas regias’, mas recebeu várias novas ‘cadeiras’ (disciplinas), principalmente em cidades de Pernambuco, Minas Gerais e, é claro, Rio de Janeiro”.

²⁷ Quando as divisões internas diminuíram e a economia cafeeira veio a dar ao país um rumo até então meio incerto, após a decadência da mineração (GHIRALDELLI, JR., 2003, p. 11).

O primeiro movimento ia em um sentido quantitativo, o segundo, em um sentido qualitativo. O primeiro solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República.

Seguindo essa discussão sobre a precariedade educacional brasileira, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1917) passou a existir uma forte movimentação em prol da educação, considerando-se, sobretudo, a existência da industrialização crescente no país e, conseqüentemente, necessidade de nova forma de vida. Ghiraldelli Jr. (2003) vai no falar de um percentual de analfabetismo da população brasileira em idade escolar em torno de 75% ou mais. Isso no ano de 1920, portanto, dois anos depois da Primeira Guerra Mundial. Afirma o autor que “Para os olhos de alguns grupos, era como se a República não tivesse de fato tornado a ‘coisa pública’ algo realmente público; no caso, o ensino público não parecia uma prioridade (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 17).

Nesse sentido, buscando um diálogo com a realidade local da época, verificarmos informações sobre a educação na Bahia, sobretudo, no interior, compreendendo a região do semiárido. Novais-Carneiro e Almeida (2011) em um trabalho intitulado "A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior",²⁸ chamam a atenção sobre dados quanto ao percentual de alunos nas escolas em relação aos dados estatísticos fornecidos pelo vice-governador Joaquim Leal Ferreira. As autoras revelam, em sua pesquisa, a existência de um fato curioso, uma vez que quando tiraram o percentual de alunos nas escolas, houve um grande equilíbrio em toda a província da Bahia, o que deve ser visto com ressalva, pois os censos desse período apresentam problemas na coleta. Desse modo, sinalizaram, ainda, que as impressões de Durval Vieira de Aguiar parecem se adequar mais à realidade por elas analisadas, inclusive sobre a precariedade da educação. Sem falar, de acordo com as autoras, na evasão escolar, um problema que ainda persiste no sertão, como em outros lugares do Brasil.

Para darmos prosseguimento à realidade educacional conquistense, ressaltamos que na Bahia em 1875, é possível falar em 20,6%, do índice geral de alfabetizados, considerando-se o semiárido com 17,13%, em comparação com Juazeiro em que apenas 4% da população é alfabetizada.

²⁸ Em fins do período imperial, o vice-governador Joaquim Leal Ferreira fornece, em 30 de setembro de 1891, à Assembleia Geral Legislativa, os dados estatísticos sobre instrução pública baseados no recenseamento de 1875 (NOVAIS-CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 538).

Figura 7 – Escola Barão de Macaúbas (1930)

Fonte: <<http://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-30/>>.

Na realidade conquistense, no censo de 1950, foi demonstrado que a população do município era de 79.887 habitantes e, desses, apenas 15.544 sabiam ler e escrever, ou seja, o processo de alfabetização era “privilégio” de apenas 19% da população.

O Conquistense²⁹ também apresentava matrícula no ensino primário em Vitória da Conquista, 1ª a 5ª série, hoje ensino fundamental.

Tabela 2 – Número de matrícula no Ensino Primário em 1950 em Vitória da Conquista

Ensino Primário	Matrículas					
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	Total
Estadual	1.907	429	309	189	121	2.955
Municipal	1.915	515	42	13	36	2.521
Particular	881	283	180	141	79	1.564
Supletivos	124	99	21	21	00	265
Total	4.827	1.326	552	364	236	7.305

Fonte: **O Conquistense**, p. 4, 06 de junho de 1959.

Como podemos verificar na tabela 2, o número total de matriculados nas primeiras séries em Vitória da Conquista era de 7.305. Já, no mesmo jornal, é apresentado outros índices em que o ensino ginásial aparece com o total de 847 alunos matriculados, em outros cursos, não especificados, 557 alunos, e, no curso normal (formação de professores), 83 alunos. Perfazendo, dessa forma, um total de 8.792 alunos matriculados, distribuídos em 99 unidades escolares. Número bem superior ao encontrado em 1888 que era de 57 alunos em duas unidades escolares.

²⁹ Periódico que circulou no município de Vitória da Conquista em 06 de junho de 1959, p. 6.

Tendo a tabela 2 como referência, é possível deduzirmos que 10,2% da população estava matriculada nas 8 (oito) primeiras séries do ensino fundamental, isto é, 8.152 alunos e 8.235 ou 10,3% da população estava matriculada até as 3 (três) séries finais do ensino básico.

Outro dado relevante consta do relatório da Fiocruz (2011) que caracteriza o município de Vitória da Conquista: em 1991, 77,0% da população possuía 8(oito) anos de estudos, ou seja, o ensino fundamental e somente 3,68% possuía 11 ou mais anos de estudo (ensino médio ou mais). Já a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade em 1991 ainda era, aproximadamente 28%. Esta situação se agrava ao analisarmos o percentual de defasagem escolar (mais de um ano de atraso escolar) entre crianças de 10 a 14 anos que, em 1991, estava próximo de 77%.

Figura 8 – População de 25 anos e mais de idade, por anos de estudo em Vitória da Conquista

Região	Menos de 4 anos de estudo			Menos de 8 anos de estudo			Mais de 11 anos de estudo		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Vitória da Conquista	81,5	69,7	55,0	95,0	87,2	77,0	0,58	1,77	3,68
Bahia	84,6	75,2	62,2	95,7	89,9	81,0	0,9	2,2	3,3
Região Nordeste	85,3	74,8	61,1	95,8	90,1	80,5	0,9	2,5	4,1
Brasil	69,0	55,6	42,3	91,2	83,3	72,1	2,0	5,0	7,5

Fonte: PNUD/IPEA/Fund. João Pinheiro/ IBGE - Atlas do desenvolvimento humano. 1999

Relatório da Fiocruz (2011) demonstra o nível de instrução da população conquistense com 25 anos ou mais de idade nos censos de 1970, 1980 e 1991, tempo em que podemos comparar com os índices da Bahia, Nordeste e Brasil. Na tabela, a seguir, apresentamos os dados dos anos de 2000 e 2010.

Tabela 3 – População de 25 anos e mais de idade, sem instrução e fundamental incompleto em Vitória da Conquista (2000 e 2010)

Região	Censo			
	2000		2010	
	População	Porcentagem	População	Porcentagem
Vitória da Conquista	86.497	68,76	95.231	55,15
Bahia	4.327.268	72,22	4.530.504	58,54
Nordeste	15.656.463	71,81	16.938.150	58,97
Brasil	53.884.267	63,04	54.142.643	49,17

Fonte: Censo IBGE (2000, 2010).

É possível notar que Vitória da Conquista segue o mesmo crescimento da Bahia, Nordeste e Brasil em nível de escolarização em todos os índices apresentados entre os anos de 1970 a 2010. Isto é, indo de 95,0% da população com menos de 8 (oito) anos de estudo em 1970, para 77,0% em 1991 e 55,15% no ano de 2010. Mesmo passando pelas alterações aqui observáveis, esses dados mostram-nos a existência de alto índice da população sem instrução e ensino fundamental incompleto em Vitória da Conquista. Em outras palavras, esses dados revelam precariedade educacional. Nesse sentido, os dados até aqui apresentados vão esclarecendo a constituição do português falado no município, em consonância com a sócio-história do município, bem como com a Transmissão Linguística Irregular.

A taxa de analfabetismo da população conquistense na faixa etária de 15 anos e mais e na média de anos de estudos na faixa etária de 25 anos e mais, nos censos de 1970, 1980 e 1991 (FIOCRUZ, 2011) possibilita-nos comparar, também, com os índices da Bahia, Nordeste e Brasil. Vejamos:

Figura 9 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais e número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais em Vitória da Conquista

Região	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)			Número médio de Anos de estudo (pop. de 25 anos e mais)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Vitória da Conquista	47,8	37,8	28,5	1,4	2,5	3,9
Bahia	50,6	43,1	34,5	1,3	2,1	3,3
Região Nordeste	53,9	45,9	36,6	1,3	2,1	3,4
Brasil	33,0	25,3	19,4	2,4	3,6	4,9

Fonte: PNUD/IPEA/Fund. João Pinheiro/ IBGE - Atlas do desenvolvimento humano, 1999

Nos censos de 2000 e 2010 a população total de analfabetos em Vitória da Conquista é de 19,84 % e cai para 14,69%, respectivamente, conforme censo IBGE (2000, 2010), comparando com os índices de 1970, 47,8% e o de 1991, 28,5%, podemos deduzir, então, que houve uma diminuição sucessiva da taxa de analfabetismo em Vitória da Conquista. Assim como houve, também, um crescimento na quantidade de anos de estudo da população com 25 anos ou mais, quando em 1970 era de 1,4 anos de estudo e, em 1991, passou a ser de 3,9. Com isso, constatamos que Vitória da Conquista segue, mais uma vez, a tendência ocorrida na Bahia, Nordeste e Brasil.

Nesse sentido, o município de Vitória da Conquista reflete uma realidade comum a outras localidades brasileiras, notadamente as do interior do estado da Bahia. A ação pouco efetiva da escola tem afastado os indivíduos do contato com o letramento contínuo o que os leva, muitas vezes, a perpetuar condições atávicas, quer em profissões quer em perspectiva de

vida. Por outro lado, como os dados de nossa pesquisa demonstram, os anos de escolaridade vêm influenciando na aquisição de estruturas mais próximas de uma visão urbana.

3 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS

Nesta seção, procuramos fazer uma revisão crítica da literatura que trata da concordância nominal. Para tanto, apresentamos, inicialmente, de forma sucinta o conceito de concordância nominal de número e seus mecanismos em português, além de discutirmos o tratamento dado pela tradição gramatical, a seguir, destacamos a percepção dos dialetólogos sobre o fenômeno da variação para, enfim, discutir as visões científicas das teorias gerativista e sociolinguística acerca da variação na concordância nominal de número.

Nos estudos embasados na Linguística Contemporânea, discutimos os posicionamentos assumidos por diversos trabalhos que procuram explicar a origem da variação e descrever os padrões da realização da Concordância Nominal de Número e o direcionamento da mudança linguística em curso. Com esse intuito, aos trabalhos clássicos como os de Scherre (1988), Hebe Macedo de Carvalho (1997) e Lopes (2001) somamos outros como os de Sandra Beatriz Koelling (2003) e Simone Daise Schneider (2007).

A fim de descrevermos e analisarmos os dados de fala de Vitória da Conquista, lançamos mão de trabalhos de referência, estabelecendo contrapontos com aqueles que se assemelham à história social dos utentes do português popular em nossa região. Vale ressaltar que, em relação à origem do português popular, a discussão encontra-se em duas grandes linhas de frente:³⁰ uma que privilegia a deriva e outra que se pauta na transmissão linguística irregular. Nessa perspectiva, apresentamos mais evidências sobre a realidade que observamos no vernáculo conquistense com o intuito de contribuir para a construção de uma história social do português popular.

Procuramos traçar um percurso histórico não só da percepção da variação na concordância, mas, também, das tentativas de se explicar o fenômeno recorrente na fala dos utentes do português popular do Brasil. Tal percurso exigirá que comecemos pela discussão do que chamamos de definição da concordância nominal de número na língua portuguesa.

3.1 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: UMA DEFINIÇÃO

No âmbito geral, Robert H. Robins (1981) afirma que a concordância reside na “exigência” de dada palavra conformar-se a peculiaridades de outra, segundo certas

³⁰ Hodiernamente, podemos ver que a discussão sobre a variação e mudança no Português do Brasil pauta-se numa perspectiva bipolarizada, encontrando-se num polo os que defendem a deriva secular (*drift*) e outros que buscam na constituição sócio-histórica do Brasil, raízes de um processo de transmissão linguística irregular.

categorias. Nesse sentido, haveria uma categoria nuclear e outras não-nucleares as quais deveriam assumir formas segundo as exigências determinadas por aquela. Nessa visão, portanto, a concordância apresenta-se como uma imposição do sistema, sendo, dessa forma, prevista por mecanismos estruturais.

No caso específico do português, a concordância nominal se dá dentro do *terminus* funcional do sintagma.³¹ Considerando que o nome é o elemento nuclear do sintagma, dele se retira a nomenclatura atribuída à construção morfológica: SN (sintagma nominal).³² Seguindo a exposição feita por Ataliba T. de Castilho (2010), a visualização da fórmula do sintagma nominal (SN) é proposta da seguinte forma:

$$\text{SN} \rightarrow (\text{Especificadores}) + \text{Núcleo} + (\text{Complementadores})^{33}$$

Ana Maria Brito (2003), no capítulo intitulado *Categorias sintáticas*, no compêndio **Gramática da Língua Portuguesa**, discute, no âmbito das categorias sintáticas, elementos introdutórios dessas categorias (categorias sintagmáticas e categorias nucleares; categorias lexicais e categorias funcionais e, nesse sentido, também afirma que, como Castilho (2010), uma categoria sintagmática é a projeção do seu núcleo). Nas palavras da autora:

Quando uma dada palavra ou item lexical pertence a um inventário vasto e renovável do vocabulário ou léxico da língua e o seu significado remete para entidades, situações, propriedades ou relações entre entidades, estamos na presença de **categorias lexicais**.

Por outro lado, quando uma unidade pertencente a um leque reduzido de palavras ou unidades morfológicas da língua e o seu significado remete para noções mais abstractas como a conexão entre frases, a determinação, a quantificação, o tempo, o modo, o aspecto, estamos na presença de **categorias funcionais** (BRITO, 2003, p. 326).

Os mecanismos inerentes à concordância nominal pertencem, assim, a um “leque reduzido de palavras ou unidades morfológicas”. No caso do português, a opção (dadas as

³¹ Segundo Castilho (2010), o termo sintagma provém da terminologia militar grega, em que designava um esquadrão, ou seja, um número fixo de soldados, distribuídos de forma também regular, aos quais eram atribuídas funções próprias. Os linguistas se apropriaram desse termo, que parecia talhado para indicar o modo como o substantivo, o verbo, o adjetivo, o advérbio e a preposição costumavam agregar outras classes de palavras. Inicialmente, significava qualquer combinação na cadeia falada, como uma realização do eixo sintagmático

³² “Assim, a classe de palavras que nucleariza o sintagma dá-lhe o nome; logo, teremos o sintagma nominal (SN), o sintagma verbal (SV), o sintagma adjetival (SAdj), o sintagma adverbial (SAdv) e o sintagma preposicionado (SP)” (CASTILHO, 2010, p. 55-56).

³³ Segundo essa regra, o SN é uma construção sintática que tem por núcleo um substantivo ou um pronome, sendo o primeiro uma classe basicamente designadora, e o segundo uma classe dêitica/fórica/substituidora.

possibilidades do latim)³⁴ foi pela marca do acusativo plural – s, indicando o plural e a ausência do – s, por sua vez, marcaria o singular.

Ao tratar da constituição do SN,³⁵ Brito (2003) corrobora com a discussão sobre a estrutura geral do SN, dizendo que o sintagma nominal (SN) é uma categoria sintática de projeção de um nome e, para exemplo, traz:

- (1) (a) a *discussão*
 (b) a *discussão* sobre propinas
 (c) a *discussão* sobre propinas na Faculdade
 (d) a importante *discussão* sobre propinas
- (2) (a) alguns *livros*
 (b) alguns *livros* de História
 (c) alguns *livros* de História que comprei ontem
 (d) alguns *livros* antigos de História (BRITO, 2003, p. 328).

Tais exemplos podem, então, ser representados da seguinte forma:

- (2) (a) a *discussão* (DET+N)
 (b) a *discussão* sobre propinas (DET+N+SP(pre+SN))
 (c) a *discussão* sobre propinas na Faculdade
 (DET+N+SP(pre+SN)+SP(pre+SN))
 (d) a importante *discussão* sobre propinas (DET+Qual+N+SP+N)
- (2) (a) alguns *livros* (DET+N)
 (b) alguns *livros* de História (DET+N+SP(pre+SN))
 (c) alguns *livros* de história que comprei ontem (DET+N+SP+N)
 (d) alguns *livros* antigos de História (DET+N+SA+SP)

Além do núcleo (os nomes “discussão” e “livros”), o SN pode incluir complementos (“sobre propinas, de História”), determinantes ou quantificadores (“a, alguns”) e

³⁴ A Linguística Românica, acertadamente, considera o acusativo como caso *lexicogênico* do Português, tanto para o “acento” quanto para as flexões. As línguas de Ibéria seguiram essa tendência do acusativo que se manifesta na sobrevivência das formas oriundas daquele caso em todas as declinações do latim vulgar (SILVA, 2005).

³⁵ Dada a importância dessa discussão, retomemos noções de estrutura lexical e estrutura funcional do SN desenvolvidas por Brito (2003, p. 329). Para ela, núcleo e complementos formam a *estrutura lexical* da categoria SN; e, por sua vez, determinantes e quantificadores formam a *estrutura funcional* do SN. Sobre esse aspecto que como os complementos podem conter nomes de natureza em número ilimitado, a estrutura lexical tem um caráter aberto e diversificado; pelo contrário, os determinantes e os quantificadores são em número finito e por isso a estrutura funcional tem um caráter limitado.

modificadores, que, categorialmente, podem ser adjetivais (“*importante, antigos*”), preposicionais (“*na Faculdade*”) ou oracionais (“*que comprei ontem*”).

Trask (2004) acrescenta, no **Dicionário de linguagem e linguística**, que com uma ou outra exceção, um sintagma nominal, em português, é sempre construído com base em um único substantivo comum, e esse substantivo comum é o núcleo do sintagma nominal, o elemento que é o principal responsável pela natureza desse SN.³⁶

Devemos ressaltar, ainda, que um SN poder conter em si mesmo um SN menor em um SN maior. No fragmento “um pequeno grupo de aventureiros espanhóis” há um SN maior, que contém em seu interior o SN menor *aventureiros espanhóis*. Nesse sentido, esse SN está cumprindo uma outra tarefa típica dos SNs: ele é regido pela preposição *de*, resultando num sintagma preposicional que foi incorporado ao SN maior.

Entre as várias estruturas possíveis para um SN³⁷, a mais frequente é, indubitavelmente, a combinação de um determinante com alguma outra categoria; essa categoria é chamada N-barra, ou, às vezes, *grupo nominal*. Nos exemplos, o primeiro item entre colchetes é o determinante e o segundo é um N-barra: [*aquela*] [*garota*]; [*dois*] [*pequenos filhotes*]; [*a*] [*mulher de saia azul*]; [*um*] [*livro que estou lendo*]. Notemos que, no primeiro exemplo, *garota* é ao mesmo tempo um substantivo e um N-barra e que os exemplos têm inconfundivelmente a estrutura descrita acima. Assim, a estrutura * [*a mulher*] [*de saia azul*] seria totalmente agramatical para o terceiro exemplo, como mostra o asterisco (TRASK, 2004, p. 271).

No entanto, observamos no Brasil que tal solidariedade “prevista pelo sistema” tende a não funcionar como regra categórica no português popular. Assim, no *corpus* em análise, pudemos verificar construções tais quais:

Aí eu ganhei três filho dele (sem marca explícita). (ESBF2³⁸)
 É bom, as pessoas (com marca explícita). (MLSSF3)
 ali tem muitos índios enterrado (com marca explícita e sem marca explícita)
 (ZCDMF3).

³⁶ Trask (2004, p. 270), ainda, se refere ao caso dos pronomes. Para esse autor em “Eles conseguiram conquistá-la”: os pronomes *eles* e *-la* constituem, por si só, sintagmas nominais completos: o primeiro funciona como sujeito, o outro, como objeto. É o que fazem, tipicamente, os pronomes: constituem sintagmas nominais por si sós, e um SN pronominal é o tipo mais comum de SN, em português, que não é formado de um substantivo-núcleo – as coisas se passam de outras maneiras em algumas línguas.

³⁷ Trask (2004, p. 271) não deixa de ressaltar a importância das construções N-barra quando se descrever as estruturas dos sintagmas nominais quanto testifica que o conceito N-barra seja essencial em qualquer trabalho sério sobre a estrutura sentencial de língua como o português e o inglês. Note-se ainda que, para ele, no interior da Teoria da Regência e Ligação, os sintagmas nominais foram renomeados recentemente *sintagmas de determinantes* (determiner phrases, DP) por razões internas à própria teoria.

³⁸ Os exemplos foram extraídos do *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista.

Tal variação na aplicação da regra de concordância, em termos labovianos, deve ser explicada dentro da perspectiva do encaixamento estrutural, mas sem esquecer de encaixamento social, já que tais usos são estigmatizados na sociedade brasileira. Seguindo o mesmo raciocínio, do ponto de vista da variação, Carvalho (1997) afirma que os estudos realizados em torno da concordância³⁹ de número apresentam-na como um fenômeno de natureza variável, condicionada por fatores linguísticos e sociais, em que duas formas coexistem na comunidade com o mesmo valor de verdade, possuindo basicamente duas variantes: a presença vs. a ausência do morfema de número (CARVALHO, 1997, p. 37-38).

Realizada essa discussão sobre a estrutura, organização do sintagma nominal e funcionamento, em seguida, descrevemos como a concordância nominal de número é prescrita na tradição gramatical e observamos como os gramáticos se esmeram em apontar a ausência de concordância como elemento balizador de classes sociais no Brasil.

3.2 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PORTUGUÊS: UMA VISÃO TRADICIONAL

A concordância, em linhas gerais, em português, de acordo com o ideário da tradição gramatical, consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada, sendo possível verificar concordância em dois campos: verbal e nominal.

De acordo com Evanildo Bechara (2004, p. 543), “[...] Diz-se *concordância nominal* a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem”. Em outras palavras, a categoria de concordância nominal, na denominação ora explicitada, está diretamente relacionada à reiteração do mesmo conteúdo morfológico. Nesse caso, a categoria de número nos nomes estaria sendo ratificada pelos determinantes, quantificadores e qualificativos a eles inter-relacionados no âmbito sintático e semântico. A concordância decorrente das flexões, portanto, demonstra que os termos “encontram-se”, de acordo com essa visão, inequivocamente, relacionados.

³⁹ Scherre (1988) fala-nos que se o constituinte estivesse formalmente marcado, a presença de concordância é considerada; caso contrário, considerada a ausência. Nesse sentido, Scherre (1988, p. 62) chama a nossa atenção para a designação do termo concordância, como não sendo bem apropriado para todas as situações, considerando que muitas vezes apenas um elemento do SN é formalmente marcado, podendo inclusive haver SNs sem nenhuma marca formal de plural. Nestes casos, afirma: “o mais exato seria falar em indicação de pluralidade e não em concordância”.

Na tradição gramatical, há construções linguísticas que dão margem à “variação” de empregos da forma singular ou plural. Na possibilidade de existência de mais de um substantivo, a concordância nominal há de se fazer da seguinte forma:

a) Se os núcleos forem do mesmo gênero, o adjunto adnominal irá para o plural e para o gênero comum, ou concordará em gênero e número com o mais próximo:

A virtude e a vaidade humanas.

A virtude e a vaidade humana (concordância atrativa)

b) Se os núcleos forem de gêneros diferentes, o adjunto adnominal irá para o plural masculino ou concordará em gênero e número com o núcleo mais próximo:

A virtude e o egoísmo humanos.

A vaidade e o egoísmo humano (concordância atrativa)

O egoísmo e a vaidade humanos.

O egoísmo e a vaidade humana (concordância atrativa).

(BECHARA, 1989, p. 74-75).

Prescreve a tradição gramatical, ainda, a possibilidade de que o núcleo vá ao encontro de dois adjetivos. Os exemplos, também, foram extraídos de Bechara (1989, p. 75):

As histórias brasileira e portuguesa.

A história brasileira e a portuguesa.

A história brasileira e portuguesa.

Seria oneroso recorrer a outros gramáticos, *mutatis mutandis*, pois encontraríamos apenas algumas alterações de exemplos e exagero purista, como no caso de Eduardo Carlos Pereira (1902) que censuraria as construções autorizadas por Bechara (1989). Portanto, resolvemos, nos moldes de gramática comparada, recorrer ao latim e às línguas românicas como forma de compreensão da realidade visível no português.

Nesse sentido, em relação à tradição latina (latim Clássico), havia a possibilidade de um adjetivo (que se referia a nomes diferentes) assumir a forma neutra plural, por imitação do grego; portanto, uma forma de concordância *ad sensum*. Entre as línguas românicas, o francês e o provençal foram as primeiras línguas a fixarem normas de concordância nominal, optando pela perpetuação do cânon da protolíngua, mas reservando espaço para a concordância atrativa, isto é, aquela que se faz pela proximidade, bem como empregando o plural masculino do adjetivo que se referisse a substantivos de gêneros diferentes.

A tradição, ainda, encarou a variação de número não prevista pelo cânon como “solecismo”. Não se encontram nos gramáticos, contudo, exemplos que se reportem ao tipo de variação no SN como sói acontecer no Português Popular. Por outro lado, Sílvia Romero

(1851-1914), folclorista, recolheu narrativas e chegou a reconhecer que, na língua do povo, não se respeitam as concordâncias. Eis como se refere o autor:

Nestas e nas demais peças citadas não quisemos, por inútil e por demais antiestético, reproduzir com inteiro rigor os dizeres de todo errados das pessoas do povo mais grosseiras e completamente incultas.

Toda gente sabe que o pessoal mais atrasado diz: teia, teiado, cuié, muié, véio, véia, artá, fio, fia, Lianô, amô, resprandô, em lugar de telha, telhado, colher, mulher, velho, velha, altar, resplendor, e outros casos assim.

Toda gente sabe igualmente que essas classes populares não respeitam o plural dos nomes. Dizem rezemo cinco mistério, oitocento beliscão etc., em vez de rezemos cinco mistérios, oitocentos beliscões etc. (ROMERO apud PINTO, 1977a, p. 326-327).

O emprego dos termos “errados”, “grosseiras” e “incultas” revela nitidamente um forte juízo de valor, mesmo em se tratando de um estudo de narrativas populares. Nesse sentido, coube ao pesquisador das visões de mundo do povo brasileiro retirar-lhe a cor da naturalidade do uso da língua, transmutando-a numa versão literária e escrita.

Como vimos, a análise da concordância, na esfera tradicional, encontra-se sempre relacionada aos pressupostos didáticos, da forma do “bem escrever”, sem levar em conta as reais condições discursivas dos agentes sociais de uma comunidade de fala. Em suma: trata-se de mera orientação de como uma classe gramatical se relaciona com outra, tendo em vista a posição dessas classes num processo de “harmonia estrutural”.

Podemos ver que essa literatura tem interesse fundamentalmente voltado à prescrição, resumindo-se a uma ordenação unilateral de regras, vinculada a essa forma de ver esse fenômeno linguístico da concordância nominal de número, ocupando-se da especificidade da classificação da concordância na perspectiva de harmonização, de adaptação, portanto, prescritiva. Mesmo aqueles estudos que se propõem a discutirem a tradição de forma crítica, como no caso de João Peres e Telmo Mória (1995), reproduzem uma abordagem que não considera o nível de variação verificado no Português Popular. Aqueles autores, por exemplo, tratam de “Área críticas” da Língua Portuguesa, mas se preocupam apenas com questões de dúvidas quanto ao emprego de uma forma. As questões expostas por Peres e Mória se referem mais à manutenção do paralelismo discursivo⁴⁰ do que do emprego da regra de concordância.

Muitos estudos realizados, quer seja pelos dialetólogos do século passado, quer pelo viés da Sociolinguística, atestam a variação da concordância nominal e verbal no Português

⁴⁰ Como os autores lidam mais com textos jornalísticos não nos alongaremos na análise dos exemplos por eles citados.

do Brasil. Apesar disso, autores de gramáticas continuam prescrevendo usos fundamentados, exclusivamente, da tradição gramatical escrita e que se afiguram obsoletos no trato cotidiano.

Na próxima subseção, elegemos algumas contribuições de dialetólogos que nos permitiram argumentar sobre questões pertinentes ao português falado no Brasil: Amadeu Amaral (1972), com estudos voltados ao “caipira” em São Paulo e Mario Marroquim (2008) com estudos sobre o “falar nordestino” de Alagoas e Pernambuco.

3.3 A CONCORDÂNCIA E OS DIALETÓLOGOS

No século XX, dialetólogos⁴¹ perceberam a variação da concordância nominal de número como marcas características de dois dialetos, o “caipira” de São Paulo e o “falar nordestino” de Alagoas e Pernambuco: Amadeu Amaral (1972) e Mario Marroquim (2008), respectivamente. Para nossa exposição, seguimos a ordem cronológica.

Amaral dedica uma parte de seu trabalho para discutir o “número” no dialeto caipira de São Paulo. Mormente, o autor faz referência à apócope do –s / –z no final de vocábulos ao tratar de questões de fonética (sons).

Para o autor, é difícil traçar uma linha divisória entre as mudanças fonético-analógicas e aquelas que estão estritamente ligadas ao plural (“flexão”). Na análise que Amaral empreende, notam-se três situações em que se daria a alteração das formas no dialeto caipira: nos vocábulos átonos, nos oxítonos e nos proparoxítonos e paroxítonos.

No caso dos átonos, o dialetólogo percebe a conservação do –s, reforçada pela tendência de se acrescentar um *iode*, o que levaria os utentes daquele dialeto a confundir, por exemplo, os vocábulos “mas” e “mais”. Em relação aos oxítonos, percebe o estudioso que, nos vocábulos oxítonos, o –s / –z se mantém “salvo quando mero sinal de pluralidade”, citando: “cruiz, nós (de nós), dois e treis. Em relação aos paroxítonos e proparoxítonos, há

⁴¹ Embora não seja um trabalho de cunho dialetológico, temos que fazer referência ao estudo feito por Maria Antonieta A. M. Cohen (2001) ao tratar a ausência do –s no SN como uma caso de “drift românico”, utilizando para tal um estudo acurado do ladino. Ao encontrar semelhanças entre as duas formas “o ladino” e “português brasileiro”, a pesquisa explica que o uso da forma plural do acusativo foi uma opção de parte da românia e que outras línguas ou não usaram tal torneio ou o repetiram sem função pluralizadora. Para tanto, recorre a von Wartburg e, como base em razões “prosódicas”, argumenta que a variação –s ~ Ø estava prevista no *drift* românico. A pesquisadora rechaça a pouca validade de conhecimentos de elementos sócio-históricos como a descrição de línguas africanas faladas no Brasil e a análise de suas características flexionais como instrumento de interpretação das características do português popular. No entanto, esquece-se de que usar textos escritos, em latim, para determinar a pronúncia de uma dada língua românica é um excesso de confiança em fontes instáveis, considerando a infalibilidade da prática dos copistas. No entanto, o importante da análise da pesquisadora é o reconhecimento de que existe a variação e que ela, no caso do ladino, teve origem em um contingente populacional que figurou tanto na construção do substrato como na do superstrato. Assim, a deriva estaria condicionada a questões sociais, quer de um povo quer de outro.

uma perda do – s, tanto nos nomes quanto nos verbos”: “um arfére”, “os arfére”, “vamo”. (AMARAL, 1972, p. 20). No entanto, reconhece que há exceções: “Excetuam-se os determinativos, que conservam o – s: u’as, arg’uas, certos, muitos, estes, duas, suas, minhas, etc. assim como o pronome eles, elas. Quando pronominais, porém, os determinativos podem perder o – s: Estas carta não são as minha” (AMARAL, 1972, p. 21).

O instigante no estudo de Amaral é que ele considera como a regra no português caipira a “ausência” das marcas, dizendo textualmente: “De acordo com as regras acima, – e abstraindo-se das flexões verbais – a pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos: os rei, duas dama, certas hora, u’as fruta, aqueles minino, minhas ermá, suas pranta” (AMARAL, 1972, p. 22). O dialetólogo chega a afirmar que se trata de uma “repugnância pluralizadora”.

Segundo Amaral, a origem de tal característica estaria num “caipirismo” oriundo de uma velha corrente popular, o que nos leva a perceber que o autor considera a não-marcação do plural como traço conservador enraizado nas origens do povo brasileiro. Na história da língua portuguesa e mesmo na história do galego-português, não se verifica a queda do – s final; portanto, essa “velha corrente popular” estaria refletindo uma situação pretérita peculiar do Brasil, mas inusitada em terras lusitanas.

A suposição de que uma velha raiz arcaizante teria se desenvolvido no Brasil ao ponto de “contaminar” as vias populares já foi rejeitada por diversos historiados da Língua Portuguesa, tais como Mattos e Silva (2004).

Seguindo a ordem cronológica, vamos nos dirigir ao Nordeste do país, chegando a uma forma dialetal que Mario Marroquim chamou de *Língua do Nordeste*, mas que se reporta aos falares de Alagoas e Pernambuco. Marroquim (2008), em **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**, afirma que:

O número, no dialeto nordestino, é indicado apenas pelo determinativo. O substantivo e o adjetivo quantificativo, quer estejam no singular, quer no plural, conservam forma invariável, que é a do singular, com as transformações da fonética dialetal.

Essa uniformidade simplifica extraordinariamente a linguagem matuta: o home, os home, o rio, os rio, o pão, os pão, o patrão, os patrão, a vê, as vê; o inguelei ou ingrei, os inguelei ou os ingrei, o mêi, os mêi, dois mil rei, vinte mi rei. Não se preocupe assim explicar qual o processo fonético que transformou ingleses em inguelei ou meses em mêi. Essa transformação se deu no singular; de inglês e mês é que surgiram inguelei e mêi (MARROQUIM, 2008, p. 81).

Embora seja uma visão generalista, o dialetólogo aponta para uma tendência verificada no português popular: a alta frequência da marcação do primeiro elemento constituinte do sintagma nominal.

Para Marroquim (2008), citando a autoridade de Antenor Nascentes: “o indicativo da pluralidade só permanece nos determinativos por uma necessidade psicológica, porque sem isso nada ficaria para indicar a pluralidade”.⁴² Ora estaria agindo na obliteração do – s (marca de plural) o princípio da economia, ou do menor esforço, ou da necessidade expressiva. Tal explicação considera as formas de marcação em português como “redundantes” e, portanto, pouco funcionais. Essa tendência simplificadora levaria, na boca do povo sem instrução, a deixar apenas os elementos necessários à distinção básica da categoria de número.

Como vimos, esses dialetólogos vislumbram uma “realidade” em que a ausência da concordância é uma característica de um falar, de um grupo característico especial, diferenciando-o do complexo que é a língua portuguesa, já que eles se propõem a discutir uma característica peculiar de dada região; no entanto, apontam para uma realidade existente no Brasil e estranha em Portugal: a existência da variação de número no sintagma nominal.

Caberá à Sociolinguística determinar em que frequência se processa tal variação no português do Brasil e, em especial, no português popular, como veremos no item 2.4

3.4 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA

No âmbito de nosso estudo, utilizamos trabalhos pioneiros como os de Scherre (1988), Carvalho (1997) e Lopes (2001), bem como estudos recentes, como o realizado por Martins (2013). Tais estudos, pautados no aparato teórico-metodológico da Teoria Variacionista de cunho laboviano, são fundamentais para estabelecer reflexão sobre a concordância de número no sintagma nominal.

Nesse sentido, os estudos sociolinguísticos servem de base não só para discutirem a variação e mudança, mas sinalizam para a reconstrução da história da formação do Português do Brasil, especialmente o Popular, alvo de nosso estudo. É notório que a concordância nominal de número no interior do sintagma nominal, sob o suporte teórico-metodológico da Teoria Variacionista, tem merecido, no Brasil, amplas discussões, sobretudo, no que diz respeito às origens do português falado. Nesse sentido, temos conhecimento dos primeiros trabalhos desenvolvidos por Antony Julius Naro e Miriam Lemle (1976), Lemle e Naro

⁴² Conforme Nascentes (1922, p. 49) em: **O linguajar carioca**.

(1977). Trabalhos esses realizados no Rio de Janeiro, inicialmente com quatro (4) informantes e, posteriormente, ampliado para vinte (20). É relevante lembrar o contexto desses estudos: época do curso de alfabetização de adultos, antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Nessa subseção optamos por apresentar uma síntese dos trabalhos de cunho sociolinguístico desenvolvidos no Brasil a partir dos estudos pioneiros de Maria Luiza Braga e Martha Scherre (1976). O objetivo principal desse percurso não foi apenas fazer uma história dos estudos sobre concordância, mas apresentar o fluxo e o refluxo das teorias que, ao longo dos quase 40 (quarenta) anos de estudos da Sociolinguística, discutiram cientificamente as visões em torno da concordância nominal. Nesse percurso, por questões metodológicas, optamos por apresentar, em linhas gerais, as comunidades de fala analisadas, os resultados obtidos e as conclusões a que os estudiosos chegaram.

Em 1976, Braga e Scherre (1976) tendo como *corpus* sete falantes residentes e domiciliados no Rio de Janeiro apresentam o primeiro estudo Variacionista sobre a concordância nominal de número. Os informantes pertenciam a três classes sociais (média alta, média e baixa). Do ponto de vista estrutural, as pesquisadoras consideraram as variáveis: posição dos constituintes, saliência fônica, natureza fonológica do contexto seguinte e categoria morfológica do primeiro elemento do SN. Além disso, utilizaram uma variável estilística: o grau de formalismo, ou seja, elocuições mais formais e monitoradas contrastando com elocuições menos formais e menos distensas. No estudo, as pesquisadoras verificaram que o primeiro elemento do SN é o mais marcado,⁴³ havendo ainda, no caso da saliência fônica, mais aplicação das marcas de plural nos casos em que a diferença singular plural era mais perceptível (média-alta e alta) e nos casos de plural metafônico. Do ponto de vista da variável estilística, os falantes de classe média e baixa, quando em situações monitoradas, aplicavam mais a concordância.

As pesquisadoras conjugam uma abordagem sociolinguística no tratamento dos dados com explicações funcionalistas, demonstrando que a variação estaria sendo condicionada por princípios funcionais como “marcas levam a marcas e zero levam a zeros”, ou seja, Princípio da Coesão Estrutural.

Em 1977, Maria Luiza Braga retoma o tema da concordância nominal, examinando dados de sete informantes (entre 15 a 20 anos), considerando as classes sociais média e baixa, comparando dados da comunidade do Triângulo Mineiro (MG) aos do Rio de Janeiro (RJ).

⁴³ Para a teoria sociolinguística, SNs mais marcados são aqueles que mais apresentam o uso da regra da concordância.

Para tanto, lançou mão de fatores linguísticos (contexto fonológico seguinte, distância dos elementos do SN, grau de saliência na oposição singular/plural e categoria morfológica do SN), extralinguísticos (classe social) e fator estilístico (grau de formalismo). É oportuno aqui apresentarmos a síntese feita por Schneider sobre os resultados obtidos por Braga (1977):

Quanto aos resultados obtidos, Braga (1977) encontrou que, quanto à presença ou ausência de flexão no termo imediatamente anterior ao elemento considerado, os informantes de classe média tendem a apresentar uma porcentagem mais elevada de aplicação da regra de concordância nominal em relação à classe baixa. Em se tratando do grau de saliência fônica, na oposição singular/plural, na classe média, o padrão é sempre menor na situação distensa; já na classe baixa, foi observada uma diferença de padrão nas situações tensa e distensa. Quanto ao grau de formalismo, os informantes de classe média aplicam mais a regra de concordância em situação tensa; a classe baixa não apresenta um padrão regular. Com respeito à classe social do falante, a autora percebeu que, como se esperava, os falantes de classe média apresentam a tendência a aplicar mais vezes a regra de concordância nominal que os de classe baixa (SCHNEIDER, 2012, p. 48-49).

Em 1979, o tema é novamente revisitado em um estudo realizada na comunidade de fala de Vila Santa Rosa (subúrbio de Porto Alegre). Vanessa Maria Lobo Ponte, em **A concordância nominal no linguajar de uma comunidade pobre de Porto Alegre**, explorou as seguintes variáveis linguísticas: posição superficial dos elementos no SN, natureza flexional do segmento precedido, processos morfofonológicos de formação do plural e as variáveis extralinguísticas: sexo do informante e diferenças de atuação entre eles.

Os dados de Ponte (1979) revelaram que: a) o primeiro elemento do SN favorece enormemente a aplicação da regra, b) segmentos precedentes não flexionados e sem marca semântica de plural na posição zero favorecem a aplicação da regra, c) segmentos precedentes flexionados ou com marca semântica de plural em quaisquer posições inibem a aplicação da regra. Em relação à variável processos morfofonológicos de formação de plural, com exceção de plural metafônico, os demais fatores inibem a regra de concordância. Do ponto de vista dos fatores extralinguísticos, a pesquisadora concluiu que as mulheres aplicam a regra com um pouco mais de frequência que os homens.

Em 1980, Terezinha de Jesus Carvalho Nina, **Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião de Bragantina**, analisou dados de 20 (vinte) informantes adultos, analfabetos, de classe baixa, entre os 20 e 65 anos, de 10 (dez) municípios da área rural da microrregião de Bragantina.

Quanto às variáveis sociais, analisou sexo e idade (adultos novos, adultos médios e adultos velhos). A pesquisadora concluiu que a posição dos constituintes bem como a “dupla

pluralização” são elementos favorecedores da concordância. Além disso, ficou evidente que “marcas levam a marcas” numa referência ao Princípio do Paralelismo. No entanto, as variáveis sociais se mostraram estatisticamente pouco relevantes no condicionamento da aplicação da regra de concordância.

Em 1981, Gregory Guy realizou importante estudo sobre a concordância nominal de número com base em amostra obtida no Rio de Janeiro. Sua amostra era formada por informantes da pesquisa Competências Básicas do Português. Guy considerou falantes de ambos os sexos entre 15 (quinze) a 54 (cinquenta e quatro) anos.

Do ponto de vista linguístico, o pesquisador controlou as variáveis: contexto fonológico, posição do elemento no SN e morfologia de transformação do item singular plural formação do plural. Houve, ainda, o controle da variável estilo de elocução. Com base na síntese feita por Schneider (2012), reproduzimos as conclusões a que Guy chegou:

[...] os sons consonantais atual em favor do apagamento, enquanto que, com os sons vocálicos, o processo é inverso; as consoantes mais sonoras favorecem o apagamento, já a pausa favorece a presença da marca; a primeira posição evidenciou maior porcentagem de aplicação da marca (95%); o plural metafônico e o plural dos itens terminados em /-r/, /-l/ e /-z/ favorecem a aplicação da regra; o estilo casual favorece a elisão da marca de plural, enquanto que a fala formal atual de modo inverso; adultos e jovens apagam mais o /-s/ que os adultos velhos e os jovens; as mulheres preocupam-se com a concordância, usando mais marcas (SCHNEIDER, 2012, p. 50).

Em 1988, Scherre⁴⁴ retomou o tema conjugando a Sociolinguística com teoria da Funcionalismo. Para entender tal fenômeno, a pesquisadora apoia-se em princípios funcionalistas: Processamento Paralelo, Saliência Fônica, Topicalidade, Iconicidade e Economia. Em sua pesquisa (abordando o nível atomístico e não-atomístico), feita a partir de um *corpus* de 64 (sessenta e quatro) informantes radicados na cidade do Rio de Janeiro, sendo 48 (quarenta e oito) adultos de faixa etária equivalente a 15 (quinze) a 71 (setenta e um) anos e as 16 (dezesesseis) crianças de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos; falantes com nível de escolarização de 1 (um) a 4 (quatro) – antigo primário, 5 a 9 – antigo ginásio e 9 (nove) a 11 (onze) – antigo colegial, são observadas as variáveis sexo e faixa etária 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) anos, 26 (vinte e seis) a 49 (quarenta e nove) anos e mais de 50 (cinquenta)

⁴⁴ Para a pesquisadora “[...] o fenômeno da concordância nominal, transcende o limite dos subsistemas linguísticos tradicionais e se configura também como um fenômeno discursivo, no sentido de que faz referência a relações que estabelecem além das fronteiras oracionais [...]” (p. 515).

anos. Scherre (1988) concluiu que apenas o Princípio da Economia não se aplica ao caso da concordância nominal no português do Brasil.

Segundo a pesquisadora, pode-se ver no caso do vernáculo brasileiro, em análise, o Princípio de Processamento Paralelo, ou Princípio Paralelístico, de marcas levam a marcas e zeros levam a zero; tal princípio corresponde a uma tendência ao agrupamento de formas semelhantes, em virtude de processamentos mentais associativos presentes no desenvolvimento linguístico.

Além desse princípio funcionalista, a pesquisadora, no intuito de explicar os resultados obtidos, fundamenta-se de outros princípios basilares da teoria funcional, como a saliência fônica e a topicalidade.

Em relação à saliência fônica, os resultados mostraram que formas em que a diferença singular e plural são mais perceptíveis apresentam uma tendência maior à pluralização.

O princípio da topicalidade, segundo Schneider (2012, p. 51),

ajuda a explicar que os sintagmas à esquerda da oração são frequentemente marcados que os que aparecem à direita e Scherre fez uso desse princípio ao recorrer ao princípio da iconicidade para explicar a relação de elementos não nucleares em função do núcleo e a posição dos elementos nucleares no SN em nível atomístico.

Quanto às variáveis sociais, Scherre (1988) concluiu que as variáveis sexo e grau de escolarização desempenham papéis importantes no fenômeno estudado. As mulheres e as pessoas mais expostas à escola se aproximam mais das formas de prestígio. A faixa etária foi a variável social que revelou ter menos influência.

Para esta pesquisadora, a variação na concordância nominal pode ser vista sob a perspectiva de marca de classe social. A autora discute a temática, demonstrando que se tem a tendência quase compulsiva de rotular de erradas apenas as formas que fazem correlação estreita com classe social.

Nesse sentido, Scherre (1996) pondera que “contextos linguísticos regionais” devem ser levados em conta ao se tratar da concordância de número no sintagma nominal:

A marca formal de plural nos nomes em português é representada pelo –S, considerando que a forma regular de fazer esse tipo de plural nessa língua é através da adição de um segmento fricativo não labial, cujas realizações podem ser [s], [z], [ʃ], [ʒ] ou [h]. Essas realizações ocorrem em função de contextos linguísticos regionais dos falantes do português do Brasil (SCHERRE, 1996, p. 87).

Além disso, a pesquisadora defende que se colocam mais marcas explícitas de concordância nominal plural em adjuntos nominais antes do núcleo do que em adjunto nominais depois do núcleo. Scherre (1996) trata da concordância nominal pela ótica do efeito da variável posição.

Em 1996, Marisa Fernandes com base em *corpus* do VARSUL discutiu a concordância nominal considerando a variante etnia. Para tanto, os informantes são agrupados seguindo a procedência de sua família: italianos, alemães, eslavos. Os informantes estão divididos em duas faixas etárias (25-49 e mais de 50). A variável escolaridade foi controlada em três níveis, excluindo-se o nível superior.

Do ponto de vista linguístico, foram controladas as variáveis: relação do item analisado com o núcleo, posição linear do elemento no SN, marcas precedentes, saliência fônica, processos morfológicos de formação do plural, classes gramaticais e contexto seguinte e animacidade dos substantivos e adjetivos. Vejamos a que conclusão chegou a pesquisadora, para tanto, vamos reproduzir a síntese feita por Schneider (2012, p. 54):

A pesquisadora concluiu que a aplicação ou não aplicação de uma regra de concordância é influenciada pela posição que o elemento ocupa dentro do SN em relação ao núcleo desse sintagma, a classe gramatical dos elementos não é muito significativa nos estudos de concordância, a variável marcas precedentes é muito significativa nos estudos de concordância. As formas mais salientes são mais perceptíveis logo, mais marcadas; a animacidade não interfere na regra de concordância. Quanto as variáveis sociais os resultados evidenciaram que a escolaridade é fator social que mais influenciou a aplicação da regra de concordância e que as mulheres de 25 a 49 aplicavam mais a regra de concordância; os eslavos e os alemães aplicavam mais a regra do que os açorianos e os italianos e a situação mais formal era impulsionador da aplicação da regra.

Em 1997, Carvalho investiga a concordância nominal no sintagma nominal no Português falado no Brasil, afirmando que no vernáculo de João Pessoa coexistem duas formas: uma com a presença do /s/ e outra marcada por sua ausência. A pesquisadora utilizou o corpus do Projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba. A pesquisadora verificou que os fatores estruturais classe e posição em relação ao núcleo, marcas precedentes em função da posição e saliência fônica revelaram-se relevantes na concordância nominal.

Quanto às faixas etárias de 15-25 anos e mais de 50, especialmente, no sexo feminino, houve maior aplicação da regra de concordância, ponderando que as mulheres, no caso em questão, estão mais sujeitas à norma de prestígio.

Lopes (2001) apresentou uma das mais instigantes pesquisas sobre o tema da concordância nominal. A pesquisadora, após estudos que confrontavam variedades de português e línguas crioulas, elaborou uma tese em que vê na transmissão linguística irregular a explicação da variação no português da região metropolitana de Salvador. Um traço inovador da pesquisa é o controle da variável origem étnica, considerando a constituição histórica do Brasil e, portanto, da variedade do português falado pelos brasileiros.

Nesse sentido, a ancestralidade apontada por Lopes (2001) transcende a simples pertença e atinge a esfera da constituição ou da construção da nação brasileira:

O conhecimento da origem étnica de uma comunidade pode auxiliar o entendimento da existência de fenômenos linguísticos variáveis. Assim, nessa pesquisa procura-se relacionar essa variável à observação da concordância no sintagma nominal, com o objetivo de analisar possíveis diferenças linguísticas, no que diz respeito ao fenômeno estudado, entre pessoas de descendência africana e os não descendentes desse grupo étnico. A caracterização étnica do informante é observada a partir dos sobrenomes, considerando os de origem religiosa como mais relacionados a origem africana; os de sobrenome não religioso como não relacionados a essa origem (LOPES, 2001, p.161).

Podemos ver, então, que Lopes (2001) põe em prática o princípio de que a realidade de cada povo deve ser descrita e analisada a fim de se conhecer as peculiaridades da construção da língua que perpassam pela construção da própria comunidade dos utentes. A pesquisadora concluiu que os informantes com sobrenome religioso tendiam a fazer mais concordância do que aqueles com sobrenome não religioso.⁴⁵

A pesquisadora, ainda, considerou as variáveis “gênero”, idade e escolaridade. Lopes (2001) conclui que as mulheres fazem mais concordância do que os homens e que os mais velhos fazem mais concordância do que os jovens. Assim como os informantes com mais tempo de educação formal tendem a apresentar maior frequência na aplicação da concordância nominal.

Em relação às variáveis linguísticas, Lopes (2001) afirma que:

- 1) Elementos com mais material fônico na oposição singular/plural são mais alvo de concordância.

⁴⁵ Para amostra de nomes religiosos, a pesquisadora fez uso do banco de dados do grupo de genética da Universidade Federal da Bahia (Laboratório criado nos anos 70, liderado pela Dr^a Eliane Azevedo), contendo 6002 nomes. A associação entre ancestralidade negra e sobrenomes religiosos é inerente à população brasileira. É relevante, portanto, lembrar que associações observadas em nível populacional só tem valor científico para inferências quando se trata de grupos de pessoas e não de indivíduos isoladamente (LOPES, 2001).

- 2) Elementos à esquerda do núcleo recebem mais marcas de plural que elementos nucleares;
- 3) Elementos à direita do núcleo têm menos probabilidade de receberem marca de plural;
- 4) Contextos antecedentes com numeral promovem mais concordância subsequente em segunda posição que contextos com marca formal antecedente;
- 5) Elementos em 3ª, 4ª ou 5ª posição tendem a fazer mais concordância quando são antecidos por mais de uma marca do que quando antecidos por zero;
- 6) Elementos são mais alvo de plural quando finalizam a sentença;
- 7) Elementos com contexto subsequente com vogal sonora têm mais probabilidade de não fazerem concordância que contexto com vogal surda (LOPES, 2001, p. 368-369).

Por fim, a pesquisadora concluiu que a comparação entre os grupos de ancestralidade escrava e não-escrava

constitui evidência de que o português utilizado por descendentes de etnia negra, no Brasil, na sua fase inicial, foi caracterizado por pouca concordância, resultado de exposição a dados linguísticos primários variados e divergentes, condizente com o contexto social em que os negros estavam envolvidos (LOPES, 2001, p. 406).

Nesses termos, Lopes (2001) apresenta uma situação social favorável a um processo de transmissão linguística irregular peculiar aos crioulos de base portuguesa.

Em 2003, Koelling analisou, com base em princípios funcionalistas, a variação na concordância nominal em Porto Alegre. A pesquisadora, além das variáveis sociais, discutiu a aplicação da regra segundo as seguintes variáveis: processos morfofonológicos de formação do plural, tonicidade, posição linear dos elementos do SN, posição do elemento em relação ao núcleo, contexto fonológico seguinte, traço dos substantivos e marcas precedentes. Como resultado dessa pesquisa, foram encontrados 76% de concordância nominal na análise dos dados.

Em pesquisa realizada em 2003, Leila Minatti Andrade estudou a variação na concordância nominal considerando as variáveis: posição dos elementos no SN, classe gramatical dos elementos, relação com o núcleo no SN, marcas precedentes, diferença singular/plural, tonicidade e grau dos adjetivos e substantivos. Considerou, ainda, as variáveis extralinguísticas como idade, escolaridade, sexo e cidade de origem. Na análise de um *corpus* formado por 24 (vinte e quatro) informantes, a pesquisadora concluiu que a primeira posição é favorecedora das marcas de plural, observou que o substantivo na primeira posição, também, favorece e que os adjetivos desfavorecem a aplicação da regra, comprovou o que a literatura

diz sobre saliência fônica. O nível de escolaridade foi muito significativo (a autora trabalhou com três níveis: primário, ginásio e colegial). As mulheres tendem a fazer mais plural do que os homens.

Em 2007, Simone Deise Schneider analisou a variação no português falado em Panambi (RS). Foram retiradas ocorrências de 6 (seis) entrevistas, considerando as variáveis sexo, faixa etária e grau de instrução. Na pesquisa, foram evidenciados que os processos morfofonológicos como a diferença entre singular e plural mostraram-se significativos, bem como a posição linear do SN. A pesquisadora observou que os mais velhos, as mulheres e os que têm mais anos de estudo fazem mais concordância.

Em 2013, Flávia Santos Martins investiga o fenômeno da concordância nominal de número no vernáculo dos habitantes do alto Solimões no conjunto do “falar amazonense”, à luz da Teoria da Variação e Mudança e da Dialectologia Pluridimensional. A pesquisadora controlou as seguintes variáveis: posição em relação ao núcleo/núcleo, posição linear, classe gramatical, processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais, marcas precedentes, contexto fonético-fonológico subsequente e características dos itens lexicais; e as seguintes variáveis independentes extralinguísticas: idade, escolaridade, sexo/gênero, diatopia, ocupação, mobilidade e localismo.

Foram utilizadas amostra de fala de 57 informantes em cinco das nove localidades pertencentes à microrregião do alto Solimões (São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa). Foram transcritos das entrevistas um total de 4.458 SNs plurais dos cinco municípios investigados, resultando, após a devida categorização de cada elemento do SN, em um total de 7.270 dados submetidos ao programa estatístico GOLDVARB 2001. Desses dados, 4.264 foram da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 58% dos dados, e 3006 foram da variante “ausência de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 42% dos dados.

Nesse momento de nosso estudo, urge que façamos uma discussão sobre o papel da concordância nominal na discussão sobre a origem do português popular do Brasil.

3.4.1 A concordância nominal e a origem do português popular do Brasil

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a realidade linguística brasileira espelha-se na realidade histórica e social do Brasil. Nossa sócio-história está marcada, notadamente, por um abismo econômico e cultural, em que se pode ver marcas de um passado colonial. A origem do português culto estaria ligada a uma elite herdeira dos valores europeus

e a origem do português popular a uma grande massa populacional com cultura predominantemente oral, a qual adquiriu os padrões linguísticos que usa a partir de um contexto sócio-histórico formado por índios de diversas tribos e línguas, negros de várias regiões da África e brancos portugueses de diversas origens e tradições (SILVA, 2005, p. 16).

Isto posto, o estudo que realizamos na comunidade de fala de Vitória da Conquista, através do *corpus* do PPVC, apresenta-se como um dos acréscimos à compreensão da sócio-história do português popular do Brasil, pois “todos esses agentes [brancos, índios remanescentes, africanos e afro-descendentes] postos em um mesmo espaço geográfico criaram relações sociais de coesão a fim de sobreviverem na nova terra” (SILVA, 2005, p. 16). Pesquisas realizadas por Gregory R. Guy (1981), Alan Baxter e Dante Lucchesi (2009) e Lopes (2001) apontam para situações em que a situação sócio-histórica dos utentes do português popular podem explicar não só a variação mas o “curso da mudança linguística” no Brasil, contrariando a deriva românica.

Além disso, a discussão da origem da concordância variável de número no Português Brasileiro (PB) está ligada ao debate mais amplo do processo de *transmissão linguística irregular* que muito tem contribuído na análise de inúmeras pesquisas relacionadas à origem do PB.

Segundo Lucchesi (2006), o conceito de transmissão linguística irregular remete àquelas situações em que uma grande população de adultos falantes de línguas diversas precisam aprender uma segunda língua emergencialmente em situações precárias promovidas num regime de sujeição, como as que ocorreram com a escravização de índios e, sobretudo, de africanos, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil.

Destarte, o código de comunicação emergencial que se forma nesse contexto é caracterizado por uma drástica redução nos mecanismos gramaticais da língua alvo (no caso, o português), sobretudo, em suas regras de concordância nominal e verbal, que não veiculam um conteúdo informacional específico. Como esse código de comunicação emergencial acabou por se impor sobre as línguas nativas dos índios e escravos africanos, servindo de modelo para a aquisição da língua materna de seus descendentes, é previsível que os reflexos dessa redução gramatical se façam sentir nas variedades da língua portuguesa que se formaram nessa situação. Portanto, os dois grandes vetores da polarização sociolinguística do Brasil podem ser sumarizados da seguinte maneira: de um lado, uma norma culta derivada dos padrões linguísticos da elite da Colônia e do Império; e de outro, as variedades populares do português brasileiro, marcadas por um conjunto de mudanças estruturais induzidas pelo contato entre línguas, através do processo de *transmissão linguística irregular*. A

consideração desse cenário polarizado é crucial para a compreensão dos grandes processos de mudança em curso no século XX, os quais vão definir as feições atuais da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2006).

Assim posto, teríamos duas posições polarizadas: a que postula a variação no SN como decorrência da deriva românica e aquela que procura na formação histórica e social do Brasil razões não só para a variação, mas para o mecanismo de mudança que ora pode ser verificado no Português do Brasil.

Naro e Scherre (2007) afirmam que a variação na concordância no português falado do Brasil está definitivamente internalizada nas mentes de seus falantes. Neste momento da língua, segundo os autores, trata-se de uma variação inerente, estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais. E, pelo menos em termos de escrita, pode-se levantar a hipótese de a variação não ser específica do português do Brasil. Assim, levantaram o seguinte questionamento: E até que ponto as variações encontradas podem ser interpretadas como um processo de descrioulização?

Lopes (2001, 2008) apresenta algumas respostas para a questão levantada. Mormente, em sua tese de doutoramento, a pesquisadora apresenta raciocínio na linha de Myers-Scotton e Jake (2000) a fim de demonstrar como se dá a aquisição de morfemas. Em relação ao português brasileiro, Lopes (2008) observou que:

- 1) Têm mais marcas de número os núcleos quando estão em 1ª posição no sintagma;
- 2) A posição à direita do núcleo é altamente desfavorecedora e que,
- 3) Apesar de a posição à esquerda do núcleo ser, sem dúvida, a mais favorecedora de concordância, o elemento de posição anterior não adjacente ao núcleo não é marcado, em alguns sintagmas, a exemplo de “no meus estudos”, “o meus filhos”, “tudo aqueles coisas” (LOPES, 2008, p. 21).

Recorrendo ao estudo sistemático feito por Norma da Silva Lopes (2001, p. 93), podemos ver que, no percurso da aquisição da linguagem, “as características dos dados a que a criança tem acesso são de fundamental importância para a definição do ponto final a ser adquirido”. A autora, após exaustiva análise da tipologia dos morfemas proposta por Carol Myers-Scotton e Janice L. Jake (2000), conclui que a concordância feita no nível do SN apresentaria dois tipos de morfemas, ou duas estratégias de representação morfológica:

Nesse sentido, num sintagma nominal do tipo “os meninos”, em “Os meninos saíram”, o morfema de plural “os” é inserido logo, ele deve ser considerado um *early system*; o “s” de “menino” parece não ser gerado no

mesmo momento, pode ser considerado um tipo de *late system*. Essa pode ser a explicação para o morfema de plural –s de os meninos ser registrado com menos frequência em processos de variação, e ser fixado mais tarde em processo de aquisição (LOPES, 2001, p. 98-99).

Para entendermos a pertinência da conclusão de Lopes (2001) é necessário fazer o percurso e nele perceber a pertinaz lógica do raciocínio. A estudiosa lança mão da visão de Myers-Scotton e Jake (2000) para entender, numa tipologia gradativa, o processo de aquisição de morfemas.

Para aqueles autores, os morfemas seriam divididos em dois grandes grupos, a saber, os *content morphemes* e os *system morphemes*, assim traduzidos, morfemas de conteúdo e morfemas sistêmicos. Os morfemas de conteúdo seriam adquiridos em primeiro lugar, já que comportaria mais traços semântico-pragmáticos: substantivos, adjetivos e verbos. Em relação aos morfemas sistêmicos, seriam de três naturezas: os *early system morphemes*, os *bridge system morphemes* e os *outsider system morphemes*.⁴⁶ Tais morfemas, ao contrário dos morfemas de conteúdo, são indiretamente eleitos e estão ligados à intenção discursivo-conceptual dos falantes: são elementos da estrutura funcional, portanto, elementos sistêmicos.

Analisando o exemplo de Lopes (2001), “os” conteria a ideia de “definitude” de “meninos” e seriam definidos mais “mais cedo” no momento em que se dá a seleção dos morfemas de conteúdo. No entanto, a seleção do –s de “meninos” se daria de outro modo, pois o morfema de plural cumpriria apenas o papel de uma “orientação gramatical, a concordância” (p. 97). Tal situação explicaria, tanto na análise de Lopes como na nossa, a frequência de marcação do primeiro elemento bem como a frequência de apagamento do núcleo do SN.

Em outros termos, no que tange ao nosso escopo, podemos observar que as marcas de plural do SN seriam incorporadas à gramática⁴⁷ da criança após a sedimentação dos substantivos e dos adjetivos. Seguindo a linha de raciocínio de Lopes (2001), podemos afirmar que, no caso do português popular, em que verificamos maior frequência no uso de plural no primeiro elemento do sintagma, o fenômeno de número se dá pela confluência de dois processos morfológicos: o dos *bridge late systems morphemes* e dos *early system*

⁴⁶ São tratados como *early system morphemes* – os morfemas de plural nos nomes quando são os primeiros ou os únicos elementos pluralizáveis do sintagma ou aqueles em elementos anteriores imediatamente ao nome. Os *bridge system morphemes* são todos os outros morfemas de plural do sintagma, pois eles são pluralizáveis apenas para cumprir orientação gramatical e os *outsider system morphemes* são caracterizados como os morfemas que dependem de informação gramatical fora do sintagma em que eles ocorrem (LOPES, 2001, p. 97).

⁴⁷ Lopes (2001, p. 92) assevera que “Lightfoot (1999) defende que a gramática é uma entidade individual e que as pessoas desenvolvem gramáticas, que são representadas nas suas mentes e que caracterizam seu conhecimento linguístico”.

morphemes; ademais considerando, ainda, que, no caso da concordância, os elementos pluralizáveis cumprem uma orientação gramatical, podemos concordar com Lopes:

[...] Analisando a forma apresentada por Myers-Scotton e Jake (2000a, 2000b), o presente trabalho considera, pois, que a morfologia referente à concordância dentro do sintagma nominal, no português, estaria ora entre os *early system morphemes*, ora estaria se comportando como os *late system morphemes* (LOPES, 2001, p. 98).

Lopes (2008) não é voz única no tratamento da questão, pois Anna Jon-And⁴⁸ recorre à pesquisa de aquisição de estruturas para explicar os fenômenos observados na variedade do Português de Moçambique. Lembra bem a pesquisadora que:

Concordância variável significa que as regras de concordância do português padrão (PP) – sendo esse definido de acordo com as normas de gramáticas prescritivas, normas ensinadas na escola – são aplicadas em algumas ocasiões e em outras não (JON-AND, 2010, p. 28).

Em relação ao Português de Moçambique, segundo Jon-And (2010), há três variáveis que influenciam a concordância de número no SN quais sejam, 1) *Idade de início de aquisição de português*; 2) *Idade e*; 3) *Posição em relação ao núcleo / posição linear*. Anna Jon-And (2010) discute os resultados dessas variáveis e destaca os resultados da terceira variável, no caso, *Posição em relação ao núcleo / posição linear*, comparados com os resultados de outros estudos sobre concordância de número no SN realizados no Brasil, em São Tomé e em Cabo Verde.

Em relação ao Português de Moçambique, há três variáveis que influenciam a concordância de número no SN quais sejam, 1) *Idade de início de aquisição de português*; 2) *Idade e*; 3) *Posição em relação ao núcleo / posição linear*. Anna Jon-And (2010) discute os resultados interessantes dessas variáveis e destaca os resultados da última, 3, no caso, *Posição em relação ao núcleo / posição linear*, comparados com os resultados de outros estudos sobre concordância de número no SN realizados no Brasil, em São Tomé e em Cabo Verde.

Assim posto, teríamos duas posições polarizadas: a que postula a variação no SN como decorrência da deriva românica e aquela que procura na formação histórica e social do

⁴⁸ Jon-And (2010), Universidade de Estocolmo, em um artigo intitulado *Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e linguísticas*, tendo como objetivo investigar, de forma quantitativa, a concordância de número no sintagma nominal (SN) no português popular falado em Maputo, Moçambique (PM), variedade de português L2, com falantes que têm línguas bantu de Moçambique como L1 conclui que: “Concordância variável significa que as regras de concordância do português padrão são aplicadas em algumas ocasiões e em outra não” (JON-AND, 2010).

Brasil razões não só para a variação, mas para o mecanismo de mudança que ora pode ser verificado no Português do Brasil.

Nossos dados apontam para uma situação de aquisição de marcas de concordância no SN, demonstrando que os mais jovens tendem a se aproximar da norma culta da língua portuguesa falada no Brasil, contrariando, assim, a deriva românica que levaria a um processo de simplificação.

Silva (2005), ao interpretar estudos desenvolvidos a partir de 1993 por Baxter e Lucchesi, mostra que esses autores vêm apontando evidências a favor do contato entre língua na formação do português popular do Brasil, justificadas pela rejeição das concepções imanentistas que procuram ver a origem das alterações verificadas no português popular como mera ação das forças inerentes ao sistema e já pré-determinadas pela índole da língua portuguesa.

Além da defesa à origem do português popular como um produto do contato entre línguas, aponta, ainda, que esses autores veem que, por influxo da urbanização e seus derivados, está ocorrendo um processo de eliminação das marcas decorrentes do processo de transmissão linguística irregular desencadeado nas situações de contato em que as variedades populares do português brasileiro se originaram, sobretudo no interior do país (SILVA, 2005, p. 90). É nessa perspectiva que explicamos os resultados encontrados em nossa pesquisa que apontam para maior aplicação da regra de concordância entre os mais jovens, bem como as mulheres, considerando que tais agregados estão passando por transformações sociais e culturais advindas do *continuum* processo de urbanização de Vitória da Conquista, interior do estado da Bahia.

A proposta da teoria da deriva, de algum modo, nega os princípios daqueles que defendem os fundamentos da *transmissão linguística irregular*, dada a interpretação sócio-histórica desta. Sumariamente, vale lembrar que a teoria da deriva é consolidada no âmbito da compreensão da mudança linguística, surgida no estruturalismo. De acordo com Araújo (2014), a proposta da teoria da deriva surgiu com o americano Sapir (1954 [1920]), linguista que retoma o interesse pela mudança linguística, tema central da linguística do século XIX.

Esta teoria sustenta a autonomia das estruturas linguísticas e a subjetividade da língua, sob aspecto do indivíduo, assim depreendida: “[...] a deriva de uma língua consta da seleção inconsciente feita pelos que falam, das variações individuais que acumulam numa dada direção” (SAPIR, 1954 [1920], p. 124 apud ARAÚJO, 2014, p. 80).

Nossos dados apontam para uma situação de aquisição de marcas de concordância no SN, demonstrando que os mais jovens tendem a se aproximar da norma culta da língua

portuguesa falada no Brasil, contrariando, assim, a deriva românica que levaria a um processo de simplificação.

Silva (2005), ao interpretar estudos desenvolvidos a partir de 1993 pelos pesquisadores Alan Baxter e Dante Lucchesi, mostra que esses autores vêm apontando evidências a favor do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil, justificadas pela rejeição das concepções imanentistas que procuram ver a origem das alterações verificadas no português popular como mera ação das forças inerentes ao sistema e já pré-determinadas pela índole da língua portuguesa.

O autor, além da defesa à origem do português popular como um produto do contato entre línguas, aponta, ainda, que Baxter e Lucchesi veem que, por influxo da urbanização e seus derivados, está ocorrendo um processo de eliminação das marcas decorrentes do processo de transmissão linguística irregular desencadeado nas situações de contato em que as variedades populares do português brasileiro se originaram, sobretudo no interior do país (SILVA, 2005, p. 90).

Nesse contexto de aquisição de marcas, buscamos explicar a efetivação da concordância nominal de número no sintagma nominal no Português Popular do Brasil na comunidade de fala de Vitória da Conquista.

4 METODOLOGIA E DISCUSSÕES SOBRE OS DADOS

Nesta seção, apresentamos como foi realizada a pesquisa de campo, o levantamento de hipóteses para as variáveis linguística e extralinguísticas que controlamos, objetivando compreender como se dá o funcionamento da variação na *concordância nominal de número* no Português Popular do Brasil. Para tanto, adotamos os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos fornecidos pela Teoria da Variação e Mudança Linguística propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006), Labov (2008⁴⁹), em consonância com os fundamentos da sócio-história (LUCCHESI, 2000) adotados para discutir a variável dependente sob investigação. Partimos do pressuposto de que o fenômeno linguístico da concordância pode ser explicado como fenômeno variável regido por regras, cabe a nós, no entanto, por meio de uma análise quantitativa, delinear como se processa o fenômeno da variação em estudo.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4.1.1 A pesquisa de campo

Neste tópico, julgamos oportuno apresentar não só a constituição do *corpus* em análise, caracterização dos informantes e seleção destes, mas também o percurso que experienciamos até chegarmos ao que ora apresentamos.

A pesquisa de campo foi realizada graças ao empenho dos bolsistas dos Grupos de Pesquisa em Linguística Histórica e Sócio-funcionalismo, ambos cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), alocados na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista.

4.1.2 Constituição do *corpus*

Uma análise centrada na Teoria Sociolinguista exige que o pesquisador observe uma comunidade de fala, levante hipóteses a fim de executar o trabalho de campo, selecione os informantes, empreenda a constituição do *corpus*, efetive uma análise dos dados coletados e os interprete à luz da Teoria da Variação.

⁴⁹ Em nosso estudo, utilizamos a primeira edição em português. A primeira edição em inglês data de 1972.

O presente estudo tem como *corpus* a fala de informantes com escolarização precária que integram a comunidade de fala de Vitória da Conquista, segunda maior cidade do interior da Bahia.

O *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC)⁵⁰ é composto de 24 inquéritos, dentre os quais, selecionamos 12 informantes que, com suas histórias, permitiram que dados linguísticos do fenômeno da concordância nominal fossem colhidos. Nesse sentido, reservamos os próximos tópicos à apresentação desses informantes.

4.1.3 Perfil dos informantes

A constituição da comunidade de fala de Vitória da Conquista – BA está relacionada, inicialmente, à colonização portuguesa, resultado de um movimento expansionista com consequente dizimação dos primeiros habitantes da terra.

A escolha dos informantes, inicialmente, deu-se nos bairros ditos populares, considerando aqueles mais populosos e, portanto, representativos da comunidade de fala. No tocante à escolha dos bairros, dividimos a cidade em dois lados, aos quais denominamos *lado leste* e *lado oeste*, assim, idealizamos dois bairros compreendidos como bairro novo (Nova Cidade e Vilas Serrana) e bairro mais antigo (Patagônia e Jurema), de cada lado. Inicialmente, pretendíamos estudar a localização espacial dos bairros como um dos fatores condicionantes da variação no âmbito dessa pesquisa. No entanto, ao observarmos o perfil dos moradores de Vitória da Conquista, percebemos que, apesar de esses bairros terem as características em termos de bairro novo e bairro antigo, identificamos, também, uma intensa migração quanto aos moradores daqueles bairros. Tal migração pode se dar em viagens sazonais a outros centros⁵¹ ou a deslocamentos para outras áreas da cidade.

Da proposta inicial, mantivemos as características dos bairros de cunho populares, de modo que os informantes são de bairros como Jurema, Patagônia, Vila Serrana, Nova Cidade, dentre outros.

⁵⁰ Constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo (UESB), transcrito pelo recurso grafemático, sendo suas ocorrências codificadas pela chave de codificação do Projeto Vertentes (UFBA), esse *corpus* tem oportunizado o desenvolvimento de outras pesquisas sob princípios Sócio-Funcionalistas e da Sociolinguística.

⁵¹ Os informantes revelam que as viagens sazonais se devem, na maioria dos casos, à busca de melhores condições de vida ou para resolver problemas (cuidados com a saúde, por exemplo).

Quanto ao nível de letramento,⁵² nossos informantes possuem, no máximo, 5 anos de escolarização, de maneira que estão inseridos na “parcela da população em que o letramento tenha sido precário ou não tenha ocorrido” (SILVA, 2005, p. 148).

Nossa análise compreendeu, portanto, a investigação do comportamento linguístico das camadas populares de moradores de bairros populares, justificadas essas características pela história de constituição desses bairros. Tal situação é comprovada pela forma de aquisição das “casas de moradia”, resultantes de loteamentos vendidos de forma acessível aos moradores.⁵³

Na sequência, apontaremos como se deu o processo de seleção dos nossos informantes.

4.1.3.1 Seleção dos informantes

Por observarmos, como já mencionado, que os informantes revelaram comportamentos que podem ser analisados como condizentes com fenômeno migratório, intentamos analisar a influência do processo migratório na constituição social e histórica da comunidade de fala. Em virtude dessa caracterização, nossa primeira escolha em relação aos informantes obedeceu a seguinte orientação: a) conquistenses filhos de migrantes (vindos das regiões circunvizinhas a Vitória da Conquista e, até mesmo, vindos de outros estados da federação brasileira), b) conquistenses filhos de conquistenses, c) migrantes (apenas os que passaram maior parte de sua vida integrando a comunidade de fala). No entanto, abandonamos essa orientação, o que nos levou a considerar em nossa amostra apenas os indivíduos naturais de Vitória da Conquista e aqueles que se incorporaram à Comunidade de Fala vindo em tenra idade.⁵⁴

Esse não foi um exercício fácil, mas nos permitiu selecionar informantes que, em seu vernáculo, representassem a comunidade de fala a fim de que pudessemos investigar o comportamento linguístico da *concordância de número no sintagma nominal* quanto à sua efetivação, uso de marcas formais e/ ou ausência dessas marcas.

Lembramos, mais uma vez, que as entrevistas foram concentradas nos bairros de características populares, a saber, Jurema, Patagônia, Vila Serrana, Nova Cidade, mas é bom

⁵² O termo letramento aqui usado está em conformidade com a proposta de Tfouni (1997, p. 10), uma vez que, para a autora, “o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social”.

⁵³ A aquisição dos lotes para a construção das casas, como no caso dos informantes da Nova Cidade, deu-se por meio de loteamentos, parcelas de terras vendidas a preços acessíveis e prazos longos.

⁵⁴ Nascidos em Vitória da Conquista ou que tenham chegado a esse município com até 7 anos de idade.

que se esclareça a não obrigatoriedade de se fazer as entrevistas nesses locais específicos, visto que não foi possível identificar, em Vitória da Conquista, bairros de cunho tradicionais, com moradores que ali se fixassem por um longo espaço de tempo quando o assunto é camada popular.⁵⁵

Com isso, podemos informar a existência de um processo migratório entre os bairros ditos populares do município de Vitória da Conquista, configurando-se, portanto, como uma característica do processo de urbanização e ocupação territorial da cidade. No quadro 1, apresentamos uma síntese comparativa dos informantes selecionados a fim de melhorar a visualização.

Quadro 1 – Informantes do Português Popular em Vitória da Conquista⁵⁶

Informante	Sexo	Código	Idade	Nível de letramento
Faixa I				
S.J.	F	PPVC01	33 anos	4 anos
S. S.C.	F	PPVC02	33 anos	2 anos
L.B.R	M	PPVC03	19 anos	4 anos
D.M.S.	M	PPVC04	26 anos	5 anos
Faixa II				
M.J.P.	F	PPVC05	42 anos	3 anos
E.S.B.	F	PPVC06	45 anos	3 anos
S.A. A.	M	PPVC07	37 anos	5 anos
W.S.O	M	PPVC08	41 anos	2 anos
Faixa III				
M. L.S.	F	PPVC09	74 anos	5 anos
Z.C.D.M.	F	PPVC10	83 anos	4 anos
E.F.O.	M	PPVC11	72 anos	4 anos
J.A.P.	M	PPVC12	79 anos	5 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.4 As entrevistas

Em primeiro lugar, contatamos, previamente, os informantes a fim de verificarmos se correspondiam ao perfil desejado.

⁵⁵ Os processos de alocação territorial fazem parte das investidas urbanizadoras características das cidades do interior da Bahia. Bairros novos surgem para que serem povoados por grupos que se encontravam habitando espaços com urbanização precária ou pouco concretizada.

⁵⁶ Elaborado com base na proposta de “ficha do informante” construída pelos professores Dr. Jorge Augusto Alves da Silva e Dr^a Valéria Viana de Sousa, coordenadores do Grupo JANUS – Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo (UESB) para ser aplicada nas atividades de pesquisa de campo quando da constituição do *corpus* (PPVC).

Na entrevista, formulamos perguntas para identificação de dados necessários para nossa análise: nome completo, filiação, profissão, nível de escolaridade, viagens, penetração dos meios de comunicação no ambiente doméstico.

As doze entrevistas que compõem o *corpus* em análise foram feitas em Vitória da Conquista, zona urbana, em locais familiares aos informantes, e possuem cada uma a duração mínima de 40 ou 50 minutos. As entrevistas são dos tipos: a) Documentador – Informante e do tipo Documentador (1) – Documentador (2) – Informante. Para tal fim, foram utilizados minigravadores digitais Coby CXR 190 e Olympus Vn – 500.

Todas as entrevistas foram repassadas para arquivos próprios e, hoje, fazem parte do acervo do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo e integram também o acervo do Projeto *Vertentes*, coordenado por Dante Lucchesi na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As entrevistas foram realizadas com a finalidade de que o informante se comportasse o mais natural possível, no sentido de serem conduzidas em um tom com característica bastante informal, uma conversa. Mesmo portando um roteiro visível aos falantes, conduzimos a entrevista num formato de conversa com certo grau de informalidade. O informante foi estimulado a falar de temáticas do cotidiano, ou algo que o houvesse marcado emocionalmente. Com isso, esperávamos que as presenças do gravador e do documentador fossem, minimamente, deixadas de lado, possibilitando maior uso do vernáculo pelo falante. Tal metodologia procura atender ao requisito laboviano de representar o vernáculo da comunidade de fala.

A maioria absoluta das entrevistas ocorreu em espaços bem familiares aos informantes: quer seja em seu ambiente de trabalho, em cozinhas, sala da própria casa.

Nas primeiras questões da entrevista, levantamos dados gerais sobre o informante. Depois passamos a entabular conversas sobre assuntos variados: Lembrança da infância (jogos, brincadeiras, amigos, vida doméstica), escola, educação (importância), acesso à mídia, música, festas locais, política, trabalho, religião, religiosidade, doenças, morte (na família ou de amigos), a vida na comunidade, vizinhos, viagens, enfim, assuntos bem relacionados à vida cotidiana desses informantes. Levamos em conta que outras temáticas poderiam ser assunto da entrevista (desde que identificado com possibilidades de maior desprendimento do informante ou, até mesmo, certo envolvimento emocional quanto ao tema, pois assim, esquecia até mesmo da presença do documentador e do gravador).

4.1.5 Processo de coleta e armazenamento de dados

Após a realização das entrevistas de 24 falantes do português popular de Vitória da Conquista, passamos à execução das etapas de audição e transcrição. A audição das fitas e a transcrição foram feitas por graduandos do curso de Letras da UESB. O trabalho de revisão das transcrições (cotejo entre o áudio e a transcrição) foi feito por bolsistas dos Grupos de Pesquisas em Linguística Histórica e Sócio-Funcionalismos, ambos liderados pelos professores doutores Jorge Augusto Alves da Silva e Valéria Viana Sousa.

Para efetivação da transcrição foi usada a “Proposta de Chave” elaborada pelo professor Doutor Dante Lucchesi⁵⁷ (UFBA).

Demos atenção especial à presença de marcas formais de regras de concordância nominal de número no SN.

4.1.5.1 Critérios da transcrição

Com base no estudo realizado por Silva (2005), optamos pela transcrição grafemática; no entanto, por tratarmos de um estudo morfossintático, algumas características gerais da língua portuguesa do Brasil, mesmo que não estivessem em acordo com a norma gramatical vigente, não foram destacadas.

Na transcrição das gravações, foram desprezados alguns fatos linguísticos como:

- a) A elevação das vogais médias em posição átona final;
- b) A ditongação antes de consoante constrictiva implosiva;
- c) A palatalização do /t/ e /d/, antes de vogal palatal;
- d) A epêntese da vogal alta que desfaz o travamento do grupo consonântico;
- e) A vocalização da consoante lateral pós-vocálica.

⁵⁷ Líder do grupo VERTENTES/UFBA, a quem muito devemos, tamanho é o apoio concedido à realização dos trabalhos pertinentes ao grupo de pesquisa Janus/UESB, bem como à concessão de instrumentalização ao grupo de pesquisa, mencionado, como um todo, de modo especial, quando da oferta de curso junto a outros membros do grupo VERTENTES no período da realização do I Seminário de Variação e Mudança Linguística no Sudoeste – BA, novembro de 2013/UESB.

4.1.5.2 Levantamento de dados

No levantamento dos dados procuramos colher exaustivamente as ocorrências, observando como os elementos flexionáveis da concordância de número no sintagma nominal se realizavam. A fim de mantermos o rigor científico, mesmo assumindo a competência das transcrições, tivemos que recorrer, em alguns casos, à audição das gravações para sanarmos algumas dúvidas.

Para a análise da recorrência da *concordância nominal de número* quando do uso de marcas formais nos elementos do SN, na comunidade de fala de Vitória da Conquista, após processo da transcrição e levantamento exaustivo de ocorrências já informadas, destacamos todos os sintagmas nominais pluralizáveis constituídos de pelo menos de dois elementos em condição de solidariedade, tendo como *corpus* o Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC). Em seguida, procedemos à codificação dos dados com o auxílio da “Chave de Análise Mórfica” proposta pelo professor Dante Lucchesi.

Os dados, após codificação, foram submetidos ao Programa Estatístico GOLDVARB 2001.

4.2 VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS: O CONTEXTO LINGUÍSTICO

A variação na concordância nominal de número é considerada como variável dependente, assim tratada no processo de quantificação dos dados.

Para fins de estudo linguístico, a literatura contempla duas abordagens: uma sintagmática e outra mórfica (também chamada atomística).

Na perspectiva da análise sintagmática, procura-se verificar a variação na aplicação da regra da concordância nominal, observando-se a configuração sintagmática do SN. Nessa direção, especula-se em que sentido a presença de numerais, determinantes, pronomes e quantificadores influenciam na aplicação da regra de concordância; no entanto, para tal abordagem, torna-se imprescindível verificar a realização do número bem como a função sintática do SN. Acredita-se, portanto, que deva existir uma correção estrutural entre os constituintes e a função sintática que o SN assume.

A análise sintagmática considera, ainda, o princípio da saliência fônica, isto é, avalia a diferença do material fônico envolvido na diferenciação entre singular e plural. Além disso, avalia a posição do SN em relação ao verbo, considerando, por fim o número dos constituintes

do SN. Tal postura metodológica enseja, nesse sentido, apresentar um quadro da variação, considerando os elementos linguísticos que vão além das estruturas dos constituintes imediatos.

Na perspectiva da análise mórfica, a qual assumimos em nosso estudo, o pesquisador interessa-se por estudar os elementos constituintes da estruturação sintagmática nominal a fim de descortinar que condicionantes estariam agindo para a realização da concordância (entendida como “solidariedade” entre os constituintes). Em tal estudo, são consideradas importantes as posições dos determinantes na ordem do constituinte, sua posição em relação ao núcleo e o comportamento de estruturas tais, como os modificadores na ordem sintagmática. Além disso, não se deve olvidar a classe gramatical do constituinte, nem a natureza da diferenciação entre o singular e o plural (a saliência fônica), procurando-se verificar, também, a presença de marcas em relação ao elemento nominal analisado.

Nesse sentido, tal abordagem, também chamada de atomística, procura analisar todos os constituintes flexionáveis dos SN encontrados nas amostras de fala, objetivando descrever e analisar que variáveis atuam especificamente sobre cada elemento do SN determinando, pois, a “solidariedade” entre os constituintes (SCHERRE, 1988, p. 61).

A opção pelo tratamento dos dados pela perspectiva mórfico ou atomística nada tem a ver com a escolha por um melhor caminho explicativo. A escola fez-se pelo recorte necessário para se alcançar os objetivos de uma dissertação de mestrado. Nesse sentido, a escolha se fez por delimitações necessárias aos fins pretendidos nesse estudo.

A variável dependente, fenômeno linguístico em análise, define-se pela marcação, em nosso estudo, do plural em cada constituinte do SN, sendo que essa pode se apresentar como marcada e não marcada, conforme exemplos:

- (+) plural marcado: Exemplos - “a gente ia vender limão ESSAS coisaS” (WSO)
 - “hoje num tem respeito pelOS PAIS” (MJPS)
 (-) plural marcado: Exemplos - “só ficava os FILHO”(MJPS).

Seguindo a perspectiva mórfica ou atomística, submetemos as ocorrências à análise dos seguintes fatores condicionantes:

- a) Posição linear do constituinte;
- b) Posição do constituinte com referência ao núcleo do SN;
- c) Classe gramatical do constituinte;
- d) Saliência fônica.

Por questões metodológicas, optamos por apresentar as especificações de cada variável estrutural, discutindo posteriormente os resultados obtidos, bem como estabelecendo comparações entre os estudos realizados em torno da concordância nominal no SN.

Em relação aos condicionamentos sociais ou variáveis sociais, consideramos no âmbito de nossa análise, os seguintes fatores:

- a) Faixa etária;
- b) Sexo (ou gênero);
- c) Estado fora da comunidade;
- d) Nível de letramento;
- e) Exposição à mídia.

Ainda, por questões metodológicas, optamos por apresentar a descrição das variáveis *pari passu* com os resultados obtidos, bem como estabelecer comparação com os estudos já realizados sobre a concordância nominal no SN. Assim, submetendo os fatores condicionantes ao aporte estatístico, podemos vislumbrar um quadro de variação no português popular, compreendendo o peso de cada fator na análise que agora empreendemos.

Os dados estatísticos não podem ser tratados, no conjunto das ciências humanas, como verdades absolutas, mas como fatos interpretáveis e submetidos ao crivo do pesquisador. Os números, embora eloquentes, não se afiguram absolutos em demonstrar as realidades linguísticas (sociais) que devem ser postas em contínua análise e questionamento dos cientistas que lidam com a sócio-história das línguas.

4.2.1 Variável dependente

Nesse sentido, após extrairmos do corpus do PPVC 2.979⁵⁸ ocorrência de estruturas pluralizáveis, submetemos os dados codificados ao Programa Estatístico GOLDVARB. Foram encontradas um total de 2.979 ocorrências das quais, numa análise mórfica, 1.708, ou seja 57,3% apresentaram marcas de concordância; enquanto 1.271, ou seja, 42,7% não apresentaram marcas de concordância entre os elementos formadores do sintagma nominal. O nível de confiabilidade da análise estatística foi de 0,08 (com *input* de 0.850).

⁵⁸ Foram excluídas as ocorrências formadas por locuções prepositivas (às duas), seguindo orientação de Scherre (1988), bem como as ocorrências em que a tradição faculta o uso do plural ou do singular (um tanto de menino/meninos). Além disso, não foram considerados os casos em que o núcleo do SN é invariáveis (ônibus).

A tabela 4 apresenta de forma esquemática os resultados obtidos.

Tabela 4 – Variável dependente: Concordância nominal de número

Concordância Nominal	Ocorrências	Percentual
Com marcas de Plural	1.708/2.979	57,3%
Sem marcas de Plural	1.271/2.979	42,7%
Total de Ocorrências	2.979	

Fonte: Elaborada pela autora.

Assim, partindo de uma análise mórfica, isto é, considerando os constituintes imediatos e o grau de adjacência, constatamos que há uma tendência à marcação dos elementos pluralizáveis em 57.3%, realidade que se assemelha a estudos realizados por outros pesquisadores, tais como Flávia Santos Martins (2013), cuja tese intitulada **Variação na concordância nominal de número na fala de habitantes do Alto Solimões (Amazonas)**,⁵⁹ encontra-se com um dos mais recentes estudos sociolinguísticos realizados sobre o tema. Observamos que a pesquisadora desenvolveu seu estudo com amostra de fala de moradores de centros urbanos de médio porte, tal qual a realidade que vivenciamos em Vitória da Conquista.

Martins (2013) realizou entrevistas, seguindo a metodologia norteadora do estudo que agora apresentamos. Na referida pesquisa, das entrevistas realizadas, foram retiradas 7.270 ocorrências de estruturas linguísticas e delas 4.458 apresentavam marcas explícitas de plural. Submetendo-se os dados ao programa estatístico GOLDVARB 2001, chegou-se ao percentual de 58% de estruturas com marcas de plural no SN e 42% de estruturas em que as marcas não foram verificadas, isto é, “ausência de marcas formais/informais de plural”.

Em nossa pesquisa, quanto à variável dependente, no total de 2.979 ocorrências, encontramos em 1.708 marcas de plural, equivalendo a 57,3% e 1.271, sem marcas de plural, portanto, 42,7%, resultado um tanto próximo à pesquisa nos municípios amazonenses.

Em pesquisa, nos moldes labovianos, Andrade (2003), com base em *corpus* do Português Afro-Brasileiro, analisou a frequência da marca de plural em cada item do SN de falantes da comunidade de Helvécia (BA). Das 2893 ocorrências analisadas por Andrade, 55% não apresentaram as marcas de concordância no SN, isto é, em um total de 2.893 ocorrências, 1.310 apresentam concordância, 45%, e 1.583/2.893, 55% não apresentam concordância. Andrade justifica os dados encontrados com base na Transmissão Linguística

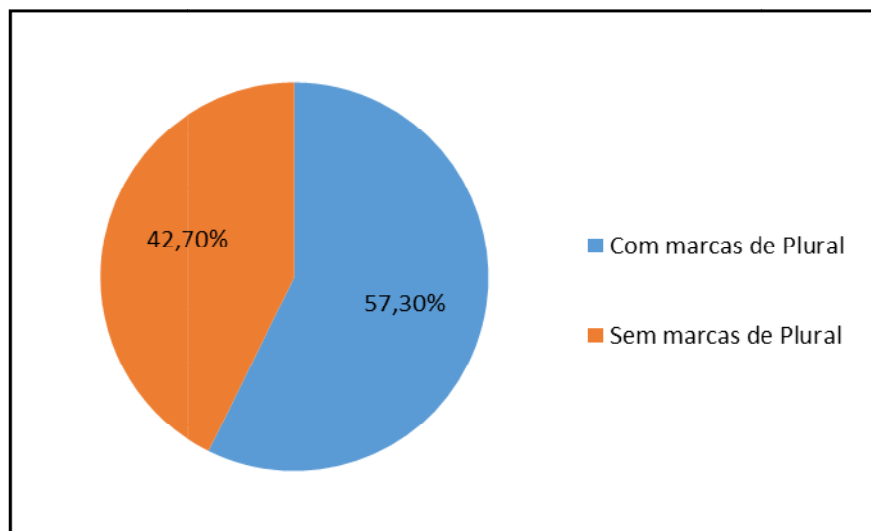
⁵⁹ Composição de amostra constituída através da realização de entrevistas com 57 informantes em cinco das nove localidades pertencentes à microrregião do alto Solimões, quais sejam, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa.

Irregular (LUCCHESI, 2000), mostrando evidências que apontam para um passado em que as marcas de concordância tendiam a ser menores e que a aquisição das marcas é uma realidade própria da alteração do status quo da comunidade, entendida como a abertura da comunidade a norma adventícias.

Se considerarmos um *continuum* de variação, podemos perceber que as duas realidades expostas *vis-à-vis* espelham os núcleos populacionais urbanos (MARTINS, 2013) e rurais (ANDRADE, 2003) em que o aparato urbanizador faz-se, hodiernamente, em maior ou menor intensidade. A profusão dos contatos sociais é uma das características do processo de urbanização, expondo os falantes à norma de prestígio. No caso de Vitória da Conquista, podemos ver que a urbanização faz-se de forma gradual, atingindo aos poucos os moradores de bairro periféricos.

A figura 10 apresenta os resultados obtidos no âmbito de nossa pesquisa.

Figura 10 – Variável dependente: Concordância nominal



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.1.1 Posição linear do constituinte

A variável *posição* está diretamente relacionada à *posição linear* do elemento no sintagma e a presença da marca formal de plural. Esse fator é tratado nesta análise tomando por base 4 (quatro) posições, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Posição linear do constituinte

1ª Posição	AS brincadeiras
2ª Posição	Vou viver meus DIAS
3ª Posição	Fez todos os EXAMES
4ª Posição em diante	Os meus filmes PREFERIDOS

Fonte: Elaborado pela autora.

A fundamentação teórica para o tratamento desses fatores está ligada ao processamento realizado pelo falante na escolha do elemento da marcação do plural. Os nossos dados revelam a seguinte realidade:

Tabela 5 – Posição linear do constituinte

	Ocorrências	Porcentual	Peso Relativo
1ª Posição	1183/1195	99%	0.81
2ª Posição	455/1522	29,9%	0.28
3ª Posição	59/222	26,6%	0.19
4ª Posição em diante	11/40	27,5%	0.20

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, podemos observar que:

- 1) A 1ª posição, em consonância com os estudos realizados por Braga e Scherre (1976), Braga (1977), Scherre (1988), Guy (1981), Carvalho (1997), Lopes (2001), Andrade (2003), Lila Soares Miranda Santos (2010) e Martins (2013), é mais favorável a marcas de plural, com peso relativo igual a (0.81);
- 2) seguida da 2ª posição, com peso relativo (0.28);
- 3) já a 4ª posição, com peso relativo (0.20), mostrou-se mais favorável a marcas do que a 3ª;
- 4) logo a 3ª posição a menos favorável (0.19).

Se há consonância em relação aos dados apresentados, a explicação e as justificativas para tal realidade suscitam em torno da interpretação de tais dados. Nessa polêmica, encontra-se a discussão sobre a origem do português popular do Brasil.

Um dos trabalhos de fôlego realizados por Scherre (1988) apresenta-se como ponto de discussão sobre a marcação do primeiro elemento do SN e as motivações para tal realidade. Scherre (1988, 1996), com base em Kiparsky (1972), afirma que a conclusão para a primeira posição é uniforme. Para ela, a primeira posição do SN é o fator que mais favorece a inserção da marca de plural, ocorrendo uma queda brusca em relação às demais posições, as quais tendem a desfavorecer de forma decrescente a presença da marca formal de plural no SN, fenômeno explicado pelo viés funcionalista kiparskiano, justifica-se pelas *Condições de Distintividade* as quais estabelecem que há uma tendência para a informação semanticamente

relevante ser retida na estrutura superficial, podendo, conseqüentemente, serem canceladas informações redundantes (SCHERRE, 1996, p. 92).

Interpretando a pesquisa de Scherre (1988), Lopes (2001) destacou:

Scherre (1988) constatou que existe uma tendência a marcar mais a primeira posição no sintagma, mas mostra que a posição em relação ao núcleo [...], não a posição linear, exerce a maior influência na concordância no sintagma nominal. Observando apenas a posição linear, é de se esperar que os elementos em primeira posição tenham a marca, que deve ser dispensada nas demais posições, já que a informação semanticamente relevante, segundo a teoria funcionalista, deve ser retida na estrutura superficial. Nesse sentido, qualquer classe deve ser marcada nessa posição (LOPES, 2001, p. 133).

Por outro lado, Lucchesi, ao interpretar os estudos de Gregory Guy (1981), demonstra a importância do pesquisador norte-americano ao descrever e analisar as características do português do Brasil. Guy, segundo Lucchesi, põe em relevo as peculiaridades do português popular brasileiro atual, reacendendo interesse pelo tema. Nesse sentido, a explicação de Guy para a marcação do primeiro elemento pode ser encontrada na constituição histórica do português popular e sua origem em um dos variáveis processos de criouliização, a criouliização prévia.

Para Lucchesi (2000), seguindo a linha de raciocínio de Guy, o português popular mostraria a coexistência de duas gramáticas, uma com traços *crioulizantes* e outra com traços *descrioulizantes*. A marcação do primeiro elemento, portanto, refletiria uma tendência das línguas crioulas de marcarem as estruturas mais relevantes de uma dada língua.

[...] desenvolve uma pesquisa, na qual busca acrescentar às evidências sócio-históricas evidências linguísticas que demonstrem a criouliização prévia do português popular do Brasil. Em uma amostra de fala de 20 falantes analfabetos do Rio de Janeiro, recolhida na década de 1970, a análise de Guy incidirá sobre quatro variáveis linguísticas – duas fonológicas (apagamento do –s final e do –m finais) e duas morfossintáticas (a concordância de número no interior do Sintagma Nominal e a concordância sujeito-verbo) (LUCCHESI, 2000, p. 19).

De acordo com Lucchesi (2000), partindo da hipótese de que o português popular do Brasil se originou de um crioulo de base portuguesa, formado a partir da escravização de populações africanas durante o processo de colonização do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, e com o aumento relativo da população branca e mestiça a partir do final do século passado, teria ocorrido um processo de descriouliização, que definiu as características atuais do português popular do Brasil.

Dos resultados da análise linguística de Guy, as maiores evidências em favor da hipótese da crioulização prévia foram fornecidas pela análise das variáveis morfossintáticas:

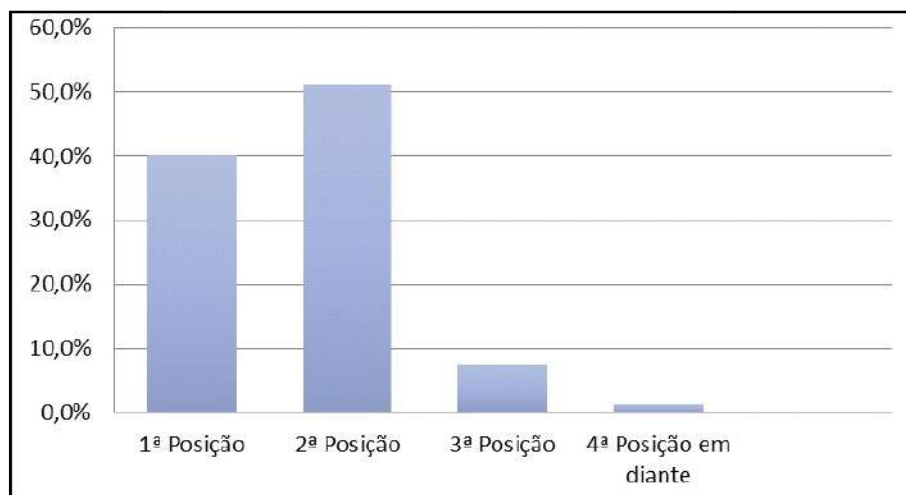
No que concerne à concordância de número no SN, os resultados indicaram um alto grau de favorecimento à marcação do plural no constituinte que ocupa a primeira posição linear do SN. Guy (pp. 301-3) vê a origem desse padrão no substrato africano presente na formação do português popular do Brasil, tanto das línguas banto, quanto das línguas iorubá e ibo, do grupo kwa⁶⁰ (LUCCHESI, 2000, p. 20).

Nesse sentido, a primeira posição não indicaria apenas *Condições de Distintividade*, mas estaria ligada à ação do substrato africano que seria um dos elementos precursores do português popular.

Tal discussão que hoje marca a polarização do tratamento que se dá à origem do Português Popular do Brasil pode ser melhor explicada se trouxermos *ad litteram* as variáveis sociais como faixa etária, nível de letramento e exposição à mídia, já que tais fatores condicionantes podem esclarecer o rumo de mudanças que podemos vislumbrar no vernáculo daqueles que compõem a base da pirâmide social brasileira.

A figura 11 apresenta uma visualização dos resultados obtidos nessa pesquisa:

Figura 11 – Posição linear do constituinte



Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁰ Todos esses sistemas têm em comum que o marcador de plural sempre é colocado no início do SN, usualmente na forma de um prefixo ou clítico. E esse é precisamente o padrão que nós encontramos nos crioulos portugueses existentes, tal como o cabo-verdiano. E, na medida em que o artigo português é um clítico não-acentuado [sic] com um conteúdo semântico mínimo, este padrão é também análogo ao aqui identificado no português popular do Brasil. De fato, a estrutura morfológica de *mntu-bantu* ('o homem'-'os homens') é perfeitamente paralela ao padrão *o home – os home /uomi-uzomi/* do português popular do Brasil (LUCCHESI, 2000, p. 20).

4.2.1.2 Posição do constituinte com referência ao núcleo do SN

Com a variável *posição em relação ao núcleo* procuramos controlar o efeito da posição dos elementos não nucleares em relação ao elemento nuclear do sintagma nominal. Para tanto, controlamos três situações:

- a) a posição do determinante em relação ao núcleo do SN;
- b) a posição do núcleo em relação aos determinantes;
- c) a presença de modificadores e sua relação com o núcleo.

Das contribuições retiradas de Scherre (1988) e Lopes (2001), podemos observar que, para se lidar com a variável “posição do constituinte com referência ao núcleo do SN”, devemos considerar a posição do determinante se anterior ao núcleo (à esquerda), mas não imediatamente e, ainda, a situação do determinante se imediatamente anterior ao núcleo ou se posterior ao núcleo. Em suma, para análise da variável “posição do constituinte com referência ao núcleo do SN” havemos de observar, atentamente, os determinantes, o núcleo e os modificadores.

Em relação aos determinantes, Lopes (2001) segue a trajetória de Scherre (1998) no sentido de admitir a tese de que as classes antepostas ao núcleo tendem a ser mais marcadas do que as pospostas a ele. Lopes (2001) ressalta que Scherre (1998) não distinguiu as classes imediatamente anteriores ao núcleo das não imediatamente anteriores ao núcleo. Nesse sentido, Lopes (2001) traz uma grande contribuição para os estudos de concordância vez que argumenta em favor de que o elemento imediatamente adjacente ao núcleo é mais favorecedor da marca.

Os modificadores,

apesar de estarem dentro do sintagma, não estão envolvidos no processo de concordância nominal, daí considerar-se, inicialmente, que é possível que a existência e intermediação desses modificadores acabem inibindo a realização da concordância nos elementos a eles subsequentes (LOPES, 2001, p. 291).

A visão de Lopes está pautada na distinção tipológica que ela realiza ao considerar as possibilidades de realização dos modificadores em diversas línguas.

Apresentamos, a seguir, as possibilidades de ocorrência desses fatores e qual o tratamento que a eles demos em nossa pesquisa. É importante lembrar que em nosso recorte fizemos uma análise mórfica ou atomística.

Com o intuito de controlar a importância do determinante e sua posição em relação ao núcleo do SN, postulamos os seguintes contextos linguísticos:

- a) Determinante em primeira posição imediatamente à esquerda do núcleo (MEUS filhos tudo adoeceu; MEUS filho);
- b) Determinante em primeira posição, mas não adjacente (não imediatamente) ao núcleo (MEUS primeiros filhos; eu gosto dOS meus filho);
- c) Determinante em segunda posição imediatamente à esquerda do núcleo (Todos MEUS filhos; eu gosto dos MEUS filho);
- d) Determinante em segunda posição não adjacente ao núcleo (Todos MEUS melhores amigos; Todos MEUS melhor amigos);
- e) Determinante em terceira posição à esquerda do núcleo (Todos meus MELHORES amigos; Todos meus MELHOR amigo).

Os fatores assim dispostos seguem orientação de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

A fim de verificar a influência da posição do núcleo e a presença da marca de plural, caracterizando a solidariedade entre os constituintes do SN, numa abordagem atomística ou mórfica, controlamos três situações linguísticas:

- a) Núcleo em primeira posição (Vi MISSAS belíssimas; Comprei bananas madura);
- b) Núcleo em segunda posição (Meus FILHOS; Meus PARENTE);
- c) Núcleo em terceira posição (E os meus FILHOS casaram; Os oto IRMÃO).

Seguindo ainda o mesmo raciocínio, buscamos em nosso estudo verificar a importância dos modificadores e a frequência da presença das marcas de plural, estabelecendo a relação de solidariedade entre os constituintes. *Ex positis*, controlamos duas situações, a saber:

- a) Modificador (constituente) imediatamente à direita do núcleo (Eu gosto de festas RELIGIOSAS; Meus irmãos maió);

b) Modificador (constituente) à direita do núcleo mas não adjacente a ele (não imediatamente a ele) (Meus filhos mais VELHOS; Meus irmãos mais CHEGADO).

Na tabela que se segue, apresentamos os dados com relação à posição do constituinte com referência ao núcleo do SN.

Tabela 6 – Posição do constituinte com referência ao núcleo do SN

	Frequência	Percentual	Peso Relativo
Determinante em primeira posição imediatamente à esquerda do núcleo	1037/1044	99,3%	0.843
Núcleo em segunda posição	389/1427	27,3%	0.215
Determinante em primeira posição não adjacente ao núcleo	135/138	97,8%	0.875
Determinante em segunda posição imediatamente à esquerda do núcleo	65/79	82,3%	0.678
Núcleo em terceira posição em diante	43/149	28,9%	0.332
Núcleo em primeira posição	23/25	92%	0.457
Modificador imediatamente à direita do núcleo	13/98	13,3%	0.243
Modificador à direita do núcleo não adjacente a ele	3/19	15,8%	0.317

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a variável posição do constituinte em relação ao SN, podemos verificar, tal como fizeram Scherre (1988), Carvalho (1997), Santos (2010) e Martins (2013), podemos observar a existência de um caráter funcional da língua, segundo o qual os falantes efetuam a informação relevante no primeiro elemento, evitando, assim a redundância. No entanto, podemos, ainda, discutir a questão pela convivência de duas gramáticas, uma de natureza crioulezante e outra de natureza descrioulizante, em que marcas da constituição histórica do português estariam influenciando na presença ou não de marcas de plural no SN.

Observando a posição do constituinte com referência ao núcleo do SN, pudemos verificar que o determinante quer em primeira posição imediatamente à esquerda do núcleo quer em primeira posição não adjacente favorecem a presença da marca forma de plural.

Já o determinante em segunda posição imediatamente à esquerda do núcleo é menos favorável a marcas de plural com relação às duas primeiras posições do determinante.

O núcleo em primeira posição é mais favorável a marcas de plural, apresentando uma queda acentuada de incidência das marcas de plural à medida que altera de posição.

Quanto aos modificadores, os dados mostraram que são absolutamente desfavoráveis às marcas de plural. Os modificadores à direita do núcleo não adjacente ao núcleo são mais favoráveis às marcas (0,31) em relação aos modificadores imediatamente à direita do núcleo.

No entanto, vale ressaltar que o núcleo em segunda posição, ainda, é menos favorável que aqueles.

Nesse sentido, ao controlar a variável posição do constituinte com referência ao núcleo do SN, objetivamos apresentar mais evidências sobre a variação de número no SN e apresentar evidência de que as mudanças verificáveis na concordância do SN no Português Popular do Brasil estão condicionadas por fatores estruturais, mas não podemos esquecer que elementos sociais e históricos podem influenciar no curso das mudanças, não para uma perda das flexões, mas para a aquisição.

4.2.1.3 Classe gramatical do constituinte

Para discutirmos essa variável estrutural ou linguística, controlamos o seguinte grupo de fatores, considerando as especificidades da estruturação nominal em Português:

- a) Artigo definido (Os meninos/ Os menino)
- b) Artigo indefinido (Uns caras/Uns cara)
- c) Pronome demonstrativo (Aqueles casos/Aqueles caso)
- d) Pronome possessivo (Meus tios/meus irmão)
- e) Pronome indefinido (Muitos pais/Muitas mãe)
- f) Quantificador todo(s)/tudo (de todos filhos/de todos jeito)
- g) Substantivo (Umas amigas minhas/uns primo meu)
- h) Adjetivos (Uns irmãos bons/ Umas casos estranho).

A fundamentação para a escolha da variável repousa em base funcionalista kiparskiana de que há uma tendência para “a informação semanticamente relevante ser retida na estrutura superficial, podendo, conseqüentemente, cancelarem-se informações redundantes” (SCHERRE, 1988, p. 92). Scherre, ainda, assevera que “não importa exatamente nem a classe nem a posição linear, mas a distribuição da classe não nuclear em relação ao centro do SN”.

No entanto, torna-se oportuno verificar se no caso das classes gramaticais, houve uma hierarquia de valores semânticos, dando-se relevância às estruturas que possuem, por exemplo, mais animacidade,⁶¹ como o substantivo.

⁶¹ Empregamos o termo “animacidade” no sentido de o item gramatical possuir maior ou menor aporte semântico, assim consideramos o substantivo contendo o maior grau de animacidade.

De acordo com tabela que se segue, é possível verificar o efeito das classes gramaticais a seguir.

Tabela 7 – Classe gramatical do constituinte

	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Pronome possessivo	133/145	91,7%	0.456
Substantivo	455/1.597	28,5%	0.345
Artigo definido	741/743	99,7%	0.858
Quantificador [todo(s), tudo	23/47	48,9%	0.035
Pronome indefinido [muito(s), tanto(s), outro(s), algum(ns)	89/96	92,7%	0.412
Pronome demonstrativo	121/124	97,6%	0.521
Adjetivo	15/92	16,3%	0.188
Artigo indefinido	129/131	98,5%	0.548

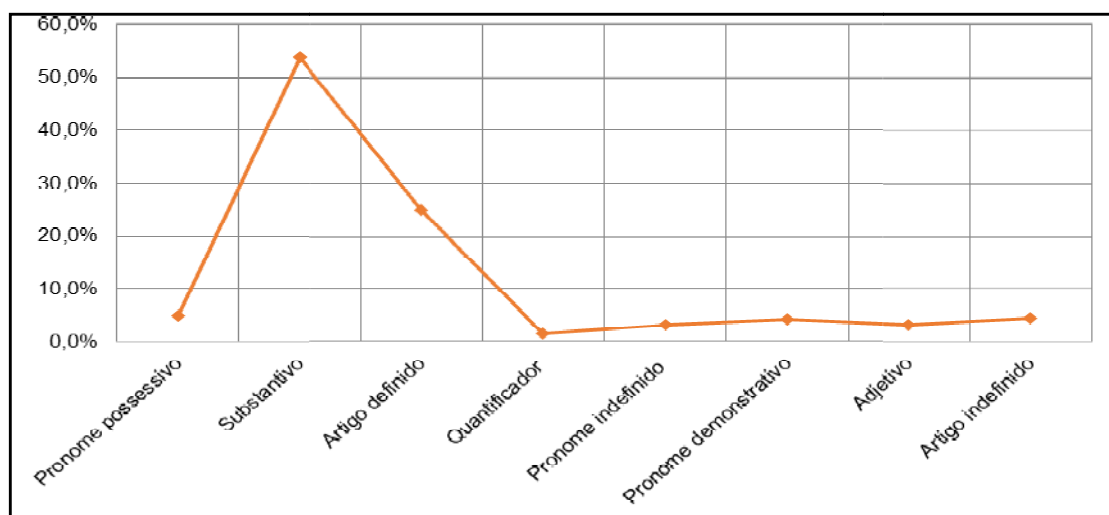
Fonte: Elaborado pela autora.

Uma análise, do ponto de vista do peso relativo, aponta que artigo definido é mais favorável a marcas, seguido do artigo indefinido. Respectivamente, (P.R. 0,85) e (P.R. 0,54).

Ao analisarmos o substantivo sob a perspectiva de núcleo, esse é mais favorável às marcas que os adjetivos e quantificador. Em outras palavras, os modificadores, sob a ótica do peso relativo, são menos favoráveis às marcas de plural. Em um comparativo entre os adjetivos e os quantificadores, aqueles são mais favoráveis às marcas, de acordo com nosso estudo.

Nesse sentido, a posição que o constituinte ocupa na estrutura do SN é mais favorável à aplicação da regra do que sua natureza gramatical. Resultados semelhantes apresentados por Fernandes (1996), Carvalho (1997), Lopes (2001) e Martins (2013) corroboram com dados por nós encontrados.

Figura 12 – Classe gramatical do constituinte



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.1.4 Saliência fônica

De acordo com Naro e Scherre (1976 apud LOPES, 2001), o princípio funcional da saliência fônica baseia-se na diferença formal entre a forma do singular e a forma do plural; em outros termos, tal princípio seria condicionado pela quantidade de material existente na oposição entre singular e plural o que interferiria na possibilidade de aplicação da regra de concordância.

Inicialmente, postulamos oito posições hierárquicas, a saber:

- a) Oposição singular/plural regular:⁶² casa/casas
- b) Oposição singular/plural com acréscimo de – es: cantor/cantores
- c) Oposição singular/plural com perda de elemento do singular e acréscimo de – is: animal/animais.
- d) Oposição singular/plural com manutenção da nasal, seguida do acréscimo de – s: tom/tons
- e) Oposição singular/plural com acréscimo de –es e mudança de /s/ > /z/: freguês/fregueses
- f) Oposição singular/plural com a alternância de ão > ões: leão/leões
- g) Oposição singular/plural com a alternância de ão >ães: pão/pães
- h) Oposição singular/plural com alternância de timbre: ovo/ovos.

Nas entrevistas que compõem o *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista, não encontramos ocorrências da oposição ão >ães. Destarte, foram considerados apenas sete níveis de saliência.

Tabela 8 – Saliência fônica

	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Itens regulares (casa/casas)	1512/2590	58,4%	0.49
Itens em –s e –z (ex.: freguês/fregueses; vez/v	70/126	55,6%	0.79
plural duplo (ex.: ovo/ovos; novo/novos)	4/9	44,4%	0.64
itens em –m/-em/-ã/-um/ao ex.: tom/tons;	95/166	57,2%	0.29
itens em –r (ex.: cantor/cantores)	14/46	30,4%	0.53
itens em –l (ex.: animal/animais)	10/25	40%	0.68
itens em –ões (ex.: leão/leões)	3/17	17%	0.36

Fonte: Elaborado pela autora.

Os nossos dados revelam a seguinte hierarquia, considerando o peso relativo:

⁶² Chamamos de “regular” considerando a maior frequência de casos encontrados na Língua Portuguesa. Nesse sentido, a diferenciação do singular e do plural é de apenas o –s (marca românica assumida por nossa língua).

- a) Oposição singular/plural com acréscimo de –es e mudança de /s/ > /z/: freguês/fregueses (0,79)
- b) Oposição singular/plural com perda de elemento do singular e acréscimo de –is: animal/animais (0,68)
- c) Oposição singular/plural com alternância de timbre: ovo/ovos (0,64)
- d) Oposição singular/plural com acréscimo de – es: cantor/cantores (0,53)

Segundo nossos dados, a “oposição singular/plural com manutenção da nasal, seguida do acréscimo de –s: tom/tons” seria a menos favorecedora da aplicação da regra (0,29).

A comparação de nossos resultados de Carvalho (1997), podemos ver uma alteração da ordem hierárquica o que nos leva a fazer considerações relevantes sobre o tema. No estudo de Carvalho bem a oposição singular/plural que envolvia a alternância de timbre situou-se em nível hierárquico superior à oposição dita regular: Regulares (0,48); oposição singular com alternância de timbre (0,89).

Considerando que vemos uma tendência de mudança em direção da aquisição das marcas de concordância, podemos com base na Saliência Fônica comprovar que a aquisição dos usos da marca de plural dá-se nas estruturas em que a diferenciação entre singular e plural são mais marcadas do que aqueles em que a marcação faz-se apenas pela oposição entre Ø/-s.

Nesse sentido, podemos afirmar, conforme os dados de nossa pesquisa, que a aplicação da regra de concordância decorrente da presença de solidariedade entre os constituintes do SN dá-se segundo padrões estruturais, isto é, condicionados por fatores linguísticos os quais seguem padrões que caracterizam o vernáculo dos falantes do Português Popular de Vitória da Conquista.

Passaremos a discutir, qual o papel dos fatores extralinguísticos ou sociais na configuração do quadro de variação e mudança na concordância nominal no Português Popular de Vitória da Conquista.

4.2.2 Fatores extralinguísticos ou sociais

Ao controlarmos as variáveis extralinguísticas ou sociais, pretendemos demonstrar que a variação na aplicação da regra de concordância nominal dá-se segundo a realidade vivida pelos utentes do Português Popular de Vitória da Conquista e tal realidade espelha a sócio-história da constituição do município. Inicialmente, postulamos uma divisão dos informantes segundo o critério de migração, colocando-se numa relação tripartida: migrantes incorporados

à comunidade de fala, conquistenses filhos de migrantes e conquistenses filhos de conquistenses. No entanto, por questões metodológicas que envolviam a constituição da comunidade de fala e sua distinção das demais, optamos apenas por considerar como participantes da pesquisa apenas os informantes naturais de Vitória da Conquista e que viveram no município a maior parte de suas vidas e, portanto, identificam-se como conquistenses.

Usamos para nosso estudo variáveis tidas clássicas pelos estudos variacionistas, tais como faixa etária e sexo/gênero. Além dessas duas variáveis, tivemos que incluir o nível de letramento, já que lidamos com o Português Popular que, por definição, engloba falantes sem escolaridade ou com formação precária.

Duas variáveis sociais não foram consideradas relevantes pelo Programa Estatístico GOLDVARB: estada fora da comunidade e exposição à mídia.

A variável social “estada fora da comunidade” não foi considerada relevante pelo Programa GOLDVARB. Com tal variável, buscávamos observar com a influência de outros grupos, considerando o afastamento da comunidade de fala, poderia favorecer a fatores inovadores e/ou conservadores de outros grupos de fala. Cremos que a pouca relevância de tal fator, deva-se ao fato de que os utentes do português popular ao se deslocarem de sua comunidade mantêm contato com grupos que, na verdade, se constituem extensão de sua realidade.

Com a variável exposição à mídia, controlamos, a partir das falas dos informantes, o nível de contato com os meios de comunicação de massa, especialmente, rádio e televisão. Postulamos três níveis com base nas horas de contato com os meios midiáticos e frequência dos contatos. Destarte, entendemos que a exposição poderia se dar num nível baixo (menos de uma hora por dia), média (1 a 2 horas por dia) e alto (mais de 2 horas por dia). No entanto, os resultados apresentados não se mostraram relevantes, não sendo a variável selecionada pelo Programa Estatístico.

4.2.2.1 Faixa Etária

A exemplo de outros estudiosos, Carvalho (1997) defende que a faixa etária tem contribuído no sentido de detectar mudança linguística em curso com base em dados sincrônicos. Nesse sentido, os jovens (Faixa I: 25 a 35 anos) apresentar-se-iam mais motivados a assumir valores adventícios, enquanto que os mais velhos (Faixa III: 65 anos em diante) estaria numa posição refratária. Tal realidade seria espelhada, portanto, numa “curva

em S” segundo a qual os índices de marcação do plural apontariam para uma alteração dos padrões linguísticos da comunidade.

Assim, como postulamos que a constituição histórica da comunidade de Vitória da Conquista venha a explicar os níveis de variação e o curso de mudança, observamos que o processo de urbanização e o crescimento econômico estariam configurando alterações no Português Popular, impulsionado pelos mais jovens, por estarem mais sujeitos a valores de outros grupos, bem como por se colocarem próximo a um ideal de urbanidade.

Os dados de nossa pesquisa revelam, nesse sentido, que os falantes mais jovens tendem a apresentar as marcas de concordância, do que os falantes mais velhos. O peso relativo demonstra, portanto, uma tendência à aquisição das marcas, demonstrando que o imperativo da urbanidade altera não apenas o quadro sócio-econômico de uma comunidade, mas também os padrões linguísticos.

Isso posto, podemos reconhecer que a sócio-história de uma comunidade pode explicar as alterações linguísticas pelas quais ela vem passando. No caso de Vitória da Conquista, estamos observando um quadro em que o aparato urbanizador altera, lentamente, o vernáculo dos falantes do Português Popular.

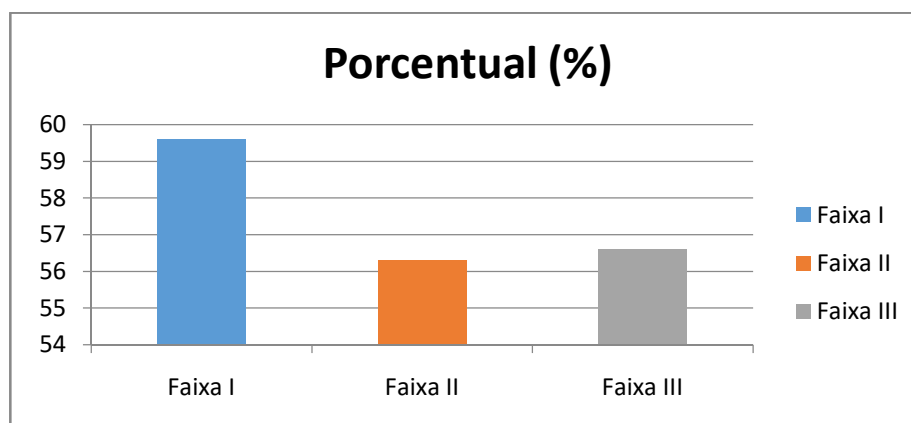
A fim de melhor visualização, apresentamos a tabela 9.

Tabela 9 - Variável Faixa Etária

	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Faixa I	499/837	59,6%	0.58
Faixa II	683/1213	56,3%	0.41
Faixa III	526/929	56,6%	0.53

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 13 – Variável Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Destarte, podemos afirmar que estamos observando uma mudança em curso no sentido não na perda das marcas, mas na aquisição e tal processo estaria sendo influenciado, não apenas por fatores estruturais já expostos, mas por fatores sociais, já que está havendo alteração do status quo do município que passa por um processo de desenvolvimento urbanístico e econômico.

4.2.2.2 Sexo

A variável sexo (também referenciada pela literatura como “gênero”) foi selecionada como significativa pelo Programa Estatístico – GOLDVARB. Ao controlarmos essa variável, buscamos verificar como o comportamento biossocial, determinado por papéis sociais ideologicamente construídos, interferia no emprego da Concordância Nominal no SN.

Em relação à variável sexo, Paiva (1996) considera, após a análise do resultado de pesquisas feitas por Fischer (1958), Scherre (1988) e outros, que as mulheres são conservadoras em relação à norma de prestígio e inovadoras quando a mudança faz-se em direção à norma padrão. Nesse sentido, temos que perguntar de per si em cada comunidade o que seria conservador ou inovador, visto que cada comunidade possui sua história social diferenciada.

Nos últimos 50 anos, a situação da mulher, especialmente da mulher do interior brasileiro, tem se alterado em relação aos valores atávicos. A “nova mulher” passou a ter uma dupla jornada de trabalho e assim a conviver com outros grupos diferenciados dos seus. Se considerarmos que as mulheres alvo de nossa pesquisa possuem pouca instrução formal, somos levados a crer que elas mantivessem fora do ambiente doméstico comportamentos semelhantes ao que vivenciam no âmbito do lar. No entanto, o cotejo das profissões das informantes levou-nos a observar que algumas delas saíam do “círculo de previsibilidade doméstico” (SILVA, 2005). Nesse sentido, tais mulheres apresentariam uma tendência a buscarem a conformidade com a norma de prestígio. Tal situação é melhor esclarecida pelos dados quantitativos obtidos, segundo os quais as mulheres apresentam maior índice de aplicação de concordância no SN, tanto no nível percentual quanto no peso relativo.

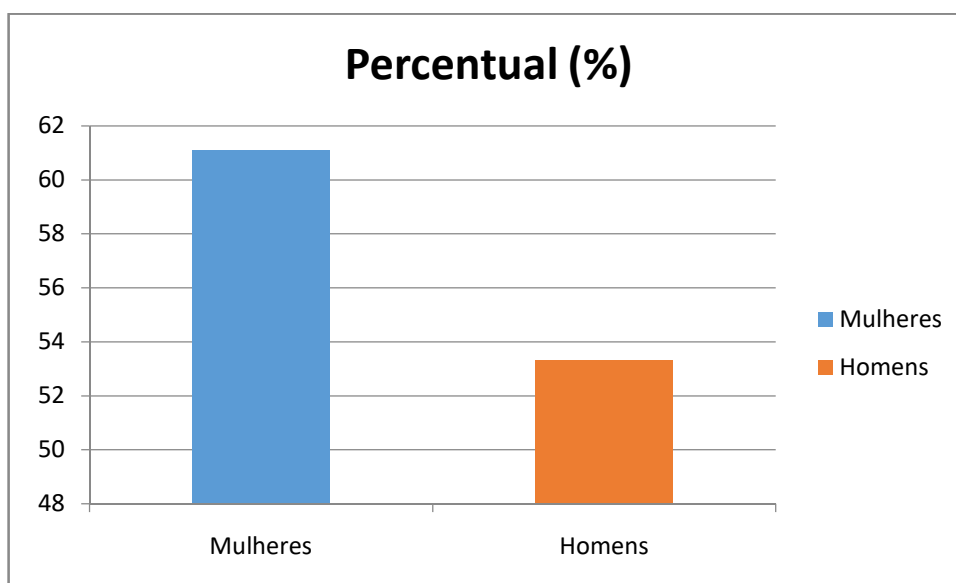
Tabela 10 – A aplicação da regra concordância nominal de número na variável sexo

	Ocorrência	Percentual	Peso Relativo
Mulheres	940/1539	61,1%	0.57
Homens	768/1440	53,3%	0.41
Total	1708/2979		

Fonte: elaborada pela autora.

Tais resultados estão em consonância com estudos semelhantes realizados por Carvalho (1997), Lopes (2001), Santos (2010) e Martins (2013). Nesse sentido, os resultados demonstram que a “emancipação feminina” com a ampliação de seu espaço de atuação favorece à aquisição de padrões linguísticos cada vez mais próximos da norma de prestígio.

Figura 14 – Variável sexo



Fonte: elaborada pela autora.

4.2.2.3 Nível de letramento

A fim de controlarmos, o nível de letramento numa pesquisa cujo recorte é o português popular requer do pesquisador atenção aos estágios de aprendizagem de leitura e escrita. Trilhando o percurso das recentes abordagens das ciências neurológicas que tratam da escrita/leitura,⁶³ propusemos três fatores:

- a) 1 a 2 anos;⁶⁴
- b) 3 a 4 anos;
- c) 5 anos.

Segundo Leffa (1996), o espaço cerebral responsável por armazenar dados de leitura/escrita corresponde ao aperfeiçoamento da tendência inata de apreender e reconhecer

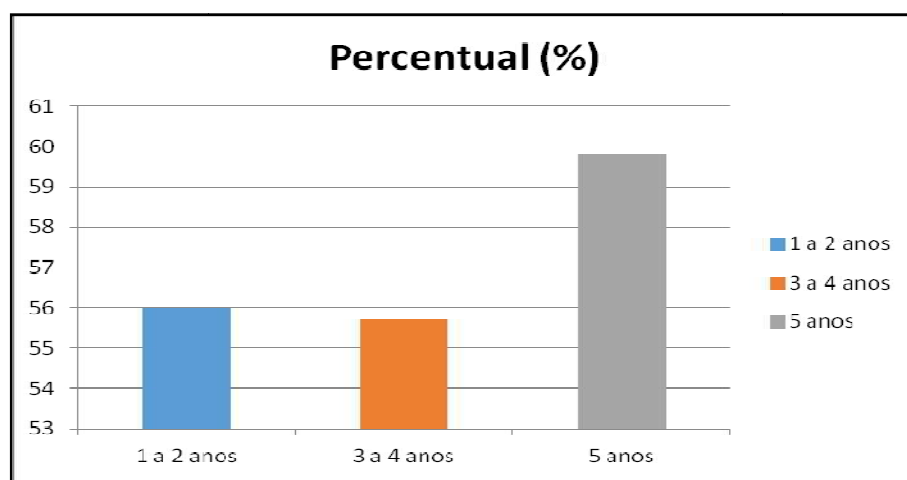
⁶³ Para fazermos tal percurso, seguimos os caminhos sugeridos por Dehaene (2012) e Leffa (1996).

⁶⁴ Não foram encontrados informantes que não tenham se submetido a, pelo menos, um ano de escolaridade, graças aos inúmeros projetos públicos em favor do letramento das classes populares.

imagens. Nesse sentido, ler e escrever seria, na verdade, um aporte neuronal que resultaria no desenvolvimento de uma habilidade inata. Tal aporte traria ampliação vocabular e capacidade de manejar estruturas dentro das regras fonotáticas da língua, bem como das regras morfossintáticas.

Isto posto, os anos de contato com atividades de letramento estariam dando ao falante uma possibilidade de aproximação de estruturas que seriam incorporadas a seu vernáculo.

Figura 15 – Variável nível de letramento



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, o contato com outros grupos bem como a modificação do entorno social são elementos coadjuvantes no processo de aquisição de uma outra norma. No caso dos falantes do português popular, cremos que ao entrarem em contato com a norma de prestígio haja uma alteração lenta e gradual em seu vernáculo, notadamente marcado por um nível menor de letramento (alguns dos informantes contam que seus pais não tinham “leitura”).

Os dados de nossa pesquisa demonstram que a quantidade de anos de letramento influenciam a alteração das estruturas usadas na realização da concordância nominal. Como podemos ver na tabela 11:

Tabela 11 - Aplicação da regra concordância nominal de número na variável nível de letramento

Anos de letramento	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
1 a 2 anos	896/1589	56%	.44
3 a 4 anos	255/458	55,7%	.49
5 anos	557/932	59,8%	.59

Elaborado pela autora.

A partir dos dados, podemos perceber que há uma tendência à concordância se comparamos o aumento dos anos de letramento, considerando o peso relativo.

É necessário frisar que os anos de letramento trazem além do contato com outras normas uma ampliação de perspectivas de vida econômico-social, já que o grau de escolaridade há de marcar a escolha das profissões.

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Podemos reconhecer no Brasil a existência de duas realidades linguísticas bipolarizadas: de um lado a norma culta e de outro a norma vernácula ou popular. Escrever a história do português do Brasil exige que busquemos retratar essas duas realidades, procurando-lhes a origem e o percurso de sua formação. Nesse trabalho, discutimos a concordância nominal de número no SN no vernáculo de moradores naturais de Vitória da Conquista, apresentando uma análise atomística ou mórfica, considerando o fenômeno como variável.

Creemos que o português popular do Brasil tem sua origem ligada ao modelo de colonização brasileiro que, ao longo dos séculos, privilegiou a propriedade rural, a agricultura de subsistência e a divisão espacial baseada em atividades econômicas agropastoris. Nesse sentido, a urbanização precária e tardia atraiu para a nova *urbanitas* um contingente populacional advindo do meio rural e os alocou em áreas periféricas onde a ação do aparato urbanizador se deu de forma lenta e desigual. Assim, o caso de Vitória da Conquista, resultado do processo de ocupação do Sertão da Ressaca, apresenta grupos populares marcados pelo pouco acesso aos meios de produção, inclusive os meios de produção cultural.

Nesse sentido, por influxo da urbanização, da socialização e dos meios de comunicação, verificamos uma tendência à mudança em direção à aquisição das marcas de flexão de número no SN. Essa tendência é mais acentuada naqueles falantes que frequentaram mais a escola, mesmo considerando sua pouca eficiência em mudar a condição do aprendiz. Os dados mostram que não há fundamento para se falar em perda de flexão com base na deriva secular da língua portuguesa, mas sim na aquisição de flexão por influxo de pressões externas.

Discutimos as possibilidades de flexão oferecidas pelo sistema linguístico do português, bem como traçamos um quadro estrutural da flexão, apresentando as visões tradicionais, pontuando a generalização perceptiva dos dialetólogos e nos ativemos a apresentar de forma sucinta as pesquisas que tratam da concordância no SN. Tais situações foram consideradas, destacando-se o contingente populacional, já que, no âmbito da Sócio-história é imprescindível situar o homem no seu espaço socioeconômico.

A investigação provou que fatores estruturais ou linguísticos condicionam a aplicação da regra de concordância no SN: posição linear do constituinte, posição do constituinte com referência ao núcleo do SN, classe gramatical do constituinte e saliência fônica.

Em relação às variáveis sociais, pudemos perceber que as mulheres e os mais jovens tendem a aplicar mais a regra de concordância. A tendência de aplicação da regra verificada na população de Faixa I no *corpus* demonstra que a mudança em curso é um processo decorrente da ampliação de horizontes desse grupo, pois ele está mais em contato com os grupos externos e sente a pressão que deles procede no sentido de se adaptarem à vida urbana. Além disso, eles são os mais atingidos pelos meios de comunicação, pela televisão e pelo rádio, que imprimem valores diferentes dos estabelecidos pelo ambiente familiar ou pelo círculo de relações.

Portanto, a presente investigação prova, através do cotejo dos dados encontrados na fala de moradores naturais de Vitória da Conquista que o modelo de colonização do Brasil produziu uma variedade da língua portuguesa marcada pela redução no sistema flexional e que por pressões externas, atuando sobre os mais jovens, tal variedade está sofrendo um processo de mudança em direção à aquisição das marcas de flexão de acordo com os padrões da língua culta.

Acreditamos que nosso estudo possa contribuir para o planejamento de políticas públicas que observem os pontos cruciais da diferença entre o português popular e o culto a fim de que haja uma prática pedagógica que se alie às descobertas científicas.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

BADARENE, Rogéria Moreira. História do Loteamento Vila Serrana. Vitória da Conquista, entrevista em casa, maio de 2013. Entrevistadores: Luciano Santos Silva e Maria Aparecida de Souza Guimarães. Arquivo.mp3 (9:00 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

PEREIRA Benjamim. História do Loteamento Vila Serrana. Vitória da Conquista, entrevista em casa do entrevistado, maio de 2013. Entrevistadores: Luciano Santos Silva e Maria Aparecida de Souza Guimarães. Arquivo.mp3 (10:30 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

SILVA, Martiniano Pereira da. História da Ocupação Nova Cidade e do Loteamento Vivendas da Serra. Vitória da Conquista, entrevista em casa, janeiro de 2012. Entrevistadores: Luciano Santos Silva e Maria Aparecida de Souza Guimarães. Arquivo .mp3 (10:30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

ROCHA, Maria de Jesus. História da Ocupação Nova Cidade e do Loteamento Vivendas da Serra. Vitória da Conquista, entrevista em casa, janeiro de 2012. Entrevistadores: Luciano Santos Silva e Maria Aparecida de Souza Guimarães. Arquivo .mp3 (10:30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

SOUZA, Lúcia Regis Silva de. História da Ocupação Nova Cidade. Vitória da Conquista, entrevista em casa, março de 2012. Entrevistadores: Luciano Santos Silva e Maria Aparecida de Souza Guimarães. Arquivo .mp3 (20:29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Grupo de Pesquisa em sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

SANTOS, Carlos Andrade dos. História do Bairro Jurema. Vitória da Conquista, entrevista em casa, novembro de 2013. Entrevistador: Luciano Santos Silva. Arquivo .mp3 (18:25 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

SOUZA, Miguel Francisco de. Vitória da Conquista, entrevista em casa, novembro de 2013. Entrevistador: Luciano Santos Silva. Arquivo .mp3 (14:35 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se no Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica – Janus/UESB.

JORNAIS

A CIDADE que mais cresce. **O Combate**, Vitória da Conquista, 27 out. 1957. Geral, p. 7.

AGÊNCIA Municipal de Estatística. **O Combate**, Vitória da Conquista, 05 maio 1957. Geral, p. 8.

CONQUISTA atravessa a sua pior crise habitacional. **HOJE**, Vitória da Conquista, 09 maio 1991. Geral, p. 8.

CONQUISTA em foco. **Diário do Sudoeste**, Vitória da Conquista, 2 e 3 out. 1995. Especial, Caderno 2, p. 4.

CONQUISTA: 160 de trabalho. **HOJE**, Vitória da Conquista, ano 10, n. 109, p. 3, 09 nov. 2000.

MEDEIROS, R. H. de A. Aspecto urbano de Conquista através da História. **O Fifó**, Vitória da Conquista, 11 out. 1977a. Ensaio Conquistenses, p. 7-9.

_____. O processo histórico conquistense – traços gerais. **O Fifó**, Vitória da Conquista, p. 9, 9 nov. 1977b.

MONOGRAFIA Municipal de Vitória da Conquista. **O Conquistense**, Vitória da Conquista, p. 04-06, 18 abr. 1959.

O COMBATE, Vitória da Conquista, p. 1, 1957.

PREFEITURA de Vitória da Conquista articula parcerias entre empresários locais e grupo econômico de Portugal. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, 02 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/02/prefeitura-de-vitoria-da-conquista-articula-parcerias-entre-empresarios-locais-e-grupo-economico-de-portugal.html>>. Acesso em: 04 maio 2012.

VERDES sempre. **Diário do Sudoeste**, Vitória da Conquista, 03 out. 1995. Caderno 2, p. 5.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, E. P. Os grupos indígenas do Sertão da Ressaca. In: _____; MIGUEL, Antonieta; MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo (Org). **Ymboré, Pataxó, Kamakã**. A presença indígena no Planalto de Conquista. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2000. p. 13-53. (Série Memória Conquistense, v. 5).

AMADOR, E. M. M. **Dicionário gramatical**. Espanha: Editorial Ramón Sopena S. A., 1953.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**: gramática, vocabulário. São Paulo: Hucitec/Secretaria da Cultura e Ciência e Tecnologia, 1972. Edição original: 1920.

ANDRADE, Leila Minatti de. **Rupturas e contínuos da concordância nominal de número em textos orais de informantes de Tubarão (SC) e São Borja (RS)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003.

ANDRADE, P. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do Português do Brasil: variação na concordância nominal de número num dialeto afro-brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – UFBA, Salvador, 2003.

ARAÚJO, S. S. de F. Sociolinguística e sócio-história do português falado em Feira de Santana. In: LOPES, N. S.; BULHÕES, Lígia P. L.; CARVALHO, Cristina S.

Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro. Sociolinguística paramétrica e sociofuncionalismo. Feira de Santana: Editora UEFS, 2013.

_____. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana – BA.**

Sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos linguísticos e literários**, n. 19, p. 65-84, mar. 2009.

BECHARA, E. **Gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1986.

_____. **Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus.** 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

_____. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. rev. e ampl. 14ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BERLINK et al. Sintaxe. In. MUSSALIN F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez Editora, 2001. v. 1.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BRAGA, M. L.; SCHERRE, M. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 1., 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC, 1976.

BRITO, A. M. Categorias sintacticas. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa.** 6. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. (Coleção Universitária, Série Linguística).

BRITO, D. da S. S. **A concordância verbal no Português Popular do Brasil: aspectos-teóricos da concordância verbal na 3ª pessoa do plural ou P6 na comunidade de Vitória da Conquista Bahia.** 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

CÂMARA JR., M. **Princípios de linguística geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1942.

_____. **Estrutura da língua portuguesa.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. Edição original: 1970.

_____. **Problemas de linguística descritiva**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. Edição original: 1971.

_____. **Dicionário de linguística e gramática**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARVALHO, H. M. **Concordância nominal**: uma análise variacionista. 1997. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 1997.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. 1. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010. p. 141.

CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. Tradução: Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1980.

COHEN, Maria Antonieta. Um exercício de leitura filológica da mishná "Se alguém leu o Shemá". **Revista de Estudos Judaicos**, Belo Horizonte, v. 3, n. xx, p. 73-80, 2001.

CUNHA, C. C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 2 ed. / 21ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAVID, C. **Dicionário de lingüística e fonética**. Tradução e adaptação [da 2ª Ed. inglesa ver. e Ampliada, publicada em 1985), Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**. Tradução: Leonor Scliar Cabral. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DUARTE, P. T.; LIMA, M. C. (Colaboradora). **Classes e categorias em português**. Fortaleza: EUFC, 2000.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. Tradução de Frederico Pessoa Barros et al. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

FERNANDES, Marisa. **Concordância nominal na região sul**. 1996. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 1996.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Caracterização do Município de Vitória da Conquista (BA)**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/4%20VC%20II.%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 17 set. 2012.

GHIRALDELLI JR., P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GONÇALVES, C. A. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GUIMARÃES, M. A. de S.; SILVA, J. A. A da; SOUSA, V. V. Pelo Sertão da ressaca: Vitória da Conquista – Nova Cidade, um resgate histórico. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: Edições UESB, 28 a 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3244/2947>>. Acesso em: jul. 2014.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of the phonology, syntax, and language history. 1981. 391 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade da Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia, 1981.

HISTÓRIA da Vitória da Conquista. **Bahia em Foco**, Vitória da Conquista, 04 maio 2012. Disponível em: <<http://www.bahiaemfoco.com/Vitoriadaconquista>>. Acesso em: 04 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

JON-AND, A. Concordância de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e lingüísticas. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.umac.mo/FSH/ciela/rcblpe/doc/concordancia%20Mocambique.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

JOTA, Z. dos S. **Dicionário de lingüística**. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. 1. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

KOELLING, S. B. **A concordância nominal em Porto Alegre**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LEFFA, V. J. **Aspectos da leitura**: uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford. Janeiro, 1977.

LOPES, N. da S. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. 2001. 408 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – UFBA, Salvador, 2001.

_____. **Aquisição da concordância no português: uma explicação com base na teoria dos 4M**. 2008. Disponível em:

<<<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/26/325>>>. Acesso em: 17 out. 2011.

LOREGIAN-PENKAL, L. **Sobreposição de variáveis lingüísticas: saliência fônica versus tempo verbal**, Celsul, 2009. Disponível em:

<<http://www.celsul.org.br/Encontros/04/artigos/067.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, dez. 2006.

_____. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I.(Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência nominal**. 4 ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Dicionário prático de regência verbal**. 4 ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 1987.

MACAMBIRA, J. R. **Português Estrutural**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998 [1917]. (Manuais de estudo).

Mapa de Vitória da Conquista, Bahia, GMM publicidade, 2007. p. 14.

MARROQUIM, M. Número. In: _____. **A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2008. Edição original: 1934.

MARTINS, F. **Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do Alto Solimões (Amazonas)**. 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. (Coleção Universitária, Série Linguística).

MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. (Estudos Gerais, Série Universitária).

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2004.

MEDEIROS, R. H. **Vitória da Conquista primitiva.** Blog Carreiro de Tropa, 7 de mar. de 2009. Disponível em: <<http://carreirodetropa.blogspot.com.br/2010/08/historia-de-vitoria-da-conquista.html>>. Acesso em: 11 set. 2013.

MEILLET, Antoine. **Linguistique Historique et Linguist Générale.** Paris: Honoré, 1958. v. 1.

MIOTO, C. et al. **Novo manual de sintaxe.** 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa.** 4. ed. rev. amp. Campinas: Pontes, 2002.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. et al. (Ed.). **Papers from the parasession on diachronic syntax.** Chicago: Linguistic Society, 1976.

_____; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.

NINA, Terezinha de Jesus Carvalho. **Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião de Bragantina.** 1980. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PUCRS, Porto Alegre, 1980.

NOVAIS-CARNEIRO, Z. de O. N.; ALMEIDA, N. L. F. de. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: um introdução e criação de escola a partir de critérios demográficos na Bahia do Século XIX: uma viagem ao interior. In: NEVES, E. F. (Org.). **Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural.** Salvador: Ed. Arcádia, 2011. p. 525-561 e 599-617.

PAES, J. M. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano.** 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PAIVA, Maria da Conceição. Sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília. **Introdução à Sociolinguística variacionista.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 69-74.

PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia.** 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

PERES, J. A.; MÓIA, T. Concordâncias. In: _____. **Áreas críticas da língua portuguesa.** Lisboa: Caminho, 1995. (Coleção Universitária, Série Linguística).

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos.** São Paulo: EDUSP, 1977a. v. 1.

_____. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos.** São Paulo: EDUSP, 1977b. v. 2.

_____. O português popular escrito. In: _____. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

PIRES, M. de F. N. **O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PONTE, Vanessa Maria Lobo. **A concordância nominal no linguajar de uma comunidade pobre de Porto Alegre**. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-RS, Porto Alegre, 1979.

ROBINS, R. H. Gramática: classes, estruturas e categorias gramaticais. In: _____. **Linguística geral**. Tradução de Elizabeth Corbetta A. da Cunha e outros; coord. de Neusa Chrisóstomo Guarany. 2. ed. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Globo, 1981.

ROCHA, J. D. P. **Terra sem mal: o mito guarani na demarcação de terras indígenas**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2010.

ROCHA-LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31. ed. retocada e enriquecida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ROCHA, L. C. de A. Flexão e derivação em português. In: _____. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical Linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSETO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SALES, C. **Discurso proferido na Câmara Federal em Sessão de 31 de outubro de 2002**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/v311002.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

SANTOS, A. L. **Produção de riqueza e pobreza na expansão cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

SANTOS, L. S. M. **Sobre a ausência de concordância nominal no português falado em Pedro Leopoldo – MG: uma abordagem variacionista**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, A. de J.; ALMEIDA, J. R. M. de. Vitória da Conquista em contraste: a “avenida da integração” e a luta de classes. In: CICLOS DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 2009, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: UESC, 14 e 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/alexandre_de_jesus_santos.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1987. Edição original: 1916.

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de; SCHERRE, M. M. P. (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Universidade Federal do Rio Janeiro, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

SCHNEIDER, S. D. Estudo da concordância nominal em Panambi. Teorias Linguísticas e o ensino: possibilidades e limites. In: CONGRESSO INTERNACIONAL LÍNGUA PORTUGUESA: IDENTIDADE, DIFUSÃO E VARIABILIDADE, 2, 2007, Rio de Janeiro. **Livro de Resumos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 99.

_____. **Concordância nominal na fala de crianças de 3 a 6 anos de idade do município de novo Hamburgo: variação linguística na infância**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Porto Alegre, 2012.

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado de Bahia**. 2005. 323 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, J. A. A. da; SOUSA, V. V. Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil. **TABULEIRO DE LETRAS**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Departamento de Ciências Humanas (DCH), Salvador, n. 6, p. 1-16, jun. 2013.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SIMIONI, L. **A Aquisição da Concordância: um parâmetro para a concordância nominal**. 2007, 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Gradual em Linguística, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUSA, M. A. S. de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SPOSITO, M. E. B.; SOUZA, M. L. A. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (Brasil). **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos**. Salvador: SEI, 2006. 124p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (Brasil). **Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000**. Salvador: SEI, 2007. 268p.

TANAJURA, M. **História de Conquista**: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC/Brasil Artes Gráficas, 1992. (Edições Comemorativas).

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da nossa época, v. 47).

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução: Rodolfo Ilari; revisão técnica: Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaró Silva. São Paulo: Contexto, 2004.

VALE, A.; LIMA, L.; BONFIM, M. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates: Revista de filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima**, Boa Vista: Editora UFRR, n. 7, p. 22-43, 2004.

VALE, A. L. F. **Migração e Territorialização**: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista. 2007. 268 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2007.

VASCONCELOS, L. L. de. Migrações internas no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, 1956, v. 10, n. 3, p. 83-114. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1896>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

VILLAVA, A. Estrutura morfológica básica. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003. (Coleção universitária, série linguística). Impresso em 2004.

VIOLA, Paulinho da; MEDEIROS, Élton. **Samba na madrugada**. São Paulo: RGE, 1966. 1 disco sonoro.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZANOTTO, N. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. 4. ed. rev. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ANEXO

ANEXO ÚNICO – Concordância de número no SN Chave de codificação – Análise Mórfrica Português Popular do Interior do Estado da Bahia⁶⁵

1. VARIÁVEL DEPENDENTE

Marcação do plural em cada constituinte do SN

- (+) plural marcado
- (-) plural não marcado

VARIÁVEIS ESTRUTURAIS

2. Posição linear do constituinte

- (1) primeira posição
- (2) segunda posição
- (3) terceira posição
- (4) quarta posição em diante

3. Posição do constituinte com referência ao núcleo do sn

► DETERMINANTE

- (P) primeira posição imediatamente à esquerda do núcleo
Ex.: **Meus** filho
- (p) primeira posição não adjacente ao núcleo
Ex.: **Meus** três filho
- (S) segunda posição imediatamente à esquerda do núcleo
Ex.: Todos **meus** filho
- (s) segunda posição não adjacente ao núcleo
Ex.: Todos **meus** melhor amigo
- (T) terceira posição em diante à esquerda do núcleo
Ex.: Todos meus **melhor** amigo

► NÚCLEO

- (N) núcleo em primeira posição
Ex: Comprei **bananas** madura
- (n) núcleo em segunda posição
Ex: Meus **filho**
- (t) núcleo em terceira posição em diante
Ex: Os oito **irmão**

► MODIFICADORES

- (A) constituinte imediatamente à direita do núcleo
Ex: Meus irmão **maió**
- (U) constituinte à direita do núcleo não adjacente a ele
Ex: Meus filho mais **velho**

⁶⁵ Chave mórfrica elaborada pelo professor Dante Lucchesi (UFBA).

4. Classe gramatical do constituinte

- (a) artigo definido
- (u) artigo indefinido
- (d) pronome demonstrativo
- (p) pronome possessivo
- (i) pronome indefinido [muito(s), tanto(s), outro(s), algum(ns)]
- (q) quantificador *todo(s)/tudo*
- (s) substantivo
- (j) adjetivo
- (?) substantivo coletivo

5. Saliência fônica

- (D) plural duplo (ex.: ovo/ovos, novo/novos)
- (l) itens em -l (ex.: animal/animais)
- (~) itens em -ões (ex.: leão/leões)
- (*) itens em -ães (ex.: pão/pães)
- (!) itens em -m/-em/-ã/-um/ão (ex.: tom/tons; armazém/armazens; irmã/irmãs; algum/alguns; irmão/ irmãos)
- (r) itens em -r (ex.: cantor/cantores)
- (\$) itens em -s e -z (ex.: freguês/fregueses; vez/vezes)
- (R) itens regulares (ex.: casa/casas)

VARIÁVEIS SOCIAIS

6. Idade

- (J) 25 a 35 anos
- (A) 45 a 55 anos
- (V) mais de 65 anos

7. Sexo

- (F) feminino
- (M) masculino

8. Estada fora da comunidade

- (*) esteve fora da comunidade por pelo menos seis meses
- (#) não esteve fora da comunidade por pelo menos seis meses

9. Escolaridade

- (@) analfabeto
- (\$) semi-analfabeto

10. Localidade

- (S) Sede do município
- (R) Zona Rural

11. Exposição à mídia e a outros grupos ditos, socialmente, de prestígio

- (A) Alta
- (B) Baixa